

2021

# RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE - SEGUROS GERAIS, S.A.



# Índice

01

ÓRGÃOS SOCIAIS  
P. 3

02

RELATÓRIO DE GESTÃO  
P. 5

03

CONTAS  
ANUAIS 2021  
P. 29

04

NOTAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
P. 40

05

CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS CONTAS  
E RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL  
P. 155



CUIDAMOS DO QUE TE IMPORTA CUIDAMOS DO QUE TE IMPORTA



# 01

## ORGÃOS SOCIAIS

## Conselho de Administração (2019-2022)

### Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

### Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (não é vogal)

### Vogais

António do Pranto Nogueira Leite

António Luís de Azevedo Portela

Antonio Núñez Tovar

Javier del Río Martín

Luis Anula Rodriguez (e Administrador-Delegado)

Miguel Pedro Caetano Ramos

## Mesa da Assembleia Geral (2019-2022)

### Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

### Secretário

Luis Anula Rodriguez

## Conselho Fiscal (2020-2022)

### Presidente

José Ferreira Machado

### Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

### Suplente

José Gabriel Chimeno

## Sociedade Revisora Oficial de Contas (2020-2022)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por José Manuel Horta Nova Nunes

### Suplente

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

CUIDAMOS DO QUE TE IMPORTA  
DO QUE TE IMPORTA CUIDAMOS DO QUE TE IMPORTA CUIDA  
O QUE TE  
DO QUE TE IMP  
AMOS DO  
E IMPORTA CUI  
TE IMPOR  
CUIDAMOS DO Q  
AMOS DO (C  
E IMPORTA CUIDAMOS DO QUE TE IMPORTA CUIDAMOS DO C  
PTA CUIDAMOS DO QUE TE IMPOR



# 02

## RELATÓRIO DE GESTÃO

## Principais indicadores

Apesar do contexto adverso e complexo, devido à persistência da pandemia da Covid-19, em 2021, o mercado conseguiu um crescimento bastante expressivo de 34,5%, no conjunto de Vida e Não Vida, atingindo um volume de vendas, mais elevado dos últimos seis anos, acima de 13.300 milhões de euros.

O excelente rácio combinado e a boa performance da rentabilidade financeira, permitiram elevar o resultado líquido do exercício para 7,12 milhões de euros, um crescimento de 21%, em relação ao ano anterior.

**7,12** M€

Resultado líquido

**71,6** M€

Capital próprio

**245,0** M€

Ativo

**173,4** M€

Passivo

**232** %

Rácio de solvência

**236**

Pessoas

58% mulheres

42% homens

**46,1** ANOS

Média de idade

**16,6** ANOS

Média de antiguidade

**9.775** HORAS

Formação de colaboradores

41,4 horas por colaborador

# 01

## Enquadramento Socioeconómico

**Apesar do contexto pandémico, em termos económicos observou-se alguma recuperação da atividade a nível mundial**

À semelhança do ano anterior, 2021 voltou a ser condicionado pelos efeitos do surto pandémico da Covid-19.

Não obstante dever reconhecer-se o inegável avanço no processo de vacinação, há que assinalar dois aspetos que limitaram a sua eficácia.

Por um lado, parece consensual que a erradicação da pandemia depende muito do equilíbrio que se possa conseguir no contexto mundial quanto ao grau de imunização, e a realidade é que o processo evoluiu de forma muito assimétrica, com os países mais desenvolvidos a alcançarem bons patamares de vacinação das suas populações, enquanto que os países menos desenvolvidos se situaram em níveis muito incipientes.

Por outro lado, mesmo nos países onde a vacinação decorreu de forma mais célere, só foi produzindo

resultados ao longo do terceiro trimestre, pelo que na primeira parte do ano ainda se verificaram elevados constrangimentos nas unidades de saúde e na atividade económica.

Neste aspeto, Portugal destacou-se por ser o primeiro país do mundo a atingir um grau de vacinação de 85% da sua população (nível comumente considerado como imunidade de grupo), em resultado da aposta numa equipa de gestão assente numa forte liderança e dotada de uma elevada capacidade de organização.

Apesar das limitações apontadas, a verdade é que, em termos económicos, se observou alguma recuperação da atividade a nível mundial, ilustrada no quadro 1, à frente. Uma recuperação muito positiva que confirmou o tão badalado padrão de recuperação em V em detrimento do padrão em U, dicotomia que tinha sido objeto de ampla discussão ao longo do ano anterior.



**Portugal destacou-se ao ser o primeiro país do mundo a atingir um grau de vacinação de 85% da sua população, resultado da aposta numa equipa de gestão assente numa forte liderança e dotada de uma elevada capacidade de organização, alcançando assim, o que consideraram ser, uma imunidade de grupo.**

**QUADRO 1** Indicadores de economia mundial

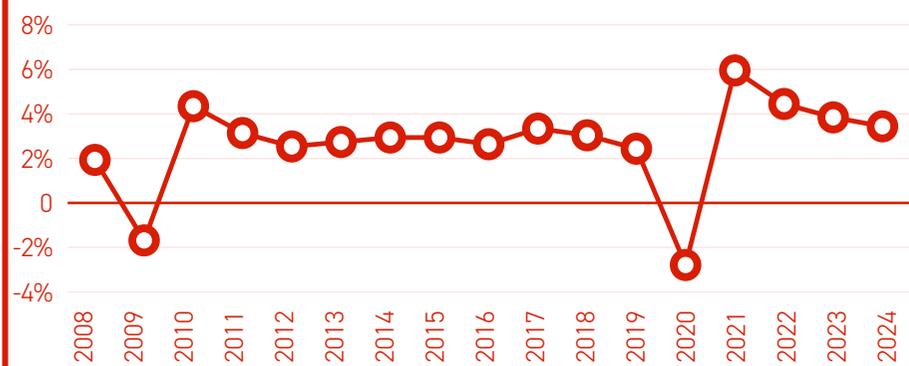
	2019	2020	2021	2022
PIB (% crescimento)	2,7	- 2,8	<b>5,9</b>	4,4
Comércio (% crescimento)	1,0	- 8,3	<b>10,2</b>	4,5
Cotação petróleo (euros)	57,2	36,3	<b>60,8</b>	68,5

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2021)

Porém, essa recuperação da atividade evidenciou um efeito colateral da pandemia, traduzido por uma forte disrupção nas cadeias logísticas e de produção que ameaça condicionar os tempos mais próximos e levar a um achatamento do padrão mencionado.

Começaram a ser frequentes as referências relativas ao aumento do preço dos combustíveis derivado do aumento da procura, à falta de *chips* com implicação na paragem das linhas de produção automóvel e de outras indústrias, bem como à falta de contentores para transporte marítimo, entre outros, com o consequente efeito no aumento exponencial do seu custo e no atraso dos fornecimentos.

**GRÁFICO 1 // Evolução do PIB (% crescimento anual)**



Fonte: Banco Mundial e Banco Portugal. Dados 2020-24 estimativas.

Por sua vez, o mercado da energia, influenciado adicionalmente pelos custos da agenda internacional para a descarbonização, entrou num período de turbulência que se traduziu num aumento significativo dos preços com impacto relevante, principalmente, nas indústrias.

Esta realidade levou a um aumento da inflação, em geral, e do custo das matérias-primas, em particular, para níveis que já não se viam há alguns anos a esta parte.

Apesar de ainda não ser claro se estaremos perante um aumento pontual ou mais duradouro, e de o Banco Central Europeu continuar a afirmar o seu compromisso em manter medidas de estabilização monetária, mantém-se a sensação de que este movimento poderá estar a potenciar uma inversão da tendência de baixas taxas de juro que tem caracterizado os últimos anos e, com ele, um impacto nos mercados financeiros que poderá produzir efeitos bastante adversos nas economias, em especial naquelas que apresentam elevados índices de endividamento.

Em Portugal, relativamente ao nível de vacinação, foi atingida a imunidade de grupo em meados de outubro. Em relação ao PIB verificou-se um crescimento mais expressivo no primeiro semestre, porque comparava com o período de confinamento mais severo, diminuindo um pouco a partir do terceiro trimestre, que comparado com o ano anterior a atividade já tinha recuperado ligeiramente, devendo acabar por terminar dentro do esperado para a globalidade do ano, situando-se num valor muito próximo do observado antes do período de pandemia, o que corresponde a um crescimento de 4,8 %, em 2021.

Aparentemente, o fim das medidas de apoio excecional como, por exemplo, as moratórias dos financiamentos das empresas e particulares e o *layoff* simplificado, não teve um impacto negativo no desempenho da economia.

Embora com variações diferenciadas entre setores, o emprego apresentou um crescimento, fazendo recuar a taxa de desemprego para os 6,6%, assim como a remuneração média, para o qual contribuiu substancialmente o aumento do salário mínimo.

Este comportamento do emprego teve como consequência um crescimento do rendimento disponível, o qual, associado a uma descida gradual da taxa de poupança por via da redução

da incerteza, em especial no segundo semestre, puxou pelo consumo privado que se tornou num forte dinamizador da economia.

Também as exportações deram um contributo importante para o crescimento do produto, pois aumentaram significativamente em resultado do dinamismo da procura externa. Ainda que alguns setores, como o automóvel, tivessem sofrido o efeito negativo da perturbação nas cadeias de abastecimento e o turismo tivesse sido fortemente afetado pelo confinamento no primeiro trimestre, outros setores recuperaram para níveis acima do período pré-pandemia.

O investimento apresentou igualmente um comportamento favorável, sustentado pelas expectativas de recuperação e pela entrada dos fluxos dos fundos europeus a partir do segundo semestre do ano.

Completando o pleno de contributos para o incremento do PIB, também o consumo público evoluiu de forma ascendente, essencialmente por via da despesa associada ao aumento do número de funcionários públicos e dos gastos na aquisição de bens e serviços na área da saúde.

Por sua vez, a inflação foi quase inexistente na primeira parte do ano, mas aumentou no segundo semestre como consequência do aumento do preço das matérias-primas e da energia, que se verificou mundialmente, facto que não pareceu modificar o sentimento globalmente favorável por parte dos operadores económicos.

Porém, quando os ventos corriam de feição à economia, com quase todos os indicadores a evoluírem positivamente e a concretizar-se a anunciada entrada de fluxos financeiros europeus jamais vistos, provenientes do Plano de Resiliência e Recuperação (PRR), dois acontecimentos trouxeram alguma perturbação.

Um foi a não aprovação do orçamento do Estado para o ano 2022, que desencadeou um processo de eleições antecipadas refreando as expectativas económicas e reduzindo o potencial de crescimento previsto para o ano seguinte, em especial pelo facto da libertação dos aludidos fundos europeus estar dependente da apresentação de projetos estratégicos concretos, algo muito difícil de conseguir com um governo a exercer funções de mera gestão corrente.

O outro foi o aparecimento de uma nova variante do vírus, que causa a Covid-19, designada de “Ómicron”, responsável pelo aumento do número de infetados dado o seu maior grau de transmissibilidade. Apesar de, aparentemente, a proteção conseguida através do processo de vacinação contribuir para situar a gravidade das infeções e o número de internamentos a um nível mais baixo do que tinha acontecido no ano anterior, foram tomadas várias medidas de contenção que vieram limitar a fluidez da economia.

No momento em que este relatório está a ser elaborado, não são ainda claras as consequências do novo surto nem as opções políticas e estratégicas do novo governo para os próximos anos, pelo que qualquer comentário que se possa fazer tem que se cingir às estimativas que datam do final do ano 2021, nomeadamente as do Banco de Portugal, usadas como referência.

Tais estimativas apontam no sentido de uma evolução positiva da economia, traduzida num crescimento do PIB de 5,8%, que é desejável que se concretize, mas sem deixar de realçar o clima de incerteza que as rodeiam em função dos vários motivos já referidos.

**QUADRO 2** Indicadores económicos de Portugal

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PIB	2,8	2,1	2,2	(8,4)	<b>4,8</b>	5,8
Consumo privado	2,3	2,3	2,4	(7,1)	<b>5,0</b>	4,8
Consumo público	0,2	0,7	0,7	0,4	<b>4,8</b>	1,4
Investimento	9,2	3,9	5,4	(2,7)	<b>4,9</b>	7,2
Exportações	7,8	3,6	3,5	(18,6)	<b>9,6</b>	12,7
Importações	8,1	4,1	4,7	(12,1)	<b>10,3</b>	9,3
Taxa de desemprego	8,9	7,0	6,5	7,0	<b>6,6</b>	6,0
Índice de preços no consumidor	1,6	1,4	0,3	(0,1)	<b>0,9</b>	1,8
Saldo das contas públicas	(1,4)	(0,7)	0,2	(7,3)	<b>(4,3)</b>	n.d.
Taxa juro curto prazo	(0,300)	(0,300)	(0,400)	(0,400)	<b>(0,500)</b>	(0,500)

Dados em percentagem – Dados de 2021 e 2022 são estimativas

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2021)

# 02 Evolução do setor segurador

O segmento Vida regressa à liderança com um expressivo crescimento de 69,5%



Após um ano de queda significativa, e apesar do contexto não menos complicado devido à persistência da pandemia da Covid-19, em 2021, o mercado conseguiu um crescimento bastante expressivo de 34,5%, no conjunto de Vida e Não Vida, atingindo um volume de vendas (prémios de contratos de seguro e entregas para contratos de investimento) um pouco acima de 13.300 milhões de euros, valor superior a todos os seis anos anteriores.

Naturalmente, esta *performance* teve um impacto positivo nos indicadores económicos setoriais do peso das vendas sobre o PIB e do prémio médio por habitante que, conforme ilustra o Gráfico 2, inverteram a tendência dos últimos dois anos e se aproximaram do nível observado em 2018, no ano anterior à pandemia.

O maior contributo para este crescimento veio do lado dos produtos de Vida, o que levou à alteração estrutural do volume de negócio, com este segmento de mercado a regressar à liderança, que tinha perdido no ano anterior, passando a sua representação para 58%.

GRÁFICO 2 // Penetração do setor segurador na economia



Fonte: APS

Com efeito, o segmento Vida cresceu 69,5% (tinha decrescido 13,9% e 34,8% nos dois anos anteriores) e alcançou os 7.727 milhões de euros, beneficiando do aumento do nível de poupança que se tem vindo a verificar e, talvez, até mesmo de algum redirecionamento de parte daquela que, nos últimos dois anos, se foi acumulando em depósitos bancários.

A rentabilidade limitada das poupanças resultante da tendência de continuidade das baixas taxas de juro, que voltou a ser regra em 2021, parece ter levado os clientes a optar por investimentos com algum risco associado, de tal forma que o crescimento conseguido foi essencialmente suportado pelos produtos ligados a fundos de investimento, tanto os Planos Poupança Reforma (PPR) como os restantes produtos de poupança.

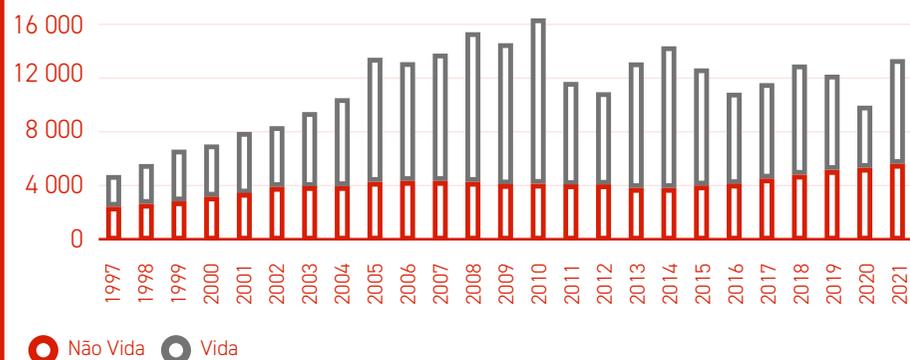
Menos exuberante, mas ainda assim relevante, foi o desempenho do segmento Não Vida que pelo sétimo ano consecutivo se situou em terreno positivo, desta vez com um crescimento de 4,8%, atingindo os 5.619 milhões de euros.

Neste segmento, uma análise mais detalhada por ramos permite destacar uma dinâmica consistente do ramo de Doença, com um crescimento acima de 8% ao longo dos anos, sendo já o segundo ramo em volume de prémios, a seguir ao Automóvel.

Por outro lado, essa análise revela também uma boa dinâmica do ramo de Incêndio, na sua maioria Multirriscos, com um crescimento de 5,8% em 2021, sensivelmente alinhado com a média dos últimos cinco anos.

O ramo de Acidentes de Trabalho, que após alguns anos de forte crescimento proveniente das correções tarifárias tendentes à correção do *deficit* de exploração que se verificava, tinha apresentado um crescimento débil em 2020 pelo impacto da Covid-19, terminou 2021 com um incremento de 6,6%, refletindo alguma recuperação da atividade empresarial.

**GRÁFICO 3 // Volume de vendas (milhares euros)**



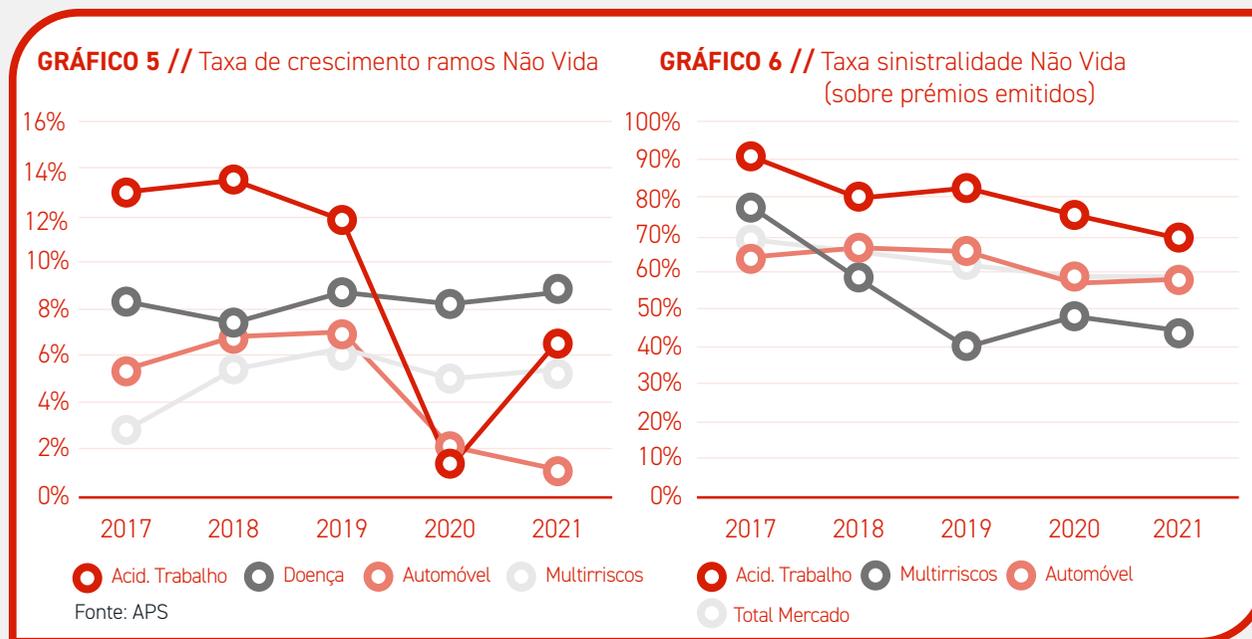
Fonte: APS

**GRÁFICO 4 // Taxa crescimento Vida**



Fonte: APS

O ramo de Doença registou um crescimento acima de 8%, sendo já o segundo ramo em volume de prémios, a seguir ao Automóvel.



Em sentido contrário, o ramo Automóvel voltou a reduzir a taxa de crescimento, conseguindo uma variação homóloga de apenas 1,1%, certamente influenciada pelo fraco crescimento das vendas de veículos e pela aplicação de medidas compensatórias sobre os prémios, recomendadas pelo supervisor na sequência da redução da exposição ao risco no ano anterior em que foi mais forte o confinamento decorrente da Covid-19 (Gráfico 5).

Quanto à sinistralidade Não Vida, verificou-se uma estabilização nos 58,6% na globalidade do segmento, embora uma análise mais detalhada revele comportamentos distintos consoante cada ramo.

No ramo de maior volume de prémios – o Automóvel – registou-se uma subida de 1 ponto percentual até aos 57,9%, parecendo encetar uma tendência ascendente em direção ao nível habitual, acompanhando o aumento da circulação automóvel pós-pandemia.

Nos Multiriscos, depois de ter subido consideravelmente no ano anterior, em 2021 desceu quase 4 pontos percentuais para 44%, em sintonia com o regresso à normalidade da atividade das famílias e das empresas, nomeadamente a redução dos períodos de teletrabalho.

Já no ramo de Acidentes de Trabalho, embora fosse expectável uma subida, tendo em conta que os períodos de paragem da atividade foram bastante menores que no ano anterior em que o confinamento tinha sido bastante forte, a sinistralidade observou uma descida acentuada de 6,5 pontos percentuais para os 68,6%, situando-se mesmo no nível mais baixo dos últimos dez anos (Gráfico 6).

No segmento Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco Puro, que, tinha apresentado no ano anterior uma evolução contrária às expectativas, situando-se no nível mais baixo dos últimos cinco anos, em 2021 subiu significativamente cerca de 5 pontos percentuais para 29,6%, percentagem esta que é mais consonante com o contexto pandémico (Gráfico 7).

Ainda no âmbito da área de Vida, importa deixar uma referência à evolução do fluxo técnico na medida da importância deste indicador associado aos produtos de poupança que, como é sabido, constituem a maior parte do volume de negócio do segmento.

O gráfico 8 demonstra que o importante crescimento de vendas anteriormente comentado não foi suficiente para compensar as saídas decorrentes dos vencimentos e dos resgates, pois o saldo acumulado no final do ano acabou por ser negativo. Ainda assim, é visível uma tendência de recuperação ao longo do ano, mais expressiva no mês de dezembro.

Quanto ao resultado líquido do setor, não havendo ainda dados concretos, a análise baseia-se em meras expectativas. Assim, não sendo de esperar uma variação muito significativa dos custos de exploração nem dos rendimentos financeiros, dada a estabilização da taxa de sinistralidade Não Vida e apesar da subida da sinistralidade de Vida Risco, talvez seja razoável estimar uma certa estabilização de modo que o resultado do ano 2021 não se afaste muito do que foi conseguido no ano anterior, em torno do meio milhão de euros.

Finalmente, em relação ao nível de Solvência, os últimos dados, referentes ao apuramento no final do terceiro trimestre disponibilizado pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), apontam para uma tendência de reforço em relação ao fecho do ano anterior, alcançando um rácio de cobertura do requisito de capital de solvência de 215%, reforço este que resulta essencialmente do aumento nos fundos próprios elegíveis no balanço de Solvência, derivado de uma redução mais pronunciada do passivo em relação ao ativo.

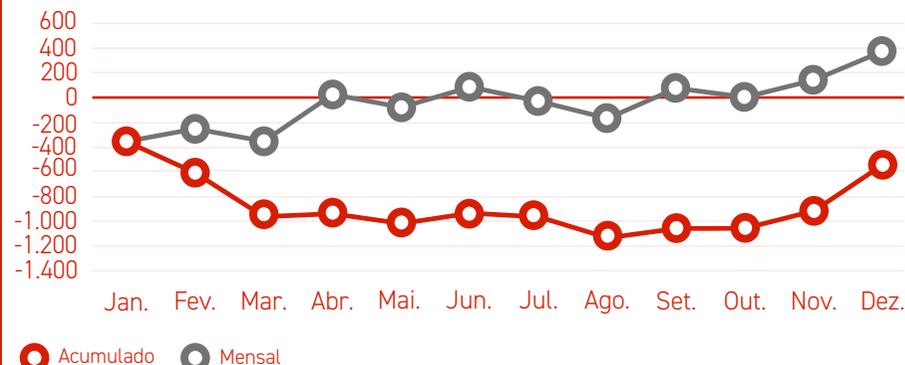
Este dado revela que o setor, após ter ultrapassado sem grandes problemas a crise financeira do *subprime*, exposto a mais um *stress*, neste caso associado à pandemia, continua a trilhar o mesmo caminho sólido, situando-se como uma referência positiva nos atores da atividade económica, transmitindo a máxima confiança a todos os *stakeholders*.

**GRÁFICO 7 //** Evolução da taxa de sinistralidade Vida Risco Puro



Fonte: APS

**GRÁFICO 8 //** Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2021 (milhares de euros)



Fonte: APS

# 03

## Evolução da MAPFRE Seguros Gerais

Estratégia, fidelização de clientes e rentabilidade da exploração, acompanharam o crescimento moderado, mas sustentado, em 2021



### 3.1. Prémios emitidos

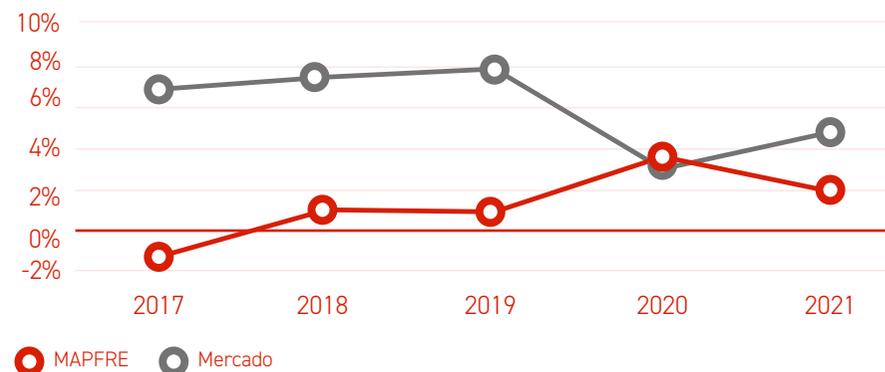
O volume de prémios emitidos atingiu 102,45 milhões de euros, tendo implícito um crescimento de 1,9%, correspondente a, praticamente, 2 milhões de euros (Gráfico 9).

Foi um crescimento mais moderado em relação ao ano anterior e ao conjunto do mercado, associado à opção por seguir uma estratégia de médio e longo prazo com primazia da fidelização de clientes e da rentabilidade de exploração.

Neste contexto, no ramo de Acidentes de Trabalho manteve-se uma política de subscrição rigorosa, de tal forma, que, embora bastante menor que nos anos anteriores, não foi possível evitar um decréscimo dos prémios emitidos de 4,8%.

No caso do ramo Automóvel, verificou-se um decréscimo de 2,3% em consequência da implementação de um programa de fidelização e de medidas de compensação face à diminuição da exposição ao risco no ano anterior em que o confinamento foi mais severo, de acordo com as recomendações do supervisor.

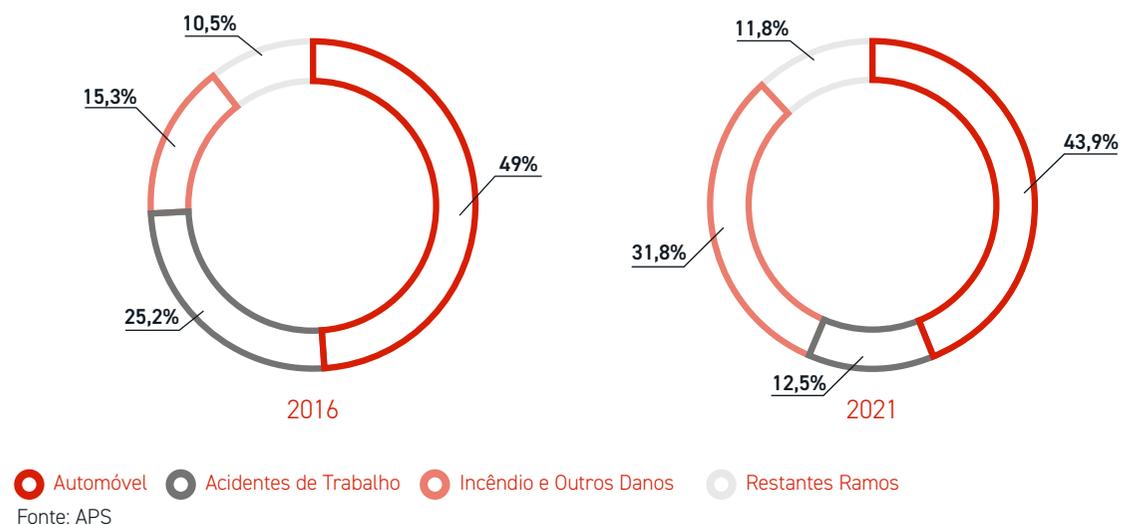
GRÁFICO 9 // Taxa crescimento vendas Não Vida



Fonte: APS

A evolução da carteira, mostra uma redução do peso de Acidentes de Trabalho e Automóvel e um reforço dos restantes ramos.

GRÁFICO 10 //



Já na restante carteira a evolução foi bastante positiva, destacando-se o ramo de Doença que cresceu 15%, em linha com os anos anteriores e bastante acima do mercado, bem como o ramo de Incêndio que progrediu cerca de 9%.

Em consequência desta evolução, voltou a verificar-se uma redução do peso de Acidentes de Trabalho e Automóvel e um reforço dos restantes ramos, em especial o de Incêndio que tem beneficiado da pujança do canal Banca e Acordos e da presença do grupo MAPFRE nos negócios de *Global Risk*.

Desta forma, de acordo com a estratégia adotada nos últimos anos, a estrutura da carteira voltou a evoluir, no sentido de se tornar menos volátil, por estar menos dependente dos seguros obrigatórios, como se pode verificar através do Gráfico 10.

## 3.2. Rentabilidade técnica pura

O rácio combinado Não Vida situou-se em 93,2%, com um acréscimo residual de 0,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, mas que, no entanto, incorpora comportamentos distintos das suas componentes.

De facto, enquanto que a taxa de sinistralidade apresenta uma descida de quase 2 pontos percentuais, comportamento de realçar tendo em conta que o período de confinamento foi menos intenso em 2021 do que no ano anterior, a percentagem de gastos de exploração subiu devido aos investimentos realizados no reforço da infraestrutura tecnológica e humana para dar resposta aos desafios futuros, nomeadamente o desenvolvimento da *joint venture* com o Banco Santander.

Olhando ao detalhe por ramos não se identifica qualquer disrupção, apresentando todos eles uma evolução similar à do rácio global, tanto em termos de magnitude como das suas componentes: o rácio do ramo Automóvel terminou com um incremento de 0,2 pontos percentuais para 92,6%, o do ramo de Acidentes de Trabalho subiu para 96,2% (94,8% no ano anterior) e no conjunto dos restantes ramos situou-se em 91,7%, o mesmo do ano anterior.



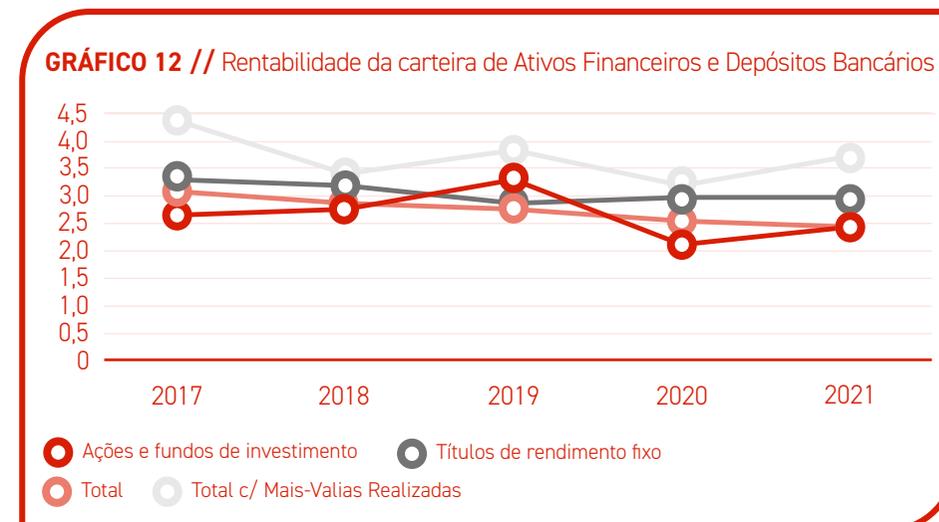
A estabilidade do rácio combinado em terreno amplamente positivo, que tem caracterizado os últimos anos e que o gráfico 11 traduz de forma clara, parece validar a estratégia adotada de colocar a rentabilidade da componente core do negócio como um dos pilares principais da atividade da companhia.

## 3.3. Rentabilidade financeira

A rentabilidade financeira tem vindo a assumir um papel cada vez mais secundário na estrutura da conta de resultados, em função da conjuntura de baixas taxas de juro que se arrasta há vários anos.

Ainda assim, apesar da rentabilidade nula dos depósitos a prazo e à ordem, através da recuperação nos dividendos recebidos dos investimentos em títulos de rendimento variável e da manutenção do rendimento na carteira de títulos de rendimento fixo com características de longo prazo, portanto mais estável, foi possível conter a tendência de descida da rentabilidade corrente global, tendo-se alcançado uma percentagem de 2,3%, em linha com o ano anterior.

De forma complementar e em decorrência da gestão normal da carteira de ativos, no sentido de assegurar a sua adequação às características dos passivos a cobrir, foram realizadas algumas mais-valias que elevaram a taxa de rentabilidade final para 3,5%.



### 3.4. Resultado líquido

O excelente rácio combinado e a boa *performance* da rentabilidade financeira, alavancada pelas mais-valias realizadas, permitiram elevar o resultado líquido do exercício para 7,12 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 21%, em relação ao ano anterior.

Impulsionada por este crescimento do resultado e pela distribuição de parte das reservas livres acumuladas ao longo dos anos, a rentabilidade dos fundos próprios (ROE) saiu reforçada, situando-se em 8,3% (6,1% no ano anterior), um nível satisfatório atendendo o contexto do quadro macroeconómico atual.

### 3.5. Balanço

Dado o elevado montante acumulado ao longo dos anos em reservas livres pela incorporação sucessiva dos resultados líquidos nesta rubrica e uma vez assegurado um nível de solvência com um *buffer* amplamente suficiente para acomodar possíveis choques, foi decidida a distribuição de 30 milhões de euros das reservas livres em dividendos, que vai assim ao encontro do objetivo do Grupo de otimizar o capital disponível.

Naturalmente, esta operação implicou uma recomposição do balanço, cujo volume Total baixou sensivelmente para 245 milhões de euros, passando a parte dos fundos próprios a representar 29,2%, correspondendo a 71,6 milhões de euros, enquanto que o volume do passivo se manteve praticamente ao mesmo nível do ano anterior. Quanto à composição do ativo, observou-se uma diminuição dos ativos financeiros decorrente da geração de liquidez para permitir a distribuição de dividendos, bem como uma diminuição dos créditos sobre devedores, neste caso por via do reembolso do empréstimo que no ano anterior tinha sido concedido à participada MAPFRE Seguros de Vida. Adicionalmente, sem impacto no valor Total, procedeu-se a uma reclassificação da participação na *joint venture* com o Banco Santander, registada pela primeira vez no ano anterior integralmente em participações em filiais, transferindo um montante aproximado a 9 milhões de euros para a rubrica de ativos intangíveis.

Em relação ao caso específico da carteira de ativos financeiros, a redução referida anteriormente não provocou alterações significativas na estrutura, subjacente à qual se manteve a estratégia de longo prazo, traduzida pelo predomínio dos títulos de rendimento

fixo, que apenas registou uma pequena descida por contrapartida de um incremento dos depósitos bancários e dos títulos de rendimento variável, em função das oportunidades de rentabilidade associadas a cada tipologia perante a conjuntura de baixas taxas de juro.

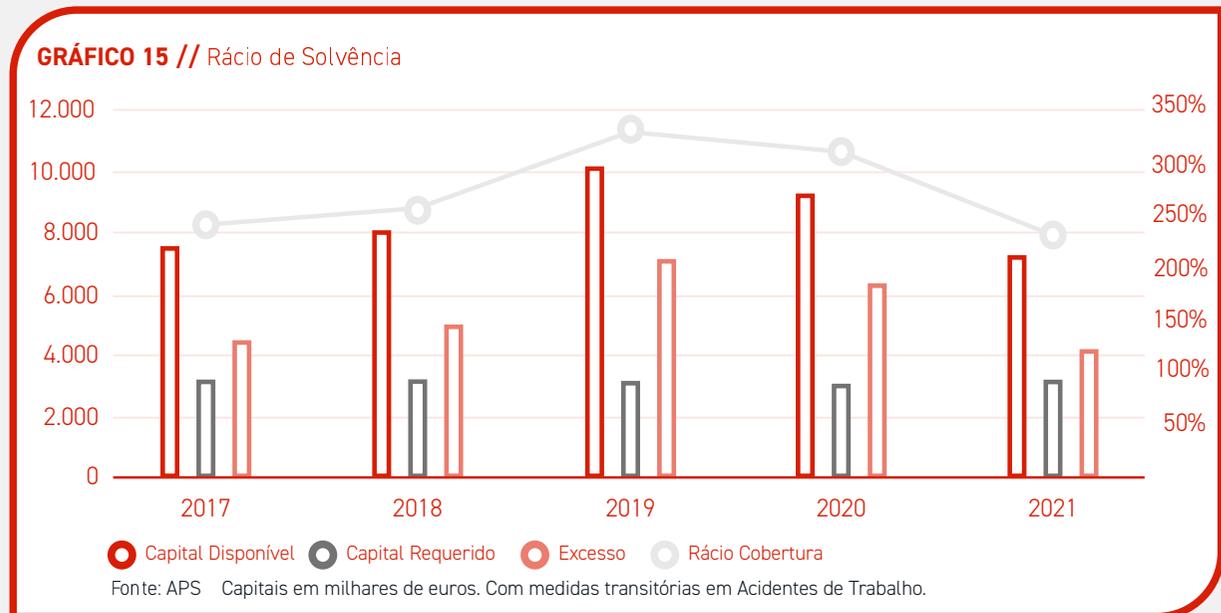
GRÁFICO 13 // Evolução do balanço (milhões de euros)



GRÁFICO 14 // Estrutura da carteira de Ativos Financeiros e Depósitos Bancários



O nível de solvência alcançado mostra que o setor continua a trilhar um caminho sólido, sendo uma referência positiva no seio da atividade económica e transmitindo confiança a todos os *stakeholders*.



### 3.6. Solvência

Se por um lado o perfil de risco da Companhia não se modificou, motivo pelo qual o requisito de capital subiu apenas ligeiramente, já no que respeita ao capital disponível houve uma redução por influência da distribuição das reservas livres, conforme comentado acerca do balanço.

Em consequência desta evolução, o rácio de cobertura do requisito de capital (SCR) situou-se em 232%, percentagem esta que, apesar de representar uma redução em relação ao ano anterior, continua a incorporar um *buffer* suficientemente elevado capaz de suportar o crescimento da atividade e, em simultâneo, absorver choques que eventualmente venham a surgir, a que acresce o facto de, tal como no passado, assentar em fundos sem restrições e de máxima qualidade (*tier 1*).

## 3.7. Indicadores de gestão de risco

Faz parte da atividade da Companhia a monitorização da exposição em relação ao nível de apetite ao risco definido a nível internacional pelo próprio Grupo, sendo a monitorização realizada através de um conjunto de indicadores, cujo resultado se encontra expresso no Quadro 3 e através do qual se pode concluir que tal exposição se encontra dentro da margem aceitável.

**QUADRO 3** Indicadores de gestão de risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco		MSG		
					Período de avaliação anterior (12-2020)	Avaliação do período atual (12-2021)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	312%	232%
	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	0	0
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0
Risco de contraparte	Contrapartes, bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	< = 50 %		> 50 %	10,4%	31,7%
Outros riscos financeiros	Alavancagem financeira	Trimestral	< = 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	> = 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	1401%	886%

### 3.8. Aspetos qualitativos

A organização confrontou-se mais uma vez com um ano difícil que exigiu dedicação e compromisso extremos.

A gestão das vicissitudes da pandemia continuou a realizar-se no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, através do Comité de Crise que quase sempre se reuniu com uma periodicidade semanal e foi tomando as medidas entendidas como as mais adequadas a cada momento.

Foi assim que, na sequência do aumento das infeções na parte final do ano anterior, se decidiu manter o regime de teletrabalho para a generalidade dos trabalhadores (cerca de 78%) ao longo do primeiro trimestre de 2021, aplicando o regime presencial apenas ao Comité de Direção e ao número de colaboradores das lojas estritamente necessário para assegurar a sua abertura em horário reduzido.

Posteriormente, por volta do segundo trimestre, foi fomentado o regime presencial através da incorporação dos colaboradores das chefias intermédias, retomando o horário normal de funcionamento das lojas, e no final do terceiro trimestre o regime presencial voltou a ser reforçado com a incorporação da generalidade dos colaboradores (cerca de 66%), sempre salvaguardando a sua saúde mediante a manutenção de distâncias de segurança e um esquema de rotação de equipas. Finalmente, no mês de dezembro, face ao agravamento da situação geral no país e em linha com as regras estabelecidas pelo governo, retomou-se o regime de teletrabalho, situação que abrangeu cerca

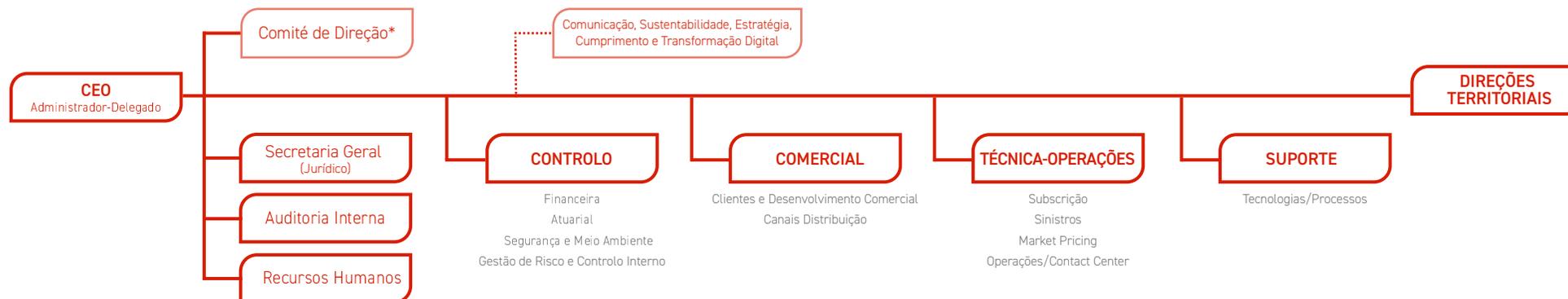
de 84% dos recursos e se manteve até meados de janeiro, altura em que foi retomado o processo de regresso gradual às instalações.

Tal como já tinha acontecido no ano anterior, estes movimentos decorreram de forma bastante natural, sem impacto negativo no desempenho e na prestação de serviço aos clientes.

Por outro lado, tendo sido um ano em que se verificou a incorporação de novos colaboradores, conforme estava planeado, para assegurar a devida resposta às exigências crescentes da atividade, nomeadamente às resultantes do serviço a prestar à *joint venture* MAPFRE Santander, viveu-se uma nova experiência, consubstanciada em várias admissões através de um processo virtual, com integração imediata em teletrabalho, desafio que podemos considerar amplamente superado.

Cumprimo-nos por isso destacar, mais uma vez, esta demonstração de compromisso e capacidade de adaptação por parte de todo o quadro de colaboradores, independentemente da sua maior ou menor experiência profissional e da sua maior ou menor antiguidade na empresa.

A estrutura organizativa não sofreu alterações em relação aos anos anteriores, tendo-se mantido conforme se ilustra no organigrama que se segue:



\*Constituído pelo CEO, pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos e pela Direção Geral da MAPFRE Santander.

Como vem acontecendo ao longo dos anos, por razões de sinergias e de tratamento integral dos clientes, esta estrutura é comum às atividades Não Vida e Vida, exploradas, pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e pela MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., respetivamente, sendo também através da mesma estrutura que se passaram a assegurar as atividades de suporte da *joint venture* MAPFRE Santander, S.A, com exceção da vertente de distribuição comercial que é realizada pelo Banco Santander, conforme previsto nos acordos entre os sócios.

No final do ano, esta estrutura estava composta por um quadro de 236 colaboradores, mais dois em relação ao ano anterior, no qual já se tinha verificado um aumento de cinco pessoas, como consequência da já mencionada necessidade de dar resposta às exigências crescentes da atividade.

O Total desdobra-se em 138 mulheres e 98 homens, correspondendo a 58% e 42% do Total, respetivamente, o que significa um reforço da representatividade do género feminino em relação ao ano anterior.

No que concerne à antiguidade, esta situa-se nos 16,6 anos, não tendo aumentado em relação ao ano anterior uma vez que houve entradas de novos colaboradores em substituição de outros mais antigos. Em relação à média de idades, pela mesma razão, observou-se apenas um ligeiro incremento, situando-se agora nos 46,1 anos.

Importa deixar uma referência ao investimento em formação, pilar do desenvolvimento das pessoas que dão corpo à Companhia. Este ano, foram disponibilizadas 9.775 horas de formação, o que

corresponde a uma média de 41,4 horas por colaborador. A situação pandémica não foi um entrave, tendo os condicionalismos dela derivados sido ultrapassados mediante a aposta nos meios digitais, através dos quais se realizaram a Totalidade das ações.

O dia a dia das diversas Áreas caracterizou-se por uma intensa atividade para dar resposta aos objetivos traçados no plano estratégico, cujo pilar mais importante foi, mais uma vez, o crescimento com rentabilidade.

Nesse sentido, merece um destaque especial ao desenvolvimento da *joint venture* MAPFRE Santander, sem descurar as necessidades próprias da MAPFRE Seguros Gerais, procurando estabelecer processos e implementar soluções a partir dos quais resultasse o aumento do volume de negócio e economias de escala para ambas as entidades.

Nesse contexto, devemos destacar os aspetos referidos em seguida, por serem aqueles em que se colocou um foco especial o nos quais se investiu a maior parte do tempo:

- A consolidação do produto Multirriscos PME que tinha sido lançado no final do ano anterior;
- O lançamento de um novo produto do ramo Automóvel e outro do ramo de Responsabilidade Civil para distribuição pela MAPFRE Santander na rede do Banco;
- A incorporação de funcionalidades inovadoras capazes de potenciar a agilidade na contratação, sendo a mais relevante a assinatura digital;

- A implementação da funcionalidade *real time* nos pagamentos por multibanco e o alargamento a todos os canais de comercialização dos pagamentos por MB Way e cartão de crédito;
- A migração da carteira pré-existente na *joint venture* MAPFRE Santander para os sistemas informáticos da MAPFRE e consequente assunção da sua gestão operativa integral;
- O projeto de migração para uma nova versão do módulo de contabilidade do programa informático SAP e a implementação do módulo de compras;
- Diversas melhorias operativas de forma a aumentar a eficiência.

Para o sucesso destes pontos foi preponderante a intervenção das Áreas Técnica, Financeira e de Tecnologias. O desempenho da Companhia contou, naturalmente, com o contributo das restantes Áreas que desenvolveram, igualmente, uma vasta atividade e cujos aspetos mais importantes, e não recorrentes, procuramos resumir em seguida.

A Área de Marketing e Clientes continuou focada em aprofundar a Visão de Cliente nos processos de negócio e na abordagem ao mercado, reforçando a proposta de valor através dos programas de fidelização “Cuidamos de Ti” e “Integralidade”, com os quais se procura aumentar a taxa de retenção e, assim, obter um crescimento sustentável e contínuo de clientes. Esta Área lançou ainda um relevante projeto de comunicação, o MAPFRE News, um jornal digital

que permite a divulgação das principais notícias e acontecimentos no mundo da MAPFRE em tempo real e em qualquer lado, com especial destaque para conteúdos específicos para determinados perfis de acesso reservado. O projeto contempla também o lançamento de uma App, que permitirá notificações e alertas e um reforço da dinamização comercial das redes de distribuição.

Na Área Atuarial, de entre os inúmeros trabalhos que levou a cabo, destaca-se o desenvolvimento de uma nova tarifa do ramo Automóvel, para apresentar no primeiro trimestre do ano 2022, e a implementação da estrutura de dados e de cálculos das provisões da MAPFRE Santander.

Por sua vez, a Área de Gestão de Riscos e Controlo Interno integrou no seu âmbito de responsabilidade o seguimento dos riscos associados à MAPFRE Santander e tutelou o projeto de implementação da nova versão da ferramenta informática de controlo do branqueamento de capitais.

A Unidade de Auditoria Interna tem a responsabilidade de proporcionar à Administração uma avaliação independente e objetiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, processos, gestão de riscos e governo interno contribuindo desta forma para a salvaguarda do valor, solvência e reputação da Companhia. Neste sentido, elabora um Plano Anual de Auditoria Interna tendo em conta todas as atividades e o Sistema de Governo da MAPFRE, adotando uma postura baseada no risco. O Plano é objeto de análise e aprovação por parte do Conselho de Administração, que periodicamente é informado sobre a execução do mesmo.

Antes de terminar a abordagem qualitativa à atividade da Companhia, face à aproximação da data de entrada em vigor das normas de contabilidade IFRS 17 e IFRS 9 e dada a relevância do seu impacto esperado nas demonstrações financeiras e na própria gestão da Companhia, é importante deixar aqui uma referência ao estado dos trabalhos tendentes à sua implementação.

Uma das linhas de trabalho que tem vindo a ser levada a cabo corresponde ao projeto de implementação de duas ferramentas – uma atuarial e outra financeira – desenvolvido na Área Corporativa Financeira para todo o Grupo MAPFRE, as quais serão utilizadas localmente, estando a parametrização da atuarial já terminada e da financeira na fase final.

Outra das linhas de trabalho tem sido a criação nos sistemas informáticos locais da Companhia de estruturas de catalogação e extração dos dados necessários para alimentar ambas as ferramentas, cujos trabalhos estão praticamente terminados, encontrando-se atualmente em elaboração a estrutura do novo plano de contas.

No que concerne à implementação das novas normas de contabilidade está previsto efetuar um encerramento de contas aplicando já as novas normas a partir do final do primeiro trimestre de 2022, em paralelo com os critérios das normas atualmente vigentes, e em janeiro de 2023 dar-se-á a implementação oficial, utilizando os paralelos do ano 2022 para a apresentação comparativa que é requerida nas divulgações de contas.

**As áreas Técnica, Financeira, de Tecnologias e de Marketing complementaram-se através dos seus diferentes contributos para o sucesso dos projetos e objetivos que a Companhia desenvolveu e a que se propôs alcançar.**

# 04 Outras informações

A estrutura de governo incorpora princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário de acordo com os normativos legislativos e regulamentares



## 4.1. Capital social

O capital social da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 euros constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., não tendo havido qualquer alteração em relação ao ano anterior.

## 4.2. Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário, contidos nos normativos legislativos e regulamentares.

Neste âmbito, adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
  - Conselho de Administração – Composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração.
  - Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.
  - Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.
- Eventuais alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.
- O Conselho de Administração, que reúne uma vez por trimestre, delibera sobre os assuntos previstos na legislação comercial e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade num Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

### 4.3. Política de remuneração dos órgãos sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que compõem o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são apresentadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e consideradas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., interessa mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por sete membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) Existe um administrador executivo – o Administrador Delegado – que auferem remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis;
- b) Os restantes administradores não são executivos, sendo que dois deles, incluindo o seu presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE;

- c) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos não pertencentes ao quadro de outras sociedades do Grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, consiste numa retribuição fixa anual que é divulgada nos termos legais;
- d) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer de forma diferente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal, tendo sido estabelecido de forma diferente por ata da Assembleia Geral de 27 de março de 2018;
- e) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões;

No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, sem considerar o Presidente que desempenha funções gratuitamente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos na Ata n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas nºs. 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014), e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

# 05

## Perspetivas para o futuro

**O compromisso futuro é continuar o trabalho conjunto das áreas para dar continuidade ao crescimento sustentado e com rentabilidade**

Os últimos dois anos foram marcados por desafios acrescidos a todos os níveis da gestão da Companhia, provenientes, em especial, dos condicionalismos da situação pandémica.

Não obstante, de uma forma geral os resultados obtidos têm-se mantido em linha com as expectativas, facto que atribuímos à consistência e ao acerto da estratégia definida há uns anos a esta parte, assente no pilar do crescimento com rentabilidade.

Deste modo, entendemos adequado continuar a guiar a nossa atuação segundo essa estratégia, sem prejuízo de introduzir alguns ajustamentos nos planos de ação através dos quais a implementaremos, de forma a acompanhar os movimentos do contexto em que estamos inseridos.

Nesse sentido, ao nível técnico, os ramos Automóvel, Multirriscos Habitação e Comércio e Indústria continuarão a beneficiar de uma atenção especial para garantir que se mantém atualizados, competitivos e rentáveis.

Em termos de canais de distribuição, manter-se-ão os esforços para fazer crescer os acordos de distribuição, bem como a rede própria de mediadores, através da dinamização da rede de lojas espalhadas por todo o país, nas quais a aposta será contínua.

Por outro lado, no que concerne ao canal bancário, uma vez que se encontra concluído e estabilizado todo o processo operativo de gestão da *joint venture* MAPFRE Santander, espera-se poder começar a beneficiar em 2022 de uma expansão significativa do volume de vendas.



**Uma retaguarda de serviços operativos ágil e eficiente, bem como os investimentos na melhoria dos processos e das infraestruturas tecnológicas são os aliados para alcançar o sucesso técnico e comercial.**

Estas linhas de atuação comercial serão complementadas pelo desenvolvimento dos canais online de venda e serviço, acompanhadas do lado do *marketing* pela consolidação dos programas de aproximação e retenção, os quais disponibilizarão benefícios reais aos clientes.

Cientes de que para alcançar o sucesso técnico e comercial é imprescindível dispor de uma retaguarda de serviços operativos ágil e eficiente, não serão descurados os investimentos na melhoria dos processos e das infraestruturas tecnológicas.

Com tudo isto, é nossa Total convicção de que poderemos apresentar nos próximos anos resultados consistentemente positivos e um balanço sólido que permitirá manter um elevado nível de solvência.

É certo que continua a pairar a incerteza associada à pandemia Covid-19, porém, apoiados no plano de continuidade de negócio de que dispomos e que deu provas concretas da sua robustez nos últimos dois anos, continuamos confiantes de que seremos capazes de ultrapassar as dificuldades que possam advir sem colocar em causa o desenvolvimento da atividade e os indicadores patrimoniais da Companhia, nomeadamente a liquidez e o nível de capital.

No seguimento dos acontecimentos mais recentes, já em 2022, em que eclodiu um conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão atingir outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros, resultantes das sanções aplicadas e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência, a Companhia realiza procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2022.

O plano de continuidade de negócio implementado na Companhia já deu provas da sua robustez, e permitirá com confiança dar continuidade ao desenvolvimento da atividade e dos indicadores patrimoniais, nomeadamente a liquidez e o nível de capital.

# 06

## Agradecimentos

**Neste caminho de bons resultados,  
todos foram relevantes através  
do seu contributo nas suas funções**

Pelo contexto adverso e complexo em que se desenvolveu a atividade nos últimos anos, tem sido muito importante e gratificante poder contar com todos os que, de uma forma direta ou indireta, se relacionam connosco.

Permitimo-nos destacar a confiança dos nossos clientes a quem queremos reforçar e assegurar o nosso compromisso de continuar a trabalhar para lhes proporcionar uma boa qualidade de serviço e disponibilizar produtos adequados às suas reais necessidades.

Uma menção também para a inextinguível dedicação, capacidade de adaptação e resiliência dos nossos recursos humanos que têm feito jus à designação de capital humano.

Também de referir a aportação da rede de mediadores que tem sabido reinventar-se e acompanhar a transformação das relações e da forma de fazer negócio.



A boa qualidade de serviço não seria possível sem contar com o suporte dos fornecedores de bens e serviços, também eles sujeitos a muitos condicionalismos, cuja capacidade de resposta merece destaque.

Uma referência especial aos nossos resseguradores por terem continuado a acreditar e a confiar na nossa gestão e ajudarem a mitigar os riscos.

Também um agradecimento ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, os quais se pautaram por uma estrita independência, conforme se deseja no exercício do seu papel de órgãos de fiscalização.

Terminamos destacando com apreço a colaboração institucional da parte da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, que enquanto regulador tem assegurado a estabilidade do setor, bem como da APS – Associação Portuguesa de Seguradores que tem contribuído para a coesão do mercado.

# 07

## Aplicação de resultados

Com o objetivo de otimizar o nível de capital sob gestão, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício no montante de 7.118.096,55 euros, seja aplicado no reforço dos capitais próprios e na remuneração da sua acionista, da seguinte forma:

Reserva legal: 711.809,66 euros

Reservas livres: 711.809,65 euros

Distribuição de dividendos: 5.694.477,24 euros

Lisboa, 29 de março de 2022

### O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez  
**(Presidente)**

António Luís de Azevedo Portela  
**(Vogal)**  
(representado por José Manuel Inchausti Pérez)

Miguel Pedro Caetano Ramos  
**(Vogal)**  
(representado por Luis Anula Rodriguez)

Luis Anula Rodriguez  
**(Vogal/Administrador-Delegado)**

Antonio Nuñez Tovar  
**(Vogal)**

António do Pranto Nogueira Leite  
**(Vogal)**

Javier del Río Martín  
**(Vogal)**  
(representado por Luis Anula Rodriguez)

### O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

CUIDAMOS DO QUE TE IMPORTA CUIDAMOS DO QUE TE IMPORTA



# 03

## CONTAS

### ANUAIS 2021

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	<b>Ativo</b>				
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.758.507,42		4.758.507,42	8.412.309,93
4	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	25.682.936,61		25.682.936,61	35.400.000,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	133.104.197,54		133.104.197,54	153.207.875,74
	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
6	Terrenos e edifícios	10.706.418,62	5.201.088,48	5.505.330,14	5.637.085,42
	Terrenos e edifícios de uso próprio	9.730.828,21	4.742.518,82	4.988.309,39	5.144.778,77
	Terrenos e edifícios de rendimento	975.590,41	458.569,66	517.020,75	492.306,65
7	Outros ativos tangíveis	5.760.628,86	3.971.907,90	1.788.720,96	2.027.885,69
	Inventários			0,00	0,00
8	Ativos sob direito de uso	3.485.620,90	1.328.532,90	2.157.088,00	2.302.739,37
	<i>Goodwill</i>			0,00	0,00

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
9	Outros ativos intangíveis	15.494.425,46	5.845.649,41	9.648.776,05	938.072,70
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	45.953.582,33		45.953.582,33	45.137.881,59
	Provisão para prémios não adquiridos	10.348.697,55		10.348.697,55	9.872.437,03
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	35.604.884,78		35.604.884,78	35.265.444,56
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
28	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	139.491,68		139.491,68	143.881,69
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	15.867.692,95	379.331,43	15.488.361,52	20.439.780,75
	Contas a receber por operações de seguro direto	7.356.447,25	379.331,43	6.977.115,82	8.035.215,51
	Contas a receber por operações de resseguro	1.675.187,59		1.675.187,59	5.635,15
	Contas a receber por outras operações	6.836.058,11		6.836.058,11	12.398.930,09
12	Ativos por impostos e taxas	488.724,97		488.724,97	464.101,08
	Ativos por impostos correntes	488.724,97		488.724,97	464.101,08
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos	322.732,52		322.732,52	402.473,32
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	<b>Total do ativo</b>	<b>261.764.959,86</b>	<b>16.726.510,12</b>	<b>245.038.449,74</b>	<b>274.514.087,28</b>

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	<b>Passivo e capital próprio</b>		
	<b>Passivo</b>		
14	Provisões técnicas	150.426.920,47	150.020.563,34
	Provisão para prémios não adquiridos	27.830.511,04	27.655.248,58
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	119.069.598,01	119.161.088,43
	De vida		
	De acidentes de trabalho	53.319.138,06	53.106.868,71
	De outros ramos	65.750.459,95	66.054.219,72
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	2.921.773,41	2.849.539,45
	Provisão para riscos em curso	605.038,01	354.686,88
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
15	Outros passivos financeiros	10.896,83	11.022,66
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	10.896,83	11.022,66
	Passivos de locação		
28	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	139.491,68	143.881,69
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.691.361,97	6.993.580,81
	Contas a pagar por operações de seguro direto	4.209.239,10	3.999.574,16
	Contas a pagar por operações de resseguro	2.190.488,18	2.083.029,17
	Contas a pagar por outras operações	1.291.634,69	910.977,48
12	Passivos por impostos	8.370.850,05	10.467.391,43
	Passivos por impostos correntes	3.270.089,56	3.622.806,63

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Passivos por impostos diferidos	5.100.760,49	6.844.584,80
16	Passivos de locação	2.267.958,67	2.401.058,65
18	Acréscimos e diferimentos	4.486.825,85	3.944.035,03
19	Outras provisões	23.787,09	23.787,09
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	<b>Total do passivo</b>	<b>173.418.092,61</b>	<b>174.005.320,70</b>
	<b>Capital próprio</b>		
20	Capital (Ações próprias)	33.108.650,00	33.108.650,00
	Outros instrumentos de capital		
21	Reservas de reavaliação	24.294.050,09	32.044.380,40
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	24.294.050,09	32.044.380,40
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
21	Reserva por impostos diferidos	(5.466.161,28)	(7.209.985,59)
21	Outras reservas	12.565.721,77	36.686.593,09
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	7.118.096,55	5.879.128,68
	<b>Total do capital próprio</b>	<b>71.620.357,13</b>	<b>100.508.766,58</b>
	<b>Total do passivo e capital próprio</b>	<b>245.038.449,74</b>	<b>274.514.087,28</b>

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		65.208.997,10		65.208.997,10	66.150.441,45
	Prémios brutos emitidos		102.453.084,13		102.453.084,13	100.545.207,86
	Prémios de resseguro cedido		37.245.083,54		37.245.083,54	33.798.100,10
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		810.198,74		810.198,74	2.664.863,04
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		811.195,25		811.195,25	2.068.196,73
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexo 4.1 e 4.2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		38.159.418,92		38.159.418,92	39.968.917,51
	Montantes pagos		38.591.999,36		38.591.999,36	40.079.002,38
23	Montantes brutos		57.094.666,83		57.094.666,83	55.431.449,00
	Parte dos resseguradores		18.502.667,47		18.502.667,47	15.352.446,62
	Provisão para sinistros (variação)		(432.580,44)		(432.580,44)	(110.084,87)
Anexo 3.1 e 3.2	Montante bruto		(93.140,22)		(93.140,22)	11.700.090,44
	Parte dos resseguradores		339.440,22		339.440,22	11.810.175,31
24	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		322.585,09		322.585,09	99.971,94
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
25; 27	Custos e gastos de exploração líquidos		22.583.691,47		22.583.691,47	21.391.792,44
26	Custos de aquisição		21.791.655,61		21.791.655,61	20.248.792,78
14	Custos de aquisição diferidos (variação)		(634.936,28)		(634.936,28)	(497.183,33)
	Gastos administrativos		5.050.200,59		5.050.200,59	4.842.961,84
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.623.228,45		3.623.228,45	3.202.778,85
29	Rendimentos		3.696.024,50	0,00	3.696.024,50	3.838.103,55
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		3.673.074,50		3.673.074,50	3.803.401,55
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		22.950,00		22.950,00	34.702,00
30	Gastos financeiros		1.363.384,06	0,00	1.363.384,06	1.087.052,38
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		382.198,62		382.198,62	399.628,73

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		981.185,44	0,00	981.185,44	687.423,65
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		2.679.739,14	0,00	2.679.739,14	753.740,47
	De ativos disponíveis para venda		2.679.739,14		2.679.739,14	753.740,47
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
32	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(28.856,09)		(28.856,09)	(291.659,44)
34	Outras provisões (variação)			(560.009,37)	(560.009,37)	(140.189,92)
35	Outros rendimentos/gastos			205.655,62	205.655,62	242.262,15
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos		9.126.825,11	765.664,99	9.892.490,10	8.285.343,83
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			2.774.393,55	2.774.393,55	2.406.215,15
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos				0,00	0,00
	<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>9.126.825,11</b>	<b>(2.008.728,56)</b>	<b>7.118.096,55</b>	<b>5.879.128,68</b>

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas		
	<b>Balanco a 31 de dezembro 2020 (balanco de abertura)</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>32.044.380,40</b>	<b>(7.209.985,59)</b>	<b>5.958.262,23</b>	<b>2.979.548,04</b>	<b>27.748.782,81</b>	<b>5.879.128,68</b>	<b>100.508.766,58</b>
	Correções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	<b>Balanco de abertura alterado</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>32.044.380,40</b>	<b>(7.209.985,59)</b>	<b>5.958.262,23</b>	<b>2.979.548,04</b>	<b>27.748.782,81</b>	<b>5.879.128,68</b>	<b>100.508.766,58</b>
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(7.750.330,31)	1.743.824,31					(6.006.506,00)
20; 21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				587.912,87		5.291.215,81	(5.879.128,68)	0,00
20	Distribuição de reservas						(30.000.000,00)		(30.000.000,00)
28	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas								0,00
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>0,00</b>	<b>(7.750.330,31)</b>	<b>1.743.824,31</b>	<b>587.912,87</b>	<b>0,00</b>	<b>(24.708.784,19)</b>	<b>(5.879.128,68)</b>	<b>(36.006.506,00)</b>
	Resultado líquido do exercício							7.118.096,55	7.118.096,55
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	<b>Balanco a 31 de dezembro 2021</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>24.294.050,09</b>	<b>(5.466.161,28)</b>	<b>6.546.175,10</b>	<b>2.979.548,04</b>	<b>3.039.998,63</b>	<b>7.118.096,55</b>	<b>71.620.357,13</b>

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas		
	<b>Balço a 31 de dezembro 2019 (balço de abertura)</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>29.346.201,55</b>	<b>(6.602.895,35)</b>	<b>5.406.811,99</b>	<b>2.979.548,04</b>	<b>22.785.730,70</b>	<b>5.514.502,36</b>	<b>92.538.549,29</b>
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	<b>Balço de abertura alterado</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>29.346.201,55</b>	<b>(6.602.895,35)</b>	<b>5.406.811,99</b>	<b>2.979.548,04</b>	<b>22.785.730,70</b>	<b>5.514.502,36</b>	<b>92.538.549,29</b>
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		2.698.178,85	(607.090,24)					2.091.088,61
20; 21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				551.450,25		4.963.052,11	(5.514.502,36)	0,00
28	Variação de desvíos atuariais reconhecidos nas reservas								0,00
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>0,00</b>	<b>2.698.178,85</b>	<b>(607.090,24)</b>	<b>551.450,25</b>	<b>0,00</b>	<b>4.963.052,11</b>	<b>(5.514.502,36)</b>	<b>2.091.088,61</b>
	Resultado líquido do exercício							5.879.128,68	5.879.128,68
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	<b>Balço a 31 de dezembro 2020</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>32.044.380,40</b>	<b>(7.209.985,59)</b>	<b>5.958.262,23</b>	<b>2.979.548,04</b>	<b>27.748.782,81</b>	<b>5.879.128,68</b>	<b>100.508.766,58</b>

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
	<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>		<b>(6.006.506,00)</b>		<b>(6.006.506,00)</b>	2.091.088,61
21	Varição de da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda		<b>(7.750.330,31)</b>		<b>(7.750.330,31)</b>	2.698.178,85
21	Impostos correntes e diferidos		<b>1.743.824,31</b>		<b>1.743.824,31</b>	(607.090,24)
	<b>Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
28	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	0,00
	<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>		<b>(6.006.506,00)</b>		<b>(6.006.506,00)</b>	<b>2.091.088,61</b>
	<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>9.126.825,11</b>	<b>(2.008.728,56)</b>	<b>7.118.096,55</b>	<b>5.879.128,68</b>
	<b>Total do Rendimento Integral do Exercício</b>		<b>3.120.319,11</b>	<b>(2.008.728,56)</b>	<b>1.111.590,55</b>	<b>7.970.217,29</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Euros

Notas do anexo	Demonstração de fluxos de caixa	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	<b>Atividades operacionais</b>		
	Prêmios recebidos *	119.661.085,69	115.314.143,00
	Sinistros pagos	(49.851.967,45)	(47.044.150,01)
	Pagamentos de comissões	(9.536.699,60)	(8.107.803,81)
	Entradas de resseguro	5.489.545,78	4.261.958,21
	Saídas de resseguro	(23.614.898,06)	(21.733.262,81)
	Entradas de co-seguro	837.046,97	1.214.603,71
	Saídas de co-seguro	(2.878.338,74)	(1.829.938,08)
	Pagamento de locações a curto prazo	(396.924,78)	(402.126,13)
	Pagamento de locações de ativos de baixo valor	(240.832,14)	(263.432,12)
	Outros recebimentos	8.848.549,20	2.235.426,13
	Outros pagamentos	(36.695.823,97)	(42.320.250,72)
	Imposto sobre o rendimento	(2.929.218,93)	(1.442.430,02)
	<b>Total de fluxos operacionais</b>	<b>8.691.523,97</b>	<b>(117.262,65)</b>
	<b>Atividades de investimento</b>		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(173.965,35)	(1.064.775,57)

Euros

Notas do anexo	Demonstração de fluxos de caixa	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Aquisições de rendas recebidas	22.950,00	34.702,00
	Titulos de dívida - compras	(30.646.664,15)	(40.375.079,12)
	Titulos de dívida - vendas	48.735.273,09	55.028.750,46
	Instrumentos capital e UP - compras	(11.664.243,60)	(23.767.540,10)
	Instrumentos capital e UP - vendas	8.268.367,17	10.767.031,98
	Juros recebidos	3.088.028,42	3.091.647,59
	Dividendos recebidos	483.891,34	333.287,67
	<b>Total de fluxos de investimento</b>	<b>18.113.636,92</b>	<b>4.048.024,91</b>
	Pagamento de dividendos aos acionistas	(30.000.000,00)	0,00
	Pagamento parte capital dos passivos de locação	(407.462,16)	(269.958,94)
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(51.501,24)	(56.978,76)
	<b>Total de fluxos de financiamento</b>	<b>(30.458.963,40)</b>	<b>(326.937,70)</b>
	Efeito cambial	0,00	0,00
	<b>Aumento de caixa</b>	<b>(3.653.802,51)</b>	<b>3.603.824,56</b>
	<b>Caixa no início</b>	<b>8.412.309,93</b>	<b>4.808.485,37</b>
3	<b>Caixa no fim</b>	<b>4.758.507,42</b>	<b>8.412.309,93</b>

\* Inclui o prêmio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



# 04

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

# Índice

1.	Informações Gerais	42	23.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	87
2.	Políticas Contabilísticas	43	24.	Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	87
3.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	56	25.	Custos e Gastos de Exploração Líquidos	88
4.	Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	56	26.	Custos de Aquisição	90
5.	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	59	27.	Gastos com o Pessoal	91
6.	Terrenos e Edifícios	64	28.	Obrigações com Benefícios dos Empregados	92
7.	Outros Ativos Tangíveis	67	29.	Rendimentos	97
8.	Ativos sob Direito de Uso	69	30.	Gastos Financeiros	98
9.	Outros Ativos Intangíveis	70	31.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	99
10.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	71	32.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	100
11.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	72	33.	Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	100
12.	Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	73	34.	Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	101
13.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	76	35.	Outros Rendimentos e Gastos	101
14.	Provisões Técnicas	77	36.	Relato por Segmentos	102
15.	Outros Passivos Financeiros	79	37.	Entidades Relacionadas	105
16.	Passivos de Locação	80	38.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	110
17.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	82	39.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	118
18.	Acréscimos e Diferimentos	83	40.	Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	124
19.	Outras Provisões	83	41.	Elementos Extrapatrimoniais	128
20.	Capital	84	42.	Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	128
21.	Reservas	85	43.	Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	128
22.	Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	86			

# 01 Informações Gerais

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Companhia) foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

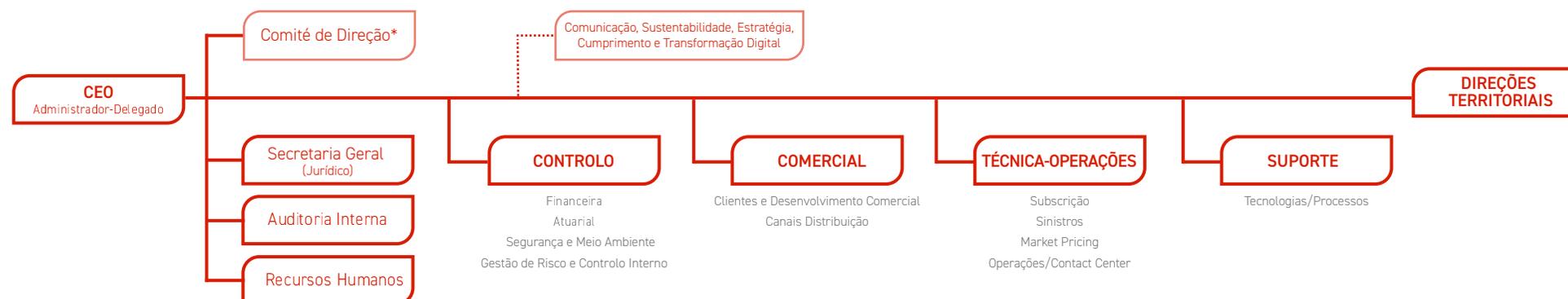
A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, n.º 9.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama que aqui se apresenta:

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2021, prémios de 102,45 milhões de euros, o que representa

um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 13%, Automóvel 44%, Incêndio e Outros Danos 32% e os restantes 11% aos restantes ramos.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2021, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado, e na redução sustentada do rácio combinado.



\*Constituído pelo CEO, pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos e pela Direção Geral da MAPFRE Santander.

# 02 Políticas Contabilísticas

## 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2018, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2023. A Companhia optou por continuar a aplicar a IAS 39 e assim fazer coincidir a data de efetividade da IFRS 17 com a da IFRS 9.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

No exercício de 2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação (carteira desreconhecida no exercício de 2017) e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em [www.mapfre.com](http://www.mapfre.com).

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

## 2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

## 2.3. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma filial nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em filiais e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado sempre que são identificados indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma filial ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa filial.

## 2.4. Instrumentos financeiros

### a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

As aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data

da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

#### De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subseqüentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

### Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentem sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e

- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda".

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui "um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo", a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2021 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo os quais esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

## 2.5. Terrenos e edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à Totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 (Ativos Fixos Tangíveis) e IAS 40 (Propriedades de Investimento).

Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

## 2.6. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º de anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1000 euros são Totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

## 2.7. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos resultantes da aquisição de direitos adquiridos a terceiros em condições de mercado são registados ao custo. A amortização destes direitos é efetuada tendo por base o prazo do contrato que o gerou, sempre que tenha vida finita e, de acordo com a expectativa de geração de fluxos financeiros para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

## 2.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

## 2.9. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

## 2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

### a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

### b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

## 2.11. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Desta forma, em passivos financeiros estão registados os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

## 2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

## 2.13. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

## 2.14. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada

em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

## 2.15. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

### a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

## Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados, respetivamente, como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

## Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

## Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

### b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos

deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

### c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica) com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R.

### d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R da ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

## e) Provisão para sinistros

### Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e para o IDS Devedor.

### Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

### Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

### Provisão para custos de gestão de sinistros

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

### Provisão para assistência vitalícia

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

### Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial,

com base nas tabelas de mortalidade 119,63% PERM12\_C2 e 119,63% PERF12\_C2 com uma taxa de juro de 3,77% até à duração da carteira de ativos subjacentes e com base na curva livre de risco com ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para o período remanescente.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 7,13% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 0,29% sobre o valor de provisões a cada ano projetado. Ao valor apurado de 10,11% relativo aos encargos de gestão de sinistros, aplicou-se uma inflação anual de 1,0%.

No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

### f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 38.

### g) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

No decurso da sua atividade, a Companhia cede negócio. Os valores a receber ou a pagar, relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

## 2.16. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme a prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
  - i. Custos de aquisição;
  - ii. Gastos administrativos.
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 25 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

## 2.17. Benefícios dos empregados

### a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

#### Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 03/09/2020.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52.<sup>a</sup> e 53.<sup>a</sup>, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

#### Plano de benefícios definido

Fruto da celebração do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

### b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44.<sup>a</sup> do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 03/09/2020 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

### c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

## 2.18. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

A aposta em formação manteve-se, um pilar do desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, tendo sido disponibilizadas 9.775 horas de formação, uma média de 41,4 horas por colaborador.

## 2.19. Locações

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- i. o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- ii. a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e
- iii. a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar “como” e “com que objetivo” o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o “como” e “com que objetivo” este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

### Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para dismantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se espera virem a ser pagos sob uma garantia residual e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação e penalidades por rescisão antecipada de locação, a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos, no Balanço.

## Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

## 2.20. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### a) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

### b) Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

### c) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash-flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### **d) Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

#### **e) Impostos diferidos**

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;

- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e

- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

#### **f) Justo valor dos ativos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **g) Imparidade dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos através da avaliação do valor dos mesmos, sempre que existam sinais de imparidade, baseando-se no valor estimado dos *cash-flows* futuros descontados. Devido ao facto da metodologia aplicada se basear em pressupostos e estimativas, as alterações dos mesmos poderão resultar em impactos na determinação da imparidade.

As eventuais perdas por imparidade serão reconhecidas em resultados do exercício.

## 03 Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo Total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

Euros

Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2021	2020
Caixa e equivalentes	5.512,05	13.158,10
Depósitos à ordem	4.752.995,37	8.399.151,83
<b>Total</b>	<b>4.758.507,42</b>	<b>8.412.309,93</b>

## 04 Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Euros

Entidade	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	<b>21.000.000,00</b>	21.000.000,00
MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A.	<b>4.682.936,61</b>	14.400.000,00
<b>Total</b>	<b>25.682.936,61</b>	<b>35.400.000,00</b>

Relativamente à participação financeira detida na MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A. importa ter em atenção que, no âmbito do processo de aquisição, que ocorreu no final do exercício passado, o contrato estabelecido entre a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. e o Banco Santander, S.A. incluía duas componentes:

- 1) Aquisição de 50,01% da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., com posterior alteração de denominação para MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.;
- 2) Formalização de um contrato de distribuição de seguros, na rede de balcões do Banco Santander, até 2037.

Nesta base, durante o exercício de 2021, procedeu-se a desagregação do valor pago no final do ano passado, no montante de 14,4 milhões de euros, em linha com as condições contratuais referidas acima. O tratamento contabilístico definido foi o seguinte:

- Definição do justo valor da participação financeira, no montante de 4.682.936,61 euros, o qual não difere substancialmente dos capitais próprios da companhia adquirida, tendo por base as características dos ativos desta entidade;
- Atribuição do valor ao contrato de distribuição de seguros, no montante de 9.717.063,39 euros, que cumpre com as regras de classificação de ativo intangível, conforme estabelecido na IAS 38. Desta forma, este montante foi reclassificado para uma rubrica de outros ativos intangíveis, conforme Nota 9 e será amortizado, de acordo com a produção de contratos estimada até 2037.

Refira-se que, à data de 31 de dezembro de 2020, por se tratar de uma operação recente, não tinha sido efetuada a desagregação do valor entre os dois ativos. De qualquer modo, o impacto em termos de amortização do ativo intangível no exercício anterior seria sempre imaterial.

No quadro abaixo, apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Euros

Entidade	2021	2020
MAPFRE Seguros de Vida, S.A. (% participação de 100%)		
Total dos ativos	<b>342.783.816,57</b>	332.492.134,96
Total dos passivos	<b>295.080.066,60</b>	282.282.650,43
Produção seguro direto	<b>60.521.635,29</b>	35.332.551,19
Resultados	<b>754.740,03</b>	2.885.244,66

Euros

Entidade	2021	2020
MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A. (% participação de 50,01%)		
Total dos ativos	<b>13.297.285,54</b>	13.666.715,47
Total dos passivos	<b>7.951.499,25</b>	5.450.556,71
Produção seguro direto	<b>4.239.187,35</b>	2.883.064,74
Resultados	<b>(2.870.372,47)</b>	(1.147.841,66)

## 4.1. Participação na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

Nesse mesmo ano, a Companhia procedeu a um aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000 de euros.

A 31 de dezembro de 2021, considerando a performance económico-financeira desta participada ao longo dos últimos anos, o Conselho de Administração determinou que não existem sinais de imparidade.

## 4.2. Participação na MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A.

No exercício de 2020, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. estabeleceu uma parceria com o Grupo Santander, que passa pela distribuição em Portugal, até dezembro de 2037, dos seguros automóvel, multirriscos para PME e de responsabilidade civil da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. pela rede comercial do Grupo Santander.

Esta parceria materializou-se, conforme autorização do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) emitida no 14 de outubro de 2020, pela aquisição por parte da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. de uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., mantendo a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a propriedade do capital social remanescente. A denominação social foi alterada para MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando a fase embrionária em que se encontra este negócio e o *business plan* previsto, o qual demonstra que os benefícios económicos futuros resultantes deste negócio são bastante superiores ao custo de aquisição da Companhia, o Conselho de Administração determinou que não existem sinais de imparidade.

## 4.3. Partes de capital

As partes de capital em empresas associadas e filiais foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. e nas estimativas de resultados futuros, suportadas pelo *business plan* preparado em 2021 para o negócio da MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A. não foram identificados indícios de imparidade neste exercício.

# 05 Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

## 5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário/imobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais, encontra-se nos quadros seguintes:

Euros					Euros				
2021					2020				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e Unidades de participação	Outros depósitos	Total	Rubrica	Títulos de dívida	Ações e Unidades de participação	Outros depósitos	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>134.367.054,00</b>	<b>18.840.821,74</b>	-	<b>153.207.875,74</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>144.298.002,06</b>	<b>21.582.435,22</b>	-	<b>165.880.437,28</b>
Aquisições (a valor aquisição)	30.538.771,36	14.689.306,99	-	45.228.078,35	Aquisições (a valor aquisição)	40.007.233,36	9.365.987,42	-	49.373.220,78
Vendas (a valor venda)	(44.398.100,05)	(11.290.017,08)	-	(55.688.117,13)	Vendas (a valor venda)	(51.570.776,99)	(10.772.878,16)	-	(62.343.655,15)
Reembolsos (a valor reembolso)	(4.159.115,73)	-	-	(4.159.115,73)	Reembolsos (a valor reembolso)	(2.739.968,47)	-	-	(2.739.968,47)
Varição do justo valor (reserva de reavaliação)	(8.250.964,64)	500.634,33	-	(7.750.330,31)	Varição do justo valor (reserva de reavaliação)	3.759.513,91	(1.061.335,06)	-	2.698.178,85
Varição do justo valor (ganhos e perdas)	837.361,55	1.842.377,59	-	2.679.739,14	Varição do justo valor (ganhos e perdas)	1.027.128,15	(273.387,68)	-	753.740,47
Varição do custo amortizado	(232.692,27)	-	-	(232.692,27)	Varição do custo amortizado	(253.925,53)	-	-	(253.925,53)
Varição juro decorrido	(181.240,25)	-	-	(181.240,25)	Varição juro decorrido	(160.152,49)	-	-	(160.152,49)
<b>Saldo final</b>	<b>108.521.073,97</b>	<b>24.583.123,57</b>	-	<b>133.104.197,54</b>	<b>Saldo final</b>	<b>134.367.054,00</b>	<b>18.840.821,74</b>	-	<b>153.207.875,74</b>

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

2021						
Tipo de ativo	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.934.496,35	(271.664,19)	24.294.050,09	1.147.315,29	-	133.104.197,54
Ações	3.347.883,53	-	819.859,72	-	-	4.167.743,25
Unidades participação	19.907.172,15	-	508.208,17	-	-	20.415.380,32
Títulos de dívida pública	64.529.533,32	(5.540,41)	22.408.397,90	1.002.989,54	-	87.935.380,35
Títulos de outros emissores públicos	1.324.352,50	(111.678,54)	81.085,61	2.707,45	-	1.296.467,02
Títulos de outros emissores	18.825.554,85	(154.445,24)	476.498,69	141.618,30	-	19.289.226,60
<b>Total</b>	<b>107.934.496,35</b>	<b>(271.664,19)</b>	<b>24.294.050,09</b>	<b>1.147.315,29</b>	<b>-</b>	<b>133.104.197,54</b>

**7.727**  
MILHÕES €  
VOLUME SEGMENTO VIDA

Euros

2020						
Tipo de ativo	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	120.148.120,22	(313.180,42)	32.044.380,40	1.328.555,54	-	153.207.875,74
Ações	5.687.221,88	-	469.904,84	-	-	6.157.126,72
Unidades participação	12.326.166,30	-	357.528,72	-	-	12.683.695,02
Títulos de dívida pública	64.970.985,55	(80.506,38)	29.527.133,98	1.007.780,78	-	95.425.393,93
Títulos de outros emissores públicos	3.266.378,60	(56.607,24)	133.802,37	87.565,66	-	3.431.139,39
Títulos de outros emissores	33.897.367,89	(176.066,80)	1.556.010,49	233.209,10	-	35.510.520,68
<b>Total</b>	<b>120.148.120,22</b>	<b>(313.180,42)</b>	<b>32.044.380,40</b>	<b>1.328.555,54</b>	<b>-</b>	<b>153.207.875,74</b>

**5.619**  
MILHÕES €  
DESEMPENHO SEGMENTO NÃO VIDA

No Anexo 1.1. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em "Ativos financeiros disponíveis para venda".

## 5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2021, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da “*Bloomberg*” obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação de consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

O volume de prémios emitidos atingiu os 102,45 milhões de euros, crescimento de 1,9%, que corresponde a cerca de 2 milhões de euros, um crescimento mais moderado em relação ao ano anterior e ao conjunto do mercado.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 12.521.894,63 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS2398290077	ACCIONA FINANCIACION FILIALES S.A.
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B.V.
FR00140002W1	ASSISTANCE PUBLIQUE HOPITAUX MARSEILLE
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A.
LCRSANT-0001	BANCO SANTANDER S.A.
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V.
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V.
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V.
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V.
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V.
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC.ELEC FTA
FR0014000568	GRAND DELTA HABITAT
FR0014002226	GRAND DELTA HABITAT
ES0505087678	IM FORTIA 1 F.T.
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING PTE LTD.
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP-
XS2310118547	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP-
XS2237302646	STG GLOBAL FINANCE B.V.
XS1715328768	SWEDISH MATCH AB
ES0000012965	TESORO PÚBLICO
ES0505496127	VALL COMPANYS

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. No entanto, no exercício de 2021, houve uma exceção, tendo sido valorizado pelo custo, pelo montante de 6.834.258,37 euros, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REAL ESTATEII
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN
LU2254260586	GINKGO FUND III SCA SICAV
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PRIV DEBT
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR
LU1928608063	P/GLOBAL SOCIAL IMPACT FUND
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MAPFRE
LU1857396433	STABLE INCOME EUR.FUND SICAV-RAIF GLL

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

**Nível 1** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

**Nível 2** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

**Nível 3** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categorias são determinadas em cada data de reporte. Apresentam-se, nos quadros ao lado, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

## 5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2021.

2021				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	4.167.743,25	-	-	4.167.743,25
Unidades de participação	13.581.121,95	-	6.834.258,37	20.415.380,32
Títulos de dívida pública	86.125.676,17	1.809.704,18	-	87.935.380,35
Títulos de outros emissores públicos	201.060,45	1.095.406,57	-	1.296.467,02
Títulos de outros emissores	9.672.442,72	9.483.673,45	133.110,43	19.289.226,60
<b>Total</b>	<b>113.748.044,54</b>	<b>12.388.784,20</b>	<b>6.967.368,80</b>	<b>133.104.197,54</b>

2020				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	6.157.126,72	-	-	6.157.126,72
Unidades de participação	8.037.226,54	-	4.646.468,48	12.683.695,02
Títulos de dívida pública	95.425.393,93	-	-	95.425.393,93
Títulos de outros emissores públicos	3.431.139,39	-	-	3.431.139,39
Títulos de outros emissores	24.359.082,15	11.151.438,53	-	35.510.520,68
<b>Total</b>	<b>137.409.968,73</b>	<b>11.151.438,53</b>	<b>4.646.468,48</b>	<b>153.207.875,74</b>

## 06 Terrenos e Edifícios

O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na Conservatória do Registo Predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade; se balcão delegado, pela saída do delegado.

Apresentamos, no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Euros

2021			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/Imparidades	Valor líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	10.706.418,62	5.069.333,20	5.637.085,42
<b>Saldo final</b>	<b>10.706.418,62</b>	<b>5.201.088,48</b>	<b>5.505.330,14</b>

Euros

2020			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/Imparidades	Valor líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	10.706.418,62	4.937.577,92	5.768.840,70
<b>Saldo final</b>	<b>10.706.418,62</b>	<b>5.069.333,20</b>	<b>5.637.085,42</b>

Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2021 e 2020:

Euros

2021			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
<b>Valor de aquisição</b>			
Saldo inicial	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	(59.894,33)	59.894,33	-
Edifícios em curso	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>9.730.828,21</b>	<b>975.590,41</b>	<b>10.706.418,62</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo inicial	3.134.642,57	310.687,11	3.445.329,68
Depreciações	119.854,53	11.900,75	131.755,28
Alienações	-	-	-
Transferências	(23.279,48)	23.279,48	-
<b>Saldo final</b>	<b>3.231.217,62</b>	<b>345.867,34</b>	<b>3.577.084,96</b>
<b>Imparidades</b>			
Saldo inicial	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52
Movimento do ano	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.511.301,20</b>	<b>112.702,32</b>	<b>1.624.003,52</b>
<b>Valor líquido</b>			
Saldo inicial	5.144.778,77	492.306,65	5.637.085,42
<b>Saldo final</b>	<b>4.988.309,39</b>	<b>517.020,75</b>	<b>5.505.330,14</b>

Euros

2020			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
<b>Valor de aquisição</b>			
Saldo inicial	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Edifícios em curso	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>9.790.722,54</b>	<b>915.696,08</b>	<b>10.706.418,62</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo inicial	3.014.632,33	298.942,07	3.313.574,40
Depreciações	120.010,24	11.745,04	131.755,28
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>3.134.642,57</b>	<b>310.687,11</b>	<b>3.445.329,68</b>
<b>Imparidades</b>			
Saldo inicial	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52
Movimento do ano	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.511.301,20</b>	<b>112.702,32</b>	<b>1.624.003,52</b>
<b>Valor líquido</b>			
Saldo inicial	5.264.789,01	504.051,69	5.768.840,70
<b>Saldo final</b>	<b>5.144.778,77</b>	<b>492.306,65</b>	<b>5.637.085,42</b>

O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Euros

2021				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
<b>Terrenos e Edifícios</b>				
De uso próprio	9.730.828,21	4.742.518,82	4.988.309,39	6.442.200,00
De rendimento	975.590,41	458.569,66	517.020,75	1.215.700,00
<b>Total</b>	<b>10.706.418,62</b>	<b>5.201.088,48</b>	<b>5.505.330,14</b>	<b>7.657.900,00</b>

Euros

2020				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
<b>Terrenos e Edifícios</b>				
De uso próprio	9.790.722,54	4.645.943,77	5.144.778,77	6.448.962,00
De rendimento	915.696,08	423.389,43	492.306,65	750.000,00
<b>Total</b>	<b>10.706.418,62</b>	<b>5.069.333,20</b>	<b>5.637.085,42</b>	<b>7.198.962,00</b>

Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Euros

2021		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
<b>Terrenos e Edifícios</b>		
De uso próprio	-	9.255,85
De rendimento	22.950,00	6.909,43
<b>Total</b>	<b>22.950,00</b>	<b>16.165,28</b>

Euros

2020		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
<b>Terrenos e Edifícios</b>		
De uso próprio	-	49.961,03
De rendimento	34.702,00	8.553,11
<b>Total</b>	<b>34.702,00</b>	<b>58.514,14</b>

À data de 31 de dezembro de 2021, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Em referência a 31 de dezembro de 2021, não existem ativos dados como garantia de passivos.

Não existem, à data de encerramento das contas do exercício de 2021, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativas a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

## 07 Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Outros ativos tangíveis	2021						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
<b>Equipamento</b>							
Equipamento administrativo	312.933,95	34.953,27	-	-	-	57.134,44	290.752,78
Máquinas e ferramentas	236.765,76	23.811,52	-	-	-	58.081,94	202.495,34
Equipamento informático	15.827,03	-	-	-	-	13.200,27	2.626,76
Instalações interiores	360.001,89	41.336,08	-	-	-	54.163,81	347.174,16
Outro equipamento	126.321,73	24.324,69	-	-	-	26.368,22	124.278,20
Outros ativos tangíveis	969.965,31	-	-	-	-	154.641,61	815.323,70
Património artístico	6.070,02	-	-	-	-	-	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.027.885,69</b>	<b>124.425,56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>363.590,29</b>	<b>1.788.720,96</b>

Outros ativos tangíveis	2020						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
<b>Equipamento</b>							
Equipamento administrativo	316.210,32	49.154,09	-	-	-	52.430,46	312.933,95
Máquinas e ferramentas	243.754,74	47.476,85	-	-	-	54.465,83	236.765,76
Equipamento informático	30.854,80	493,78	-	-	-	15.521,55	15.827,03
Instalações interiores	352.110,57	58.003,82	-	-	-	50.112,50	360.001,89
Outro equipamento	79.921,75	67.296,32	-	-	-	20.896,34	126.321,73
Outros ativos tangíveis	932.708,17	165.372,64	-	-	-	128.115,50	969.965,31
Património artístico	6.070,02	-	-	-	-	-	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.961.630,37</b>	<b>387.797,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>321.542,18</b>	<b>2.027.885,69</b>

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer um deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferidas para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

## 08 Ativos sob Direito de Uso

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros

2021						
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	2.172.610,00	220.473,86	-	-	390.327,46	2.002.756,40
Direito de Uso Outros	130.129,37	132.244,89	-	26.487,66	81.555,00	154.331,60
<b>Total</b>	<b>2.302.739,37</b>	<b>352.718,75</b>	<b>-</b>	<b>26.487,66</b>	<b>471.882,46</b>	<b>2.157.088,00</b>

Euros

2020						
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	2.214.994,70	327.841,51	-	-	370.226,21	2.172.610,00
Direito de Uso Outros	105.771,10	111.083,66	-	3.471,83	83.253,56	130.129,37
<b>Total</b>	<b>2.320.765,80</b>	<b>438.925,17</b>	<b>-</b>	<b>3.471,83</b>	<b>453.479,77</b>	<b>2.302.739,37</b>

A natureza dos "Direito de Uso Outros" corresponde a locações de viaturas.

# 09 Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros

Outros ativos intangíveis	2021						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Desp. com aplica. informáticas	318.170,68	-	-	-	-	170.739,22	147.431,46
Outros ativos intangíveis	-	9.717.063,39	-	-	-	215.718,80	9.501.344,59
Ativos intangíveis em curso	619.902,02	-	-	-	619.902,02	-	-
<b>Total</b>	<b>938.072,70</b>	<b>9.717.063,39</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>619.902,02</b>	<b>386.458,02</b>	<b>9.648.776,05</b>

Euros

Outros ativos intangíveis	2020						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Desp. com aplica. informáticas	193.543,70	-	442.185,01	-	-	317.558,03	318.170,68
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	1.024.257,27	537.755,60	(442.185,01)	-	499.925,84	-	619.902,02
<b>Total</b>	<b>1.217.800,97</b>	<b>537.755,60</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>499.925,84</b>	<b>317.558,03</b>	<b>938.072,70</b>

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos intangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização. A natureza dos "Ativos intangíveis em curso" corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte à evolução do negócio.

A constituição de Outros Ativos Intangíveis pelo valor de 9.717.063,39 euros, resulta do contrato de distribuição estabelecido entre a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. e o Banco Santander, S.A., de acordo com o referido na Nota 4.1. deste relatório. Este ativo intangível será amortizado até ao exercício de 2037, tendo em consideração a produção de contratos de seguros, no âmbito deste acordo.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que, por não se esperar benefícios económicos futuros, foram abatidos.

# 10 Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

2021				
Provisões técnicas - Resseg. cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	9.872.437,03	476.260,52	-	10.348.697,55
Prémios não adquiridos	10.986.335,62	811.195,25	-	11.797.530,87
Custos de aquisição diferidos	(1.113.898,59)	(334.934,73)	-	(1.448.833,32)
Provisão para sinistros	35.265.444,56	20.342.408,94	20.002.968,72	35.604.884,78
Prestações	30.912.779,73	18.052.253,46	18.502.667,47	30.462.365,72
IBNR	5.831.679,31	96.663,04	1.444.890,11	4.483.452,24
IBNER	(1.479.014,48)	2.193.492,44	55.411,14	659.066,82
<b>Total</b>	<b>45.137.881,59</b>	<b>20.818.669,46</b>	<b>20.002.968,72</b>	<b>45.953.582,33</b>

Euros

2020				
Provisões técnicas - Resseg. cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	7.962.583,14	1.909.853,89	-	9.872.437,03
Prémios não adquiridos	8.918.138,89	2.068.196,73	-	10.986.335,62
Custos de aquisição diferidos	(955.555,75)	(158.342,84)	-	(1.113.898,59)
Provisão para sinistros	23.455.269,25	28.418.825,12	16.608.649,81	35.265.444,56
Prestações	22.772.553,39	23.492.672,96	15.352.446,62	30.912.779,73
IBNR	1.002.722,20	4.871.320,79	42.363,68	5.831.679,31
IBNER	(320.006,34)	54.831,37	1.213.839,51	(1.479.014,48)
<b>Total</b>	<b>31.417.852,39</b>	<b>30.328.679,01</b>	<b>16.608.649,81</b>	<b>45.137.881,59</b>

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica "Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)" e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro", ambas na conta de ganhos e perdas.

# 11 Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações, líquido de ajustamentos, é decomposto como segue:

Euros

	2021		
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade/ Ajustamentos	Ativo líquido
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>			
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>	<b>7.356.447,25</b>	<b>379.331,43</b>	<b>6.977.115,82</b>
Tomadores de seguros	6.084.519,60	354.079,19	5.730.440,41
Mediadores	498.982,99	25.252,24	473.730,75
Cosseguradoras	772.944,66	-	772.944,66
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>	<b>1.675.187,59</b>	<b>-</b>	<b>1.675.187,59</b>
<b>Contas a receber por outras operações</b>	<b>6.836.058,11</b>	<b>-</b>	<b>6.836.058,11</b>
Empréstimos ao pessoal	495.698,60	-	495.698,60
Outras operações com pessoal	22.419,54	-	22.419,54
FAT Atualizações/alterações	54.703,47	-	54.703,47
Empresas do grupo – conta corrente	829.452,20	-	829.452,20
IDS – conta corrente	554.171,31	-	554.171,31
Garantias e cauções	129.350,27	-	129.350,27
Reembolso de sinistros	2.825.223,97	-	2.825.223,97
Outros devedores	1.925.038,75	-	1.925.038,75
<b>Total</b>	<b>15.867.692,95</b>	<b>379.331,43</b>	<b>15.488.361,52</b>

Euros

	2020		
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade/ Ajustamentos	Ativo líquido
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>			
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>	<b>8.971.998,95</b>	<b>936.783,44</b>	<b>8.035.215,51</b>
Tomadores de seguros	7.793.080,10	894.117,48	6.898.962,62
Mediadores	525.485,41	42.665,96	482.819,45
Cosseguradoras	653.433,44	-	653.433,44
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>	<b>5.635,15</b>	<b>-</b>	<b>5.635,15</b>
<b>Contas a receber por outras operações</b>	<b>12.401.487,45</b>	<b>2.557,36</b>	<b>12.398.930,09</b>
Empréstimos ao pessoal	544.124,19	-	544.124,19
Outras operações com pessoal	89.174,84	-	89.174,84
FAT Atualizações/alterações	60.842,16	-	60.842,16
Empresas do grupo – conta corrente	7.689.758,91	-	7.689.758,91
IDS – conta corrente	642.289,35	-	642.289,35
Garantias e cauções	126.045,64	-	126.045,64
Reembolso de sinistros	2.823.574,17	-	2.823.574,17
Outros devedores	425.678,19	2.557,36	423.120,83
<b>Total</b>	<b>21.379.121,55</b>	<b>939.340,80</b>	<b>20.439.780,75</b>

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam da análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros

2021				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	894.117,48	-	540.038,29	354.079,19
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	42.665,96	-	17.413,72	25.252,24
De outros devedores	2.557,36	-	2.557,36	-
<b>Total</b>	<b>939.340,80</b>	<b>-</b>	<b>560.009,37</b>	<b>379.331,43</b>

Euros

2020				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.029.327,15	-	135.209,67	894.117,48
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	47.646,21	-	4.980,25	42.665,96
De outros devedores	2.557,36	-	-	2.557,36
<b>Total</b>	<b>1.079.530,72</b>	<b>-</b>	<b>140.189,92</b>	<b>939.340,80</b>

## 12 Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Euros

Conceito	2021	2020
<b>Ativos por impostos e taxas</b>	<b>488.724,97</b>	<b>464.101,08</b>
Ativos por impostos (e taxas) correntes	488.724,97	464.101,08
Ativos por impostos diferidos	-	-
<b>Passivos por impostos e taxas</b>	<b>8.370.850,05</b>	<b>10.467.391,43</b>
Passivos por impostos (e taxas) correntes	3.270.089,56	3.622.806,63
Passivos por impostos diferidos	5.100.760,49	6.844.584,80

## 12.1. Impostos correntes

Detalham-se, no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Euros		
Demonstração do gasto por imposto	2021	2020
Resultado antes de imposto	9.892.490,10	8.285.343,83
<b>21% do resultado antes de impostos</b>	<b>2.077.422,92</b>	<b>1.739.922,20</b>
<b>Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):</b>		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	7.121,01	13.721,72
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios	76.831,81	-
Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (Imóveis)	-	-
Realizações de utilidade social não dedutíveis	-	-
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros	15.254,64	4.820,01
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	549,53	482,66
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	4.207,62	4.555,49
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	588.427,21	321.667,12
Custos extraordinários	77.748,17	98.092,69
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(76.831,81)	-

(continua)

Euros		
(continuação)		
Demonstração do gasto por imposto	2021	2020
Reversão de provisões tributadas	(4.193,93)	(1.045,85)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	-
Mais-valias contabilísticas	(562.745,22)	(158.285,50)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(45.235,59)	(57.785,57)
Benefícios fiscais	(11.825,89)	(10.721,48)
Dedução de prejuízos fiscais	-	-
<b>Gasto por imposto IRC</b>	<b>2.146.730,47</b>	<b>1.955.423,49</b>
Derrama	459.407,73	304.816,35
Tributação autónoma	168.255,35	145.975,31
<b>Total de gasto por imposto corrente</b>	<b>2.774.393,55</b>	<b>2.406.215,15</b>
<b>Imposto sobre lucros a pagar:</b>		
Entregas por conta e deduções	(2.073.957,85)	(1.621.381,56)
<b>Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)</b>	<b>700.435,70</b>	<b>784.833,59</b>

## 12.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Euros

Impostos diferidos	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	(7.209.985,59)	-	1.743.824,31	-	-	(5.466.161,28)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	365.400,79	-	-	-	-	365.400,79
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rendimento variável	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(6.844.584,80)</b>	<b>-</b>	<b>1.743.824,31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.100.760,49)</b>

Euros

Impostos diferidos	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	(6.602.895,35)	-	(607.090,24)	-	-	(7.209.985,59)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	365.400,79	-	-	-	-	365.400,79
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rendimento variável	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(6.237.494,56)</b>	<b>-</b>	<b>(607.090,24)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.844.584,80)</b>

# 13 Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, de 2021 e de 2020, demonstra-se nos quadros abaixo:

Euros

Conceito	2021			
	Acidentes de Trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	4.758.507,42	-	4.758.507,42
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.653.117,84	54.451.079,70	-	133.104.197,54
Terrenos e edifícios	-	5.505.330,14	-	5.505.330,14
Outros ativos tangíveis	-	1.788.720,96	-	1.788.720,96
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.219,94	45.952.362,39	-	45.953.582,33
Créditos sobre tomadores de seguros	334.703,20	5.395.737,21	-	5.730.440,41
Outros ativos	440.048,01	7.228.169,49	-	7.668.217,50
<b>Total</b>	<b>79.429.088,99</b>	<b>125.079.907,31</b>	<b>-</b>	<b>204.508.996,30</b>

Euros

Conceito	2020			
	Acidentes de Trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8.412.309,93	-	8.412.309,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	83.098.186,16	70.109.689,58	-	153.207.875,74
Terrenos e edifícios	-	5.637.085,42	-	5.637.085,42
Outros ativos tangíveis	-	2.027.885,69	-	2.027.885,69
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.315,51	45.136.566,08	-	45.137.881,59
Créditos sobre tomadores de seguros	473.930,40	6.425.032,22	-	6.898.962,62
Outros ativos	428.898,56	6.604.382,66	-	7.033.281,22
<b>Total</b>	<b>84.002.330,63</b>	<b>144.352.951,58</b>	<b>-</b>	<b>228.355.282,21</b>

# 14 Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros

2021				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Provisão para prêmios não adquiridos</b>	<b>27.655.248,58</b>	<b>175.262,46</b>	-	<b>27.830.511,04</b>
Prêmios não adquiridos	34.688.529,80	810.198,74	-	35.498.728,54
Custos de aquisição diferidos	(7.033.281,22)	(634.936,28)	-	(7.668.217,50)
<b>Provisão para sinistros</b>	<b>119.161.088,43</b>	<b>55.967.547,89</b>	<b>56.059.038,31</b>	<b>119.069.598,01</b>
<b>- De acidentes de trabalho</b>	<b>53.106.868,71</b>	<b>10.367.185,77</b>	<b>10.154.916,42</b>	<b>53.319.138,06</b>
Provisão matemática	45.461.920,87	7.309.818,93	6.040.332,32	46.731.407,48
Pensões	37.094.365,46	6.611.453,73	5.286.325,20	38.419.493,99
Assistência vitalícia	4.540.474,86	592.007,03	325.324,61	4.807.157,28
FAT	2.187.884,51	106.358,17	-	2.294.242,68
IBNR	1.639.196,04	-	428.682,51	1.210.513,53
Outras prestações e custos	6.242.350,60	3.057.366,84	3.641.510,47	5.658.206,97
Outras prestações	3.190.596,31	3.057.366,84	2.871.043,81	3.376.919,34

(continua)

(continuação)

Euros

2021				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
IBNR	466.273,84	-	248.677,63	217.596,21
IBNER	2.585.480,45	-	521.789,03	2.063.691,42
Custos de gestão de sinistros	1.402.597,24	-	473.073,63	929.523,61
<b>- De outros seguros</b>	<b>66.054.219,72</b>	<b>45.600.362,12</b>	<b>45.904.121,89</b>	<b>65.750.459,95</b>
<b>Prestações e custos</b>	<b>64.410.048,89</b>	<b>45.445.685,53</b>	<b>45.890.566,63</b>	<b>63.965.167,79</b>
Prestações	55.398.152,70	43.605.100,19	43.716.762,79	55.286.490,10
IBNR	8.387.232,69	-	1.799.551,18	6.587.681,51
IBNER	624.663,50	1.840.585,34	374.252,66	2.090.996,18
Custos de gestão de sinistros	1.644.170,83	154.676,59	13.555,26	1.785.292,16
<b>Provisão para desvios de sinistralidade</b>	<b>2.849.539,45</b>	<b>72.233,96</b>	-	<b>2.921.773,41</b>
<b>Provisão para riscos em curso</b>	<b>354.686,88</b>	<b>269.525,44</b>	<b>19.174,31</b>	<b>605.038,01</b>
<b>Total</b>	<b>150.020.563,34</b>	<b>56.484.569,75</b>	<b>56.078.212,62</b>	<b>150.426.920,47</b>

Euros

2020				
<b>Provisões técnicas - Seguro direto</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Aumento</b>	<b>Redução</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>	<b>25.487.568,87</b>	<b>2.167.679,71</b>	-	<b>27.655.248,58</b>
Prémios não adquiridos	32.023.666,76	2.664.863,04	-	34.688.529,80
Custos de aquisição diferidos	(6.536.097,89)	(497.183,33)	-	(7.033.281,22)
<b>Provisão para sinistros</b>	<b>107.623.616,01</b>	<b>64.767.106,50</b>	<b>53.229.634,08</b>	<b>119.161.088,43</b>
<b>- De acidentes de trabalho</b>	<b>52.635.213,18</b>	<b>9.726.058,02</b>	<b>9.254.402,49</b>	<b>53.106.868,71</b>
Provisão matemática	44.592.799,66	6.924.258,63	6.055.137,42	45.461.920,87
Pensões	36.045.594,55	6.448.445,59	5.399.674,68	37.094.365,46
Assistência vitalícia	4.422.493,19	421.469,19	303.487,52	4.540.474,86
FAT	2.133.540,66	54.343,85	-	2.187.884,51
IBNR	1.991.171,26	-	351.975,22	1.639.196,04
Outras prestações e custos	7.210.983,26	2.230.632,41	3.199.265,07	6.242.350,60
Outras prestações	3.628.131,13	2.230.632,41	2.668.167,23	3.190.596,31
IBNR	474.917,14	-	8.643,30	466.273,84
IBNER	3.107.934,99	-	522.454,54	2.585.480,45
Custos de gestão de sinistros	831.430,26	571.166,98	-	1.402.597,24
<b>- De outros seguros</b>	<b>54.988.402,83</b>	<b>55.041.048,48</b>	<b>43.975.231,59</b>	<b>66.054.219,72</b>
<b>Prestações e custos</b>	<b>53.497.357,85</b>	<b>54.874.403,65</b>	<b>43.961.712,61</b>	<b>64.410.048,89</b>
Prestações	49.919.358,80	48.430.014,54	42.951.220,64	55.398.152,70
IBNR	3.190.087,66	5.226.874,10	29.729,07	8.387.232,69
IBNER	387.911,39	1.217.515,01	980.762,90	624.663,50
Custos de gestão de sinistros	1.491.044,98	166.644,83	13.518,98	1.644.170,83
<b>Provisão para desvios de sinistralidade</b>	<b>2.921.226,27</b>	-	<b>71.686,82</b>	<b>2.849.539,45</b>
<b>Provisão para riscos em curso</b>	<b>183.028,12</b>	<b>174.242,69</b>	<b>2.583,93</b>	<b>354.686,88</b>
<b>Total</b>	<b>136.215.439,27</b>	<b>67.109.028,90</b>	<b>53.303.904,83</b>	<b>150.020.563,34</b>

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas nas rubricas de "Provisão para prémios não adquiridos (variação)" e "Custos de aquisição diferidos (variação)", respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de "Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)", da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2021 e de 2020, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

# 15 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021	2020
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Depósitos recebidos de resseguradores	10.896,83	11.022,66
<b>Total</b>	<b>10.896,83</b>	<b>11.022,66</b>

# 16 Passivos de Locação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os Passivos de Locação apresentam os seguintes movimentos:

Euros

2021						
Passivos de locação	Saldo inicial	Novas locações/ Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de Locação – Imóveis	2.266.165,63	220.473,86	334.108,33	45.120,30	-	2.107.410,86
Passivos de Locação – Outros	134.893,02	132.244,89	73.353,83	6.380,94	26.855,33	160.547,81
<b>Total</b>	<b>2.401.058,65</b>	<b>352.718,75</b>	<b>407.462,16</b>	<b>51.501,24</b>	<b>26.855,33</b>	<b>2.267.958,67</b>

Euros

2020						
Passivos de locação	Saldo inicial	Novas locações/ Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação – Imóveis	2.298.031,64	327.841,51	310.305,54	49.401,98	-	2.266.165,63
Passivos de locação – Outros	110.793,87	111.083,66	75.719,36	7.576,78	3.688,37	134.893,02
<b>Total</b>	<b>2.408.825,51</b>	<b>438.925,17</b>	<b>386.024,90</b>	<b>56.978,76</b>	<b>3.688,37</b>	<b>2.401.058,65</b>

No quadro abaixo, apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Euros

2021					
Passivos de locação	Análise maturidade – Fluxos caixa contratuais não descontados			Total fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação – Imóveis	441.713,14	1.768.928,11	25.509,83	2.236.151,08	2.107.410,86
Passivos de locação – Outros	60.155,48	113.061,99	-	173.217,47	160.547,81
<b>Total</b>	<b>501.868,62</b>	<b>1.881.990,10</b>	<b>25.509,83</b>	<b>2.409.368,55</b>	<b>2.267.958,67</b>

Euros

2020					
Passivos de locação	Análise maturidade – Fluxos caixa contratuais não descontados			Total fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação – Imóveis	381.338,12	1.743.270,78	305.169,80	2.429.778,70	2.266.165,63
Passivos de locação – Outros	80.022,15	64.820,07	-	144.842,22	134.893,02
<b>Total</b>	<b>461.360,27</b>	<b>1.808.090,85</b>	<b>305.169,80</b>	<b>2.574.620,92</b>	<b>2.401.058,65</b>

# 17 Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Euros

Rubrica	2021	2020
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>	<b>4.209.239,10</b>	<b>3.999.574,16</b>
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	1.494.188,89	1.537.190,17
Mediadores	1.433.914,51	1.436.995,27
Cosseguradoras	1.027.184,02	792.614,68
Outros saldos credores por operações de seguro direto	253.951,68	232.774,04
<b>Contas a pagar por operações de resseguro</b>	<b>2.190.488,18</b>	<b>2.083.029,17</b>
<b>Contas a pagar por outras operações</b>	<b>1.291.634,69</b>	<b>910.977,48</b>
Fornecedores	980.141,72	595.886,89
FAT recebimentos	-	-
Empresas do Grupo – conta corrente	42.297,44	41.235,44
Outros credores	269.195,53	273.855,15
<b>Total</b>	<b>7.691.361,97</b>	<b>6.993.580,81</b>

# 18 Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Euros

Rubrica	2021	2020
Acréscimos de gastos com o pessoal	1.357.882,84	1.340.599,22
Subsídio de férias e mês de férias	978.255,44	970.541,68
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	379.627,40	370.057,54
Outros acréscimos de gastos	3.128.943,01	2.603.435,81
Incentivos a mediadores	897.261,70	909.852,29
Trabalhos especializados	411.111,09	131.834,75
Outros acréscimos	1.820.570,22	1.561.748,77
<b>Total</b>	<b>4.486.825,85</b>	<b>3.944.035,03</b>

# 19 Outras Provisões

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Euros

2021				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões				
Taxas e impostos	23.787,09	-	-	23.787,09
Outras provisões	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23.787,09</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.787,09</b>

Euros

2020				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões				
Taxas e impostos	23.787,09	-	-	23.787,09
Outras provisões	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23.787,09</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.787,09</b>

A provisão para taxas e impostos diz respeito a um montante de impostos adicionais liquidados no ano 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGCI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (23.787,00 euros).

# 20 Capital

## 20.1. Composição do Capital

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2021, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada, repartido da seguinte forma:

Euros

Entidade acionista	2021		2020	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE ESPAÑA, S.A.	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
<b>Total</b>	<b>6.635.000</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>6.635.000</b>	<b>33.108.650,00</b>

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação de propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2021, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

Nos exercícios 2021 e 2020, as transações com os acionistas podem ser vistas na Nota 37.

No exercício de 2021, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

## 20.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Euros

Conceito	2021	2020
Resultado líquido	7.118.096,55	5.879.128,68
Número médio de ações	6.635.000,00	6.635.000,00
<b>Resultado por ação (em euros)</b>	<b>1,07</b>	<b>0,89</b>

## 20.3. Dividendos por ação

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas. Foram distribuídas reservas livres no valor de 30.000.000,00 euros em dezembro, no corrente exercício.

O Conselho de Administração propôs que o resultado positivo do exercício de 2021, no montante de 7.118.096,55 euros (sete milhões cento e dezoito mil e noventa e seis euros e cinquenta e cinco centavos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 711.809,66 euros
- Reserva livre: 711.809,65 euros
- Distribuição dividendos: 5.694.477,24 euros

# 21 Reservas

Nos quadros abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram nos exercícios de 2021 e de 2020 em cada uma das reservas:

Euros

2021				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	32.044.380,40	(7.750.330,31)	-	24.294.050,09
Ações/Unid. de participação fundos de investimento	827.433,56	500.634,33	-	1.328.067,89
Títulos de rendimento fixo	31.216.946,84	(8.250.964,64)	-	22.965.982,20
Reserva por impostos diferidos	(7.209.985,59)	1.743.824,31	-	(5.466.161,28)
Outras reservas	36.686.593,09	(24.120.871,32)	-	12.565.721,77
Reserva legal	5.958.262,23	587.912,87	-	6.546.175,10
Prémios de emissão	2.979.548,04	-	-	2.979.548,04
Outras reservas	27.748.782,82	(24.708.784,19)	-	3.039.998,63
<b>Total</b>	<b>61.520.987,90</b>	<b>(30.127.377,32)</b>	<b>-</b>	<b>31.393.610,58</b>

Euros

2020				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	29.346.201,55	2.698.178,85	-	32.044.380,40
Ações/Unid. de participação fundos de investimento	1.888.768,62	(1.061.335,06)	-	827.433,56
Títulos de rendimento fixo	27.457.432,93	3.759.513,91	-	31.216.946,84
Reserva por impostos diferidos	(6.602.895,35)	(607.090,24)	-	(7.209.985,59)
Outras reservas	31.172.090,73	5.514.502,36	-	36.686.593,09
Reserva legal	5.406.811,99	551.450,24	-	5.958.262,23
Prémios de emissão	2.979.548,04	-	-	2.979.548,04
Outras reservas	22.785.730,70	4.963.052,12	-	27.748.782,82
<b>Total</b>	<b>53.915.396,93</b>	<b>7.605.590,97</b>	<b>-</b>	<b>61.520.987,90</b>

## 22 Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A Companhia encerrou o exercício de 2021 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 102.453.084,13 euros, Totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021	2020
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>		
Prémios brutos emitidos	102.453.084,13	100.545.207,86
Prémios de resseguro cedido	37.245.083,54	33.798.100,10
Prémios líquidos de resseguro	65.208.000,59	66.747.107,76
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	810.198,74	2.664.863,04
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	811.195,25	2.068.196,73
Prémios não adquiridos (variação)	(996,51)	596.666,31
<b>Total</b>	<b>65.208.997,10</b>	<b>66.150.441,45</b>

Euros

Conceito	2021	2020
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>		
Prémios brutos emitidos	102.453.084,13	100.545.207,86
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	810.198,74	2.664.863,04
Prémios brutos adquiridos	101.642.885,39	97.880.344,82
Prémios de resseguro cedido	37.245.083,54	33.798.100,10
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	811.195,25	2.068.196,73
Prémios de resseguro cedido adquiridos	36.433.888,29	31.729.903,37
<b>Total</b>	<b>65.208.997,10</b>	<b>66.150.441,45</b>

## 23 Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021	2020
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		
Montantes pagos	38.591.999,36	40.079.002,38
Montantes brutos	57.094.666,83	55.431.449,00
Parte dos resseguradores	18.502.667,47	15.352.446,62
Provisão para sinistros (variação)	(432.580,44)	(110.084,87)
Montantes brutos	(93.140,22)	11.700.090,44
Parte dos resseguradores	339.440,22	11.810.175,31
<b>Total</b>	<b>38.159.418,92</b>	<b>39.968.917,51</b>

Euros

Conceito	2021	2020
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		
Custos com sinistros	57.001.526,61	67.131.539,44
Montantes pagos	57.094.666,83	55.431.449,00
Provisão para sinistros (variação)	(93.140,22)	11.700.090,44
Custos com sinistros parte dos resseguradores	18.842.107,69	27.162.621,93
Montantes pagos	18.502.667,47	15.352.446,62
Provisão para sinistros (variação)	339.440,22	11.810.175,31
<b>Total</b>	<b>38.159.418,92</b>	<b>39.968.917,51</b>

## 24 Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2021			2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)</b>						
Reservas de reavaliação	72.233,96	-	72.233,96	(71.686,82)	-	(71.686,82)
Outras reservas	250.351,13	-	250.351,13	171.658,76	-	171.658,76
<b>Total</b>	<b>322.585,09</b>	<b>-</b>	<b>322.585,09</b>	<b>99.971,94</b>	<b>-</b>	<b>99.971,94</b>

# 25 Custos e Gastos de Exploração Líquidos

## 25.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2021 e de 2020:

Euros

Rubrica	2021	2020
Pessoal	12.083.611,38	11.358.799,71
Viagens e relações públicas	483.901,62	493.204,73
Imóveis	1.782.547,33	1.734.902,33
Informática	4.400.689,35	3.357.552,86
Publicidade	614.783,49	586.498,57
Campanhas comerciais	68.598,46	48.864,83
Serviços profissionais externos	1.987.528,19	2.209.594,44
Outros gastos internos	2.554.772,80	2.207.215,89
<b>Total</b>	<b>23.976.432,62</b>	<b>21.996.633,36</b>

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de "Serviços profissionais externos".

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2021 e de 2020 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Euros

Âmbito	2021	2020
Serviços de revisão legal de contas	47.806,00	49.768,80
Outros serviços	10.341,00	17.119,00
<b>Total</b>	<b>58.147,00</b>	<b>66.887,80</b>

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

Euros

Âmbito	2021	2020
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	51.501,24	56.978,76
Gastos relativos a locações de curta duração	396.924,78	402.126,13
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	240.832,14	263.432,12
<b>Total</b>	<b>689.258,16</b>	<b>722.537,01</b>

No exercício de 2021, as quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 396.924,78 euros, sendo repartidas em 367.313,75 euros relativos a rendas de imóveis e 29.611,03 euros relacionados com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 240.832,14 euros, relativo a aluguer de equipamento informático.

## 25.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

### Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- a percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor Total dos vencimentos.

### Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

Em 2021,  
o mercado conseguiu  
um crescimento  
de 34,5%, no conjunto  
de Vida e Não Vida,  
atingindo um volume  
de vendas acima  
de 13.300 milhões  
de euros, o melhor  
resultado dos últimos  
seis anos.

No quadro abaixo, demonstra-se o Total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros

2021				
Custos e gastos por natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.392.685,48	8.431.971,27	258.954,63	12.083.611,38
Fornecimentos e serviços externos	2.767.542,20	6.544.988,27	183.801,10	9.496.331,57
Impostos e taxas	197.989,38	495.837,24	15.881,65	709.708,27
Amortizações do exercício	318.959,93	794.521,21	240.204,91	1.353.686,05
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	14.457,21	36.294,99	1.153,13	51.905,33
Comissões	-	-	281.190,02	281.190,02
<b>Total</b>	<b>6.691.634,20</b>	<b>16.303.612,98</b>	<b>981.185,44</b>	<b>23.976.432,62</b>

Euros

2020				
Custos e gastos por natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.040.938,05	8.074.147,25	243.714,41	11.358.799,71
Fornecimentos e serviços externos	2.533.933,05	5.754.003,13	147.845,99	8.435.782,17
Impostos e taxas	178.366,46	473.578,55	14.180,97	666.125,98
Amortizações do exercício	328.313,44	869.788,00	26.233,82	1.224.335,26
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	15.365,54	40.776,24	1.235,48	57.377,26
Comissões	-	-	254.212,98	254.212,98
<b>Total</b>	<b>6.096.916,54</b>	<b>15.212.293,17</b>	<b>687.423,65</b>	<b>21.996.633,36</b>

## 26 Custos de Aquisição

Os custos de aquisição, registados nos exercícios de 2021 e 2020, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Euros

Custos de aquisição	2021	2020
Custos imputados	11.253.412,39	10.369.331,33
Comissões de mediação	8.978.055,33	8.323.443,51
Outros	1.560.187,89	1.556.017,94
<b>Total</b>	<b>21.791.655,61</b>	<b>20.248.792,78</b>

Na rubrica "Outros" estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

## 27 Gastos com o Pessoal

O número Total de trabalhadores, no fim do exercício de 2021, era de 236, mais 2 do que no exercício anterior. O Total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no quadro seguinte:

Grupo profissional/categoria	N.º de trabalhadores
<b>Dirigente</b>	<b>8</b>
Diretor	8
<b>Gestor</b>	<b>15</b>
Gestor comercial	4
Gestor operacional	10
Gestor técnico	1
<b>Operacional</b>	<b>190</b>
Coordenador operacional	55
Especialista operacional	135
<b>Técnico</b>	<b>23</b>
Técnico	23
<b>Total</b>	<b>236</b>

Os gastos com pessoal registados nos exercícios de 2021 e de 2020, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2021	2020
Remunerações	9.090.385,57	8.858.777,53
Dos órgãos sociais	77.301,72	90.635,04
Do pessoal	9.013.083,85	8.768.142,49
Encargos sobre remunerações	1.999.327,90	1.901.022,54
Benefícios pós-emprego	140.333,75	137.175,14
Planos de contribuição definida	140.333,75	137.175,14
Planos de benefícios definidos	-	-
Benefícios de cessação de emprego	365.865,77	-
Seguros obrigatórios	230.660,67	212.851,46
Gastos de ação social	64.213,84	40.249,26
Outros gastos com o pessoal	192.823,88	208.723,78
<b>Total</b>	<b>12.083.611,38</b>	<b>11.358.799,71</b>

Euros

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é composto por sete membros, sendo que três, incluindo o Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros quatro membros são administradores não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

# 28 Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Em 2020, foi celebrado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de três anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e os sindicatos (“STAS, SISEP e SINAPSA”) representativos do setor.

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para o novo acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

## 28.1. Plano de contribuição definida

### a) Descrição geral do plano

O disposto no ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52.º do ACT.

Este plano individual de reforma deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2021 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Euros

Conceito	2021	2020
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	140.333,75	137.175,14
<b>Total</b>	<b>140.333,75</b>	<b>137.175,14</b>

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, junto da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo VII do Acordo Coletivo de Trabalho.

## b) Universo do plano

Fazem parte do plano 243 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao ACT/2020.

## 28.2. Plano de benefícios definidos

### a) Descrição geral do plano

Com a entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas e tendo em conta que o mesmo foi subscrito pelos sindicatos representativos do setor e por todos os colaboradores não sindicalizados, o plano de benefícios definido que ainda vigorava para os colaboradores que tinham optado pelo CCT/2008, acabou por ser convertido para o Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

Sendo assim, a partir de 2020, deixou de existir um plano de benefícios definidos para os colaboradores ativos.

Continuam a existir as responsabilidades dos colaboradores que já se reformaram ao abrigo do plano de benefícios definidos, mas as mesmas encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

No final do exercício de 2021, existem cinco reformados cujas responsabilidades estão exteriorizadas conforme acima descrito.

### b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que a partir de 2020 no âmbito deste plano, estão circunscritas às relativas ao pessoal reformado,

encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

As apólices que estavam em vigor ao abrigo deste plano para os colaboradores no ativo, foram convertidas no Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

### c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Euros

2021				
N.º. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	-
<b>Total de apólices universal life</b>				-
8601791100247	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	-
<b>Total de apólices universal life</b>				-
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95 – 1	13.610,84
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	10.960,03
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95 – 1	44.662,94
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95 – 1	38.596,99
1001891100073	Rendas vitalícias	0,75%	GRM95 – 1	31.660,88
<b>Total de apólices renda vitalícia</b>				<b>139.491,68</b>
<b>Total de apólices</b>				<b>139.491,68</b>

Euros

2020				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	-
<b>Total de apólices universal life</b>				-
8601791100247	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	-
<b>Total de apólices capital diferido</b>				-
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95 - 1	13.994,32
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	11.304,84
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95 - 1	46.079,15
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95 - 1	39.819,12
1001191600008	Rendas vitalícias	2,25%	GRM95 - 1	0,00
1001891100073	Rendas vitalícias	0,75%	GRM95 - 1	32.684,26
<b>Total de apólices renda vitalícia</b>				<b>143.881,69</b>
<b>Total de apólices</b>				<b>143.881,69</b>

#### d) Responsabilidade passada

Euros

Responsabilidade passada		
Conceito	2021	2020
Valor atual serviços passados - reformados	139.491,68	143.881,69
<b>Total</b>	<b>139.491,68</b>	<b>143.881,69</b>

#### e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2021	2020
Valor responsabilidades janeiro	-	38.410,95
Extinção responsabilidade - novo ACT/2020	-	(38.410,95)
Custo serviço corrente	-	-
Custo dos juros	-	-
Resgates	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
<b>Valor responsabilidades dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Euros

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2021	2020
Valor responsabilidades janeiro	143.881,69	149.962,38
Custo dos juros	4.567,90	4.751,85
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	3.375,95	1.581,16
Prestações pagas	(12.333,86)	(12.413,70)
<b>Valor responsabilidades dezembro</b>	<b>139.491,68</b>	<b>143.881,69</b>

Euros

Responsabilidade Total com pensões		
Conceito	2021	2020
Valor responsabilidades janeiro	143.881,69	188.373,33
Retificação serviços passados – novos CCT/2008	-	(38.410,95)
Custo serviço corrente	-	-
Custo dos juros	4.567,90	4.751,85
Resgates	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	3.375,95	1.581,16
Prestações pagas	(12.333,86)	(12.413,70)
<b>Valor responsabilidades dezembro</b>	<b>139.491,68</b>	<b>143.881,69</b>

Euros

Apólices universal life		
Conceito	2021	2020
Valor ativos janeiro	-	19.152,34
Conversão ativos – novo ACT/2020	-	(19.152,34)
Contribuições empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
<b>Valor ativos dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes, apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Euros

Apólices universal life		
Conceito	2021	2020
Valor ativos janeiro	-	36.367,49
Conversão ativos – novo ACT/2020	-	(36.367,49)
Excesso cobertura – novos CCT/2008	-	-
<b>Valor ativos dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Euros

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2021	2020
Valor ativos janeiro	143.881,69	149.962,38
Retorno ativos	4.567,90	4.751,85
Ganhos atuariais	3.375,95	1.581,16
Prestações pagas	(12.333,86)	(12.413,70)
<b>Valor ativos dezembro</b>	<b>139.491,68</b>	<b>143.881,69</b>

Euros

Total de ativos		
Conceito	2021	2020
Valor ativos janeiro	143.881,69	205.482,21
Conversão ativos – novo ACT/2020	-	(55.519,83)
Excesso cobertura – novos CCT/2008	-	-
Contribuições da empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	4.567,90	4.751,85
Ganhos atuariais	3.375,95	1.581,16
Perdas atuariais	-	-
Prestações pagas	(12.333,86)	(12.413,70)
<b>Valor ativos dezembro</b>	<b>139.491,68</b>	<b>143.881,69</b>

### g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A Totalidade das obrigações e dos ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descrito nas alíneas anteriores e) e f), que ao abrigo do ACT/2020 resume-se aos colaboradores que estão reformados, são relevados no balanço nas linhas de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

### h) Gasto Total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

A Companhia reconheceu, no exercício de 2020, em ganhos e perdas, uma perda de 17.108,87 euros, resultante da diferença entre o ativo e a responsabilidade que existiam à luz do plano de benefício definido e que foi convertido no Plano Individual de Reforma (PIR) de acordo com o novo ACT/2020. Não existiu qualquer gasto reconhecido em capital próprio nos exercícios de 2021 e 2020.

Euros

Conceito	2021	2020	2019
Valor das responsabilidades	139.491,68	143.881,69	188.373,33
Valor dos ativos	139.491,68	143.881,69	205.482,21
Excesso/(Insuficiência)	-	-	17.108,88
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	(3.375,95)	(1.581,16)	(7.140,24)
% sobre responsabilidades	-2,42%	-1,10%	-3,79%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	3.375,95	1.581,16	3.132,34
% sobre ativos	2,42%	1,10%	1,52%

### i) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Euros

Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2021	2020
Diferença ativo/responsabilidade – Conversão novo ACT/2020	-	17.108,87
Custo serviço corrente	-	-
Custo dos juros	4.567,90	4.751,85
Retorno ativos	(4.567,90)	(4.751,85)
Pagamentos	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>17.108,87</b>

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

# 29 Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e rendas de edifícios de rendimento, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Rendimentos/Réditos	2021			Total
	Técnicos		Não técnicos	
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.673.074,50	-	-	3.673.074,50
de juros de títulos de dívida	3.013.855,17	-	-	3.013.855,17
de dividendos de ações	233.661,82	-	-	233.661,82
de rendimento de unidades de participação	276.051,16	-	-	276.051,16
de rendimento de custo amortizado	149.506,35	-	-	149.506,35
De ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
de juros de títulos de dívida	-	-	-	-
de rendimento de custo amortizado	-	-	-	-
De outros	-	22.950,00	-	22.950,00
de rendas de edifícios de rendimento	-	22.950,00	-	22.950,00
<b>Total</b>	<b>3.673.074,50</b>	<b>22.950,00</b>	<b>-</b>	<b>3.696.024,50</b>

Euros

Rendimentos/Réditos	2020			Total
	Técnicos		Não técnicos	
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.803.401,55	-	-	3.803.401,55
de juros de títulos de dívida	3.275.802,36	-	-	3.275.802,36
de dividendos de ações	339.535,26	-	-	339.535,26
de rendimento de unidades de participação	42.360,73	-	-	42.360,73
de rendimento de custo amortizado	145.703,20	-	-	145.703,20
De ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
de juros de títulos de dívida	-	-	-	-
de rendimento de custo amortizado	-	-	-	-
De outros	-	34.702,00	-	34.702,00
de rendas de edifícios de rendimento	-	34.702,00	-	34.702,00
<b>Total</b>	<b>3.803.401,55</b>	<b>34.702,00</b>	<b>-</b>	<b>3.838.103,55</b>

# 30 Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

2021			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	981.185,44	-	981.185,44
Gasto custo amortizado	-	382.198,62	382.198,62
<b>Total</b>	<b>981.185,44</b>	<b>382.198,62</b>	<b>1.363.384,06</b>

Euros

2020			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	687.423,65	-	687.423,65
Gasto custo amortizado	-	399.628,73	399.628,73
<b>Total</b>	<b>687.423,65</b>	<b>399.628,73</b>	<b>1.087.052,38</b>

# 31 Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

2021			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos disponíveis para venda	3.101.001,19	421.262,05	2.679.739,14
de títulos de dívida	1.019.253,34	181.891,79	837.361,55
de ações	1.113.591,26	238.482,07	875.109,19
de fundos de investimento	968.156,59	888,19	967.268,40
De outros	-	-	-
de imóveis	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.101.001,19</b>	<b>421.262,05</b>	<b>2.679.739,14</b>

Euros

2020			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos disponíveis para venda	2.980.825,29	2.227.084,82	753.740,47
de títulos de dívida	1.527.835,98	500.707,83	1.027.128,15
de ações	1.283.995,63	1.697.284,98	(413.289,35)
de fundos de investimento	168.993,68	29.092,01	139.901,67
De outros	-	-	-
de imóveis	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.980.825,29</b>	<b>2.227.084,82</b>	<b>753.740,47</b>

## 32 Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

Euros

Rubrica	2021				
	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo final
Imparidade de ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.511.301,20	-	-	-	1.511.301,20
Imparidade de edifícios de rendimento	112.702,32	-	-	-	112.702,32
<b>Total</b>	<b>1.624.003,52</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.624.003,52</b>

Euros

Rubrica	2020				
	Saldo Inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo Final
Imparidade de ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.511.301,20	-	-	-	1.511.301,20
Imparidade de edifícios de Rendimento	112.702,32	-	-	-	112.702,32
<b>Total</b>	<b>1.624.003,52</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.624.003,52</b>

## 33 Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	Operações gerais	
	2021	2020
Outros rendimentos/Gastos técnicos, líquidos de resseguro		
Outros gastos técnicos	(229.582,89)	(342.581,85)
Comissões de gestão de cosseguro	(24.809,01)	(15.887,55)
Outros	(204.773,88)	(326.694,30)
Outros rendimentos técnicos	200.726,80	50.922,41
Outros	200.726,80	50.922,41
<b>Total</b>	<b>(28.856,09)</b>	<b>(291.659,44)</b>

## 34 Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	Operações gerais	
	2021	2020
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	(540.038,29)	(135.209,67)
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(19.971,08)	(4.980,25)
<b>Total</b>	<b>(560.009,37)</b>	<b>(140.189,92)</b>

## 35 Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Euros

Conceito	Operações gerais	
	2021	2020
Outros rendimentos/Gastos		
Outros gastos	(254.246,26)	(286.973,46)
Gastos e perdas não correntes	(242.186,39)	(280.617,69)
Donativos	-	(5.000,00)
Ofertas a clientes	(53.951,56)	(93.453,60)
Multas e penalidades	(1.844,23)	(2.573,36)
Quotizações diversas	(1.249,18)	(214,36)
Outros gastos	(185.141,42)	(179.376,37)
Gastos e perdas financeiras	(12.059,87)	(6.355,77)
Juros suportados	(772,56)	275,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(518,31)	(1.902,40)
Outros gastos e perdas financeiras	(10.769,00)	(4.728,37)
Perdas em outros ativos tangíveis	-	-
Outros rendimentos	459.901,88	529.235,61
Rendimentos e ganhos não correntes	28.328,23	50.803,92
Restituição de impostos	-	-
Outros	28.328,23	50.803,92
Rendimentos e ganhos financeiros	156.062,04	118.969,93
Juros de acordos	39.358,37	21.110,24
Juros compensatórios	99,53	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	116.604,14	97.859,69
Outros	275.511,61	359.461,76
<b>Total</b>	<b>205.655,62</b>	<b>242.262,15</b>

# 36 Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Caução.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2021 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2021			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
12,5%	43,9%	31,8%	11,8%

2020			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
13,4%	45,8%	29,7%	11,1%

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

Euros

2021					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Provisão p/prémios não adquiridos	27.830.511,04	1.451.879,50	13.293.608,61	10.727.905,09	2.357.117,84
Provisão p/sinistros	119.069.598,01	53.319.138,06	33.857.944,59	24.115.958,64	7.776.556,72
Provisão p/desv. de sinistralidade	2.921.773,41	-	-	2.015.490,72	906.282,69
Provisão p/riscos em curso	605.038,01	-	-	342.283,28	262.754,73
<b>Total</b>	<b>150.426.920,47</b>	<b>54.771.017,56</b>	<b>47.151.553,20</b>	<b>37.201.637,73</b>	<b>11.302.711,98</b>

Euros

2020					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Provisão p/prémios não adquiridos	27.655.248,58	1.533.961,07	13.663.840,17	10.201.949,58	2.255.497,76
Provisão p/sinistros	119.161.088,43	53.106.868,71	30.460.744,82	26.914.026,98	8.679.447,92
Provisão p/desv. de sinistralidade	2.849.539,45	-	-	1.767.828,81	1.081.710,64
Provisão p/riscos em curso	354.686,88	-	-	155.068,38	199.618,50
<b>Total</b>	<b>150.020.563,34</b>	<b>54.640.829,78</b>	<b>44.124.584,99</b>	<b>39.038.873,75</b>	<b>12.216.274,82</b>

Apresenta-se, em seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Euros

Conta de ganhos e perdas	2021				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	65.208.997,10	12.755.421,03	39.997.648,64	6.886.346,15	5.569.581,28
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	38.159.418,92	8.597.737,72	23.324.516,92	4.151.871,78	2.085.292,50
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	322.585,09	-	-	434.876,81	(112.291,72)
Custos e gastos de exploração líquidos	22.583.691,47	3.671.375,83	13.724.830,37	3.090.580,63	2.096.904,64
Rendimentos	3.696.024,50	2.269.469,90	1.347.866,60	44.291,12	34.396,88
Gastos financeiros	1.363.384,06	320.028,57	728.727,82	191.191,29	123.436,38
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.679.739,14	-	2.203.881,12	261.180,84	214.677,18
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	(28.856,09)	(55.392,90)	16.392,52	27.375,86	(17.231,57)
<b>Resultado técnico</b>	<b>9.126.825,11</b>	<b>2.380.355,91</b>	<b>5.787.713,77</b>	<b>(649.326,54)</b>	<b>1.608.081,97</b>
Rendimentos	-				
Gastos financeiros	-				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-				
Outras provisões (variação)	(560.009,37)				
Outros rendimentos/gastos	205.655,62				
<b>Resultado não técnico</b>	<b>765.664,99</b>				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>9.892.490,10</b>				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	2.774.393,55				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	-				
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.118.096,55</b>				

Conta de ganhos e perdas	2020				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	66.150.441,45	13.365.754,91	40.691.895,43	6.645.130,14	5.447.660,97
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	39.968.917,51	8.976.954,58	24.352.058,40	5.099.230,04	1.540.674,49
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	99.971,94	-	-	370.354,01	(270.382,07)
Custos e gastos de exploração líquidos	21.391.792,44	3.696.029,46	13.247.402,27	2.787.949,70	1.660.411,01
Rendimentos	3.838.103,55	2.253.484,05	1.289.630,88	158.493,71	136.494,91
Gastos financeiros	1.087.052,38	287.704,83	563.627,12	144.490,63	91.229,80
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	753.740,47	-	620.671,57	72.794,78	60.274,12
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	(291.659,44)	(48.027,33)	(158.736,56)	(54.428,54)	(30.467,01)
<b>Resultado técnico</b>	<b>7.902.891,76</b>	<b>2.610.522,76</b>	<b>4.280.373,53</b>	<b>(1.580.034,29)</b>	<b>2.592.029,76</b>
Rendimentos	-				
Gastos financeiros	-				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-				
Outras provisões (variação)	(140.189,92)				
Outros rendimentos/gastos	242.262,15				
<b>Resultado não técnico</b>	<b>382.452,07</b>				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>8.285.343,83</b>				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	2.406.215,15				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	-				
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>5.879.128,68</b>				

Nos exercícios de 2021 e de 2020, a Totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

# 37 Entidades Relacionadas

## 37.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE foi constituída em 1933 como **Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década de 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência e Resseguro** como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a **aceleração** do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e **por mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e a maior multinacional seguradora (não-vida) na **América Latina**. É **um dos 15 maiores grupos europeus** em volume de negócio.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes, 33.000 empregados de cerca de 90 nacionalidades**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é uma das sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

## 37.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

### 37.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	GRUPO MAPFRE	
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração	
José Manuel Inchausti Pérez	MAPFRE, S.A.; MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA; SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.; MAPFRE RE, S.A.; CARTERA MAPFRE, S.L.; VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; VERTI MEDIACIÓN, SOCIEDAD DE AGENCIA DE SEGUROS VINCULADA, S.L.	
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.; MAPFRE SANTANDER PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	
António Luis de Azevedo Portela	BIAL, S.A.	
António do Pranto Nogueira Leite	SOCIEDADE PONTO VERDE, SA; EMBOPAR, SGPS, SA; NEXPONOR, SICAFI, SA	
Antonio Nuñez Tovar	MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE VIDA, MAPFRE INTERNACIONAL, MAPFRE PERU, MAPFRE PERU VIDA, MAPFRE PERÚ ENTIDAD PRESTADORA DE SALUD, S.A.	
Javier del Río Martín	MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.; SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	
Miguel Pedro Caetano Ramos	CAETANO AERONAUTIC, S.A.; CAETANO BAVIERA – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.; CAETANO FÓRMULA EAST ÁFRICA, S.A.; CAETANO MOBILITY, SGPS, S.A.; CAETANO RETAIL, ESPAÑA, S.A.U.; CAETANO RETAIL, SGPS, S.A.; CAETANOBUS – FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.; GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.; IBERICAR BARCELONA PREMIUM, S.L.; KINTO PORTUGAL, S.A.; LATAM OPERACIONAL, S.L.U.; LIDERA SOLUCIONES, S.A.; PORTIANGA – COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.; RIGOR – CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.; SALVADOR CAETANO AUTO ÁFRICA, SGPS, S.A.; SALVADOR CAETANO AUTI, SGPS, S.A.; SALVADOR CAETANO CAPITAL (SGPS), S.A.; SALVADOR CAETANO INDÚSTRIA, SGPS, S.A., SIMBA CAETANO FORMULA LIMITED E TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	

## 37.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2021	2020	2021	2020
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	1.661.465,10	1.511.572,73	507.190,31	379.774,58
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	101.906,79	101.773,50	-	-
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	275.870,30	254.213,02	-	-
<b>Total</b>	<b>2.039.242,19</b>	<b>1.867.559,25</b>	<b>507.190,31</b>	<b>379.774,58</b>

Euros

Conceito	Operações gerais	
	2021	2020
Saldos a receber e a pagar	818.726,35	7.655.400,55
Depósitos	4.984,14	49.711,08
<b>Total</b>	<b>823.710,49</b>	<b>7.705.111,63</b>

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347, no Porto.

As operações de resseguro efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2021	2020
Prémios	32.868.235,37	29.902.763,71
Sinistros recebidos	16.302.946,30	13.741.096,87
Variação de provisões técnicas	(520.822,71)	11.295.208,13
Comissões	2.911.384,09	2.382.391,78
Juros sobre depósitos	404,09	398,50

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2021	2020
Saldos a receber e a pagar	(52.774,42)	(1.701.691,19)
Depósitos recebidos de resseguradores	(10.896,83)	(11.022,66)
Provisões técnicas	39.967.436,18	43.589.889,31
<b>Total</b>	<b>39.903.764,93</b>	<b>41.877.175,46</b>

Entidade	Tipo de Relação/Transação	Saldo em 31-12-2021			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balço	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões técnicas
<b>EM PORTUGAL</b>											
MAPFRE SEGUROS DE VIDA	Seguradora/Segurado									177.869,50	53.476,13
	Outros Custos/Proveitos									29,21	24.009,12
	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		723,87								
MAPFRE SANTANDER	Seguradora/Segurado										2.378,41
	Prestação de serviços de gestão de sinistros e administrativa										187.967,66
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/Segurado			(338.324,81)	3.516.907,61	751,39	1.937.150,73	0,00	1.418.617,91		35.324,71
	Resseguradora										
	Proprietário/Arrendatário										
	Outros Custos/Proveitos										13.052,51
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		6.740,80								
	Seguradora/Segurado										12.575,39
	Outros Custos/Proveitos									150,20	
IBEROASSISTENCIA	Proprietário/Arrendatário		(8.542,22)							101.906,79	
	Seguradora/Segurado										23.424,88
	Outros Custos/Proveitos		1.961,51							15.475,96	4.657,97
MAPFRE RE	Prestação de serviços Assistência/Apoio Telefónico Sim24										
	Seguradora/Segurado										3.470,17
	Outros Custos/Proveitos		0,00								2.468,77
	Resseguradora			(11.019,73)	94.251,61	20.457,78	228.467,57	0,00	59.905,71		

Entidade	Tipo de Relação/Transação	Saldo em 31-12-2021			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balanco	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões técnicas
<b>EM ESPANHA</b>											
SOLUNION SEGUROS	Resseguradora			(1.501,57)	0,00	0,00	(949,12)	0,00	682,76		
MAPFRE VIDA	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		(26.945,73)								
MAPFRE INVERSION	Prestação serviços de administração e depósito dos investimentos financeiros	4.984,14	47.822,50							18.221,86	
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação serviços de gestão dos investimentos financeiros		0,00							257.648,44	
MAPFRE ESPAÑA	Regul.de sinistros pag/Reembolsos em Portugal, de conta da MAPFRE Espanha		785.678,23								144.384,59
	Outros custos/Proveitos		(67,77)							53.748,64	
	Resseguradora			(339.001,72)	1.976.756,26	27.559,73	3.084.048,33	0,00	8.723.767,55		
MAPFRE RE	Resseguradora	(0,25)		(1.021.944,39)	27.276.865,57	2.861.382,55	9.267.520,58	404,09	26.696.304,70		
	Outros custos/Proveitos		(41.928,44)								
MAPFRE GLOBAL RISKS	Resseguradora			1.659.067,80	3.454,32	1.232,64	1.265.885,50	0,00	3.068.157,55		
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA	Realização estudos atuariais									3.690,00	
MAPFRE SA	Prestação serviços no âmbito da formação									428,37	
	Prestação de serviços corporativos									489.363,86	
	Outros custos/Proveitos		42.540,02							25.996,87	
MAPFRE TECH	Prestação serviços no âmbito informático		19.446,77							883.808,54	
CESVIMAP	Prestação serviços no âmbito da formação		(8.703,19)							10.903,54	
	<b>Total</b>	<b>4.983,89</b>	<b>818.726,35</b>	<b>(52.726,35)</b>	<b>32.868.253,37</b>	<b>2.911.284,09</b>	<b>15.782.123,59</b>	<b>404,09</b>	<b>39.967.436,18</b>	<b>2.039.242,19</b>	<b>507.190,31</b>

# 38 Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

## 38.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

### a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de um ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Euros

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2021	2020	2021	2020
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado	1.016.428,85	978.803,45	652.089,97	661.504,41
Índice de volatilidade do rácio combinado	7,4%	6,3%	7,9%	8,6%

### b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

2021	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	5.737.994,43
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(7.357.028,30)

Euros

2020	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	5.410.313,41
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(6.925.173,28)

### c) Alteração da longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

2021	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(868.666,02)
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	797.760,02

Euros

2020	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(807.885,86)
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	742.697,41

#### d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

2021					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	12.844.518,42	44.989.451,97	32.543.579,96	12.075.533,78	102.453.084,13
Prémios de resseguro cedido	159.933,94	5.147.913,28	25.420.864,16	6.516.372,16	37.245.083,54
% Média de retenção	99%	89%	22%	46%	64%

Euros

2020					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	13.493.379,26	46.057.755,52	29.842.248,08	11.151.825,00	100.545.207,86
Prémios de resseguro cedido	168.161,96	5.001.523,82	22.954.696,91	5.673.717,41	33.798.100,10
% Média de retenção	99%	89%	23%	49%	66%

2021									
Contratos de resseguro		Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Transportes	Responsabilidade Civil	Doença	Caução
Proporcional	Quota Parte	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
	Excedente		✓			✓			
	Facultativo		✓		✓	✓	✓	✓	✓
Não Proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Facultativo						✓		

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

## e) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Euros

2021								
Evolução dos custos com sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência								
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2016 e anteriores	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43	5.606.871,92	4.471.889,61	3.694.999,89	20.969.031,26	
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73	55.532.939,28	57.615.331,06	58.666.493,97	63.978.818,71	
	<b>Total custo</b>	<b>63.243.718,07</b>	<b>61.305.999,16</b>	<b>61.139.811,20</b>	<b>62.087.220,67</b>	<b>62.361.493,86</b>	<b>84.947.849,97</b>	
2017	Provisão pendente	24.447.844,25	8.053.589,80	6.319.433,96	5.825.047,22	3.874.546,23		
	Pagos acumulados	32.796.600,69	45.508.901,96	47.866.436,48	49.420.759,60	50.958.827,15		
	<b>Total custo</b>	<b>57.244.444,94</b>	<b>53.562.491,76</b>	<b>54.185.870,44</b>	<b>55.245.806,82</b>	<b>54.833.373,38</b>		
2018	Provisão pendente	25.907.822,85	10.352.261,30	6.403.856,52	7.146.868,37			
	Pagos acumulados	26.461.821,07	38.763.365,51	41.691.992,42	43.284.181,65			
	<b>Total custo</b>	<b>52.369.643,92</b>	<b>49.115.626,81</b>	<b>48.095.848,94</b>	<b>50.431.050,02</b>			
2019	Provisão pendente	24.735.325,58	14.638.688,86	9.521.911,02				
	Pagos acumulados	24.362.378,00	38.453.318,27	42.482.136,78				
	<b>Total custo</b>	<b>49.097.703,58</b>	<b>53.092.007,13</b>	<b>52.004.047,80</b>				
2020	Provisão pendente	29.649.229,00	13.544.183,36					
	Pagos acumulados	20.675.240,83	33.002.888,70					
	<b>Total custo</b>	<b>50.324.469,83</b>	<b>46.547.072,06</b>					
2021	Provisão pendente	25.593.563,78						
	Pagos acumulados	22.229.719,69						
	<b>Total custo</b>	<b>47.823.283,47</b>						
Conceito		Ano de ocorrência						
		2021	2020	2019	2018	2017	2016 e anteriores	Total
Provisão p/sinistros de seguro direto - Não Vida *		25.593.563,78	13.544.183,36	9.521.911,02	7.146.868,37	3.874.546,23	20.969.031,26	80.650.104,02

\*Nota: Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os referentes às provisões matemáticas de pensões e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

2020								
Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência								
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2015 e anteriores	Provisão pendente	27.668.203,26	8.486.185,74	5.049.361,40	3.869.738,89	3.815.948,45	21.854.901,48	
	Pagos acumulados	41.003.794,71	57.940.923,11	61.578.772,18	63.178.947,56	64.349.053,77	69.993.734,90	
	<b>Total custo</b>	<b>68.671.997,97</b>	<b>66.427.108,85</b>	<b>66.628.133,58</b>	<b>67.048.686,45</b>	<b>68.165.002,22</b>	<b>91.848.636,38</b>	
2016	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43	5.606.871,92	4.471.889,61	3.694.999,89		
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73	55.532.939,28	57.615.331,06	58.666.493,97		
	<b>Total custo</b>	<b>63.243.718,07</b>	<b>61.305.999,16</b>	<b>61.139.811,20</b>	<b>62.087.220,67</b>	<b>62.361.493,86</b>		
2017	Provisão pendente	24.447.844,25	8.053.589,80	6.319.433,96	5.825.047,22			
	Pagos acumulados	32.796.600,69	45.508.901,96	47.866.436,48	49.420.759,60			
	<b>Total custo</b>	<b>57.244.444,94</b>	<b>53.562.491,76</b>	<b>54.185.870,44</b>	<b>55.245.806,82</b>			
2018	Provisão pendente	25.907.822,85	10.352.261,30	6.403.856,52				
	Pagos acumulados	26.461.821,07	38.763.365,51	41.691.992,42				
	<b>Total custo</b>	<b>52.369.643,92</b>	<b>49.115.626,81</b>	<b>48.095.848,94</b>				
2019	Provisão pendente	24.735.325,58	14.638.688,86					
	Pagos acumulados	24.362.378,00	38.453.318,27					
	<b>Total custo</b>	<b>49.097.703,58</b>	<b>53.092.007,13</b>					
2020	Provisão pendente	29.649.229,00						
	Pagos acumulados	20.675.240,83						
	<b>Total custo</b>	<b>50.324.469,83</b>						
Conceito		Ano de ocorrência						Total
		2020	2019	2018	2017	2016	2015 e anteriores	Total
Provisão p/sinistros de seguro direto – Não Vida *		29.649.229,00	14.638.688,86	6.403.856,52	5.825.047,22	3.694.999,89	21.854.901,48	82.066.722,97

\*Nota: Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os referentes às provisões matemáticas de pensões e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

O valor de 38.419.493,99 euros, referente às provisões matemáticas de pensões de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros", apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

2021				
Provisão matemática - Pensões				
Ano de ocorrência dos sinistros	Conciliadas/ Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2016 e anteriores	30.868.675,36	-	2.188.933,92	33.057.609,28
2017	1.541.031,58	-	427.239,01	1.968.270,59
2018	567.035,42	1.440,08	457.223,52	1.025.699,02
2019	29.206,94	-	606.790,71	635.997,65
2020	10.000,09	-	918.986,97	928.987,06
2021	-	-	802.930,39	802.930,39
<b>Total</b>	<b>33.015.949,39</b>	<b>1.440,08</b>	<b>5.402.104,52</b>	<b>38.419.493,99</b>

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 3.374.265,04 euros. No quadro abaixo, apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

2021			
Montantes Pagos - Pensões			
Ano de ocorrência dos sinistros	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2016 e anteriores	1.504.468,60	244.001,47	1.748.470,07
2017	180.642,98	220.670,93	401.313,91
2018	35.337,06	206.018,79	241.355,85
2019	21.137,31	637.923,78	659.061,09
2020	1.485,00	300.512,85	301.997,85
2021	1.204,40	20.861,87	22.066,27
<b>Total</b>	<b>1.744.275,35</b>	<b>1.629.989,69</b>	<b>3.374.265,04</b>

Euros

2020				
Provisão matemática - Pensões				
Ano de ocorrência dos sinistros	Conciliadas/ Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2015 e anteriores	27.390.417,85	-	1.714.838,14	29.105.255,99
2016	2.375.109,11	-	378.427,93	2.753.537,04
2017	875.562,07	-	1.305.447,12	2.181.009,19
2018	322.576,66	-	1.099.204,45	1.421.781,11
2019	33.404,27	-	955.431,56	988.835,83
2020	-	-	643.946,30	643.946,30
<b>Total</b>	<b>30.997.069,96</b>	<b>-</b>	<b>6.097.295,50</b>	<b>37.094.365,46</b>

Euros

2020			
Montantes pagos - Pensões			
Ano de ocorrência dos sinistros	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2015 e anteriores	1.389.162,14	159.913,49	1.549.075,63
2016	164.451,06	199.968,64	364.419,70
2017	63.186,89	286.590,68	349.777,57
2018	20.379,00	658.311,87	678.690,87
2019	754,11	439.199,56	439.953,67
2020	-	7.639,85	7.639,85
<b>Total</b>	<b>1.637.933,20</b>	<b>1.751.624,09</b>	<b>3.389.557,29</b>

## 38.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

### a) Risco de crédito

#### Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 45% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 16% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 61% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

#### Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. detêm 38% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando se verificam valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

#### Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2021	2020
Provisão para sinistros	35.604.884,78	35.265.444,56
Dívidas por operações de resseguro cedido	(2.190.488,18)	(2.083.029,17)
Créditos por operações de resseguro cedido	1.675.187,59	5.635,15
<b>Total posição líquida</b>	<b>35.089.584,19</b>	<b>33.188.050,54</b>

Euros

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro abaixo.

Do valor Total em risco, um montante de 2.302.651,96 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia, e o valor de 10.896,83 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2021	2020
AAA	-	-
AA	270.327,27	179.333,07
A	29.992.693,84	32.448.023,37
BBB	-	-
BB	-	-
Sem qualificação	4.826.563,08	560.694,10
<b>Total posição líquida</b>	<b>35.089.584,19</b>	<b>33.188.050,54</b>

Euros

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Cosseguro	Valor contabilístico	
	2021	2020
Créditos por operações de cosseguro	772.944,66	653.433,44
Dívidas por operações de cosseguro	(1.027.184,02)	(792.614,68)
<b>Total posição líquida</b>	<b>(254.239,36)</b>	<b>(139.181,24)</b>

Euros

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

## b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para venda”, sendo negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria, a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na Nota 39.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Conceito	2021							Euros
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final	
Provisão para sinistros	28.555.793,47	11.848.265,47	8.200.866,72	5.762.518,06	3.128.721,24	88.826.642,89	146.322.807,85	
Acidentes de trabalho *	7.630.479,76	4.140.300,04	3.142.521,48	3.017.918,87	2.629.569,44	60.011.558,30	80.572.347,89	
Outros seguros	20.925.313,71	7.707.965,43	5.058.345,24	2.744.599,19	499.151,80	28.815.084,59	65.750.459,96	
Provisão para desvios de sinistralidade						2.921.773,41	2.921.773,41	
Provisão para riscos em curso	168.894,14	220.682,33	87.473,77	52.206,84	25.355,72	50.425,21	605.038,01	
Dívidas por operações de seguro direto	4.209.239,10						4.209.239,10	
Dívidas por operações de resseguro	2.190.488,18						2.190.488,18	
<b>Total posição líquida</b>	<b>35.124.414,89</b>	<b>12.068.947,80</b>	<b>8.288.340,49</b>	<b>5.814.724,90</b>	<b>3.154.076,96</b>	<b>91.798.841,51</b>	<b>156.249.346,55</b>	

\* Valores apresentados sem desconto

Conceito	2020							Euros
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final	
Provisão para sinistros	33.110.375,51	22.355.557,64	10.340.793,01	6.759.731,22	5.520.422,55	68.245.671,24	146.332.551,18	
Acidentes de trabalho *	8.659.292,32	5.527.287,78	3.341.118,81	2.665.127,72	2.477.762,10	57.607.742,72	80.278.331,46	
Outros seguros	24.451.083,19	16.828.269,86	6.999.674,20	4.094.603,50	3.042.660,45	10.637.928,52	66.054.219,72	
Provisão para desvios de sinistralidade						2.849.539,45	2.849.539,45	
Provisão para riscos em curso	69.486,65	145.517,30	60.805,72	36.380,42	13.150,65	29.346,14	354.686,88	
Dívidas por operações de seguro direto	3.999.574,16						3.999.574,16	
Dívidas por operações de resseguro	2.083.029,17						2.083.029,17	
<b>Total posição líquida</b>	<b>39.262.465,49</b>	<b>22.501.074,94</b>	<b>10.401.598,73</b>	<b>6.796.111,64</b>	<b>5.533.573,20</b>	<b>71.124.556,83</b>	<b>155.619.380,83</b>	

\* Valores apresentados sem desconto

### 38.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

### 38.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

2021					
Rácios	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
<b>Brutos de resseguro cedido</b>					
Rácio de sinistralidade	56,1%	66,6%	64,4%	42,5%	49,2%
Rácio de custos de exploração	25,8%	28,4%	30,4%	18,4%	25,1%
Rácio combinado	81,9%	95,0%	94,8%	60,9%	74,3%
Rácio operacional	76,9%	79,9%	88,5%	60,6%	73,3%
<b>Líquidos de resseguro cedido</b>					
Rácio de sinistralidade	58,5%	67,4%	58,3%	60,3%	37,4%
Rácio de custos de exploração	34,6%	28,8%	34,3%	44,9%	37,6%
Rácio combinado	93,2%	96,2%	92,6%	105,2%	75,1%
Rácio operacional	85,5%	80,9%	85,6%	103,5%	72,8%

2020					
Rácios	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
<b>Brutos de resseguro cedido</b>					
Rácio de sinistralidade	68,6%	66,3%	62,3%	95,3%	29,7%
Rácio de custos de exploração	25,1%	27,3%	29,0%	18,2%	23,9%
Rácio combinado	93,7%	93,6%	91,3%	113,5%	53,6%
Rácio operacional	90,1%	79,1%	88,4%	113,2%	52,7%
<b>Líquidos de resseguro cedido</b>					
Rácio de sinistralidade	60,4%	67,2%	59,8%	76,7%	28,3%
Rácio de custos de exploração	32,3%	27,7%	32,6%	42,0%	30,5%
Rácio combinado	92,8%	94,8%	92,4%	118,7%	58,8%
Rácio operacional	87,5%	80,1%	89,1%	117,4%	56,8%

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

### 38.5. Montantes recuperáveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconhece no ativo, conforme Nota 11, os saldos a recuperar de congéneres relativos aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

No entanto, não existe registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

# 39 Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

## 39.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo, e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico. O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia. Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

## 39.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

### a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:

Classificação creditícia das emissões	2021			
	Justo valor			
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e Instituições financeiras	Outros	Total
AAA	-	198.283,52	-	198.283,52
AA	96.442,73	2.299.572,37	-	2.396.015,10
A	73.062.855,42	3.465.688,25	2.533.811,25	79.062.354,92
BBB	16.072.549,22	6.069.856,73	3.403.984,91	25.546.390,86
BB ou menor	-	-	299.508,02	299.508,02
Sem classificação	-	99.983,02	918.538,53	1.018.521,55
<b>Total</b>	<b>89.231.847,37</b>	<b>12.133.383,89</b>	<b>7.155.842,71</b>	<b>108.521.073,97</b>

Euros

Euros

2020				
Classificação creditícia das emissões	Justo valor			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	-	-	-	-
AA	427.199,86	3.715.104,29	687.787,97	4.830.092,12
A	82.530.330,14	6.228.156,46	4.749.375,30	93.507.861,90
BBB	15.899.003,32	6.141.162,54	12.443.849,77	34.484.015,63
BB ou menor	-	-	525.924,45	525.924,45
Sem classificação	-	-	1.019.159,90	1.019.159,90
<b>Total</b>	<b>98.856.533,32</b>	<b>16.084.423,29</b>	<b>19.426.097,39</b>	<b>134.367.054,00</b>

## b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

2021				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	3.895.725,29	20.415.380,32	108.521.073,97	132.832.179,58
Franco Suíço	272.017,96	-	-	272.017,96
Dólares	-	-	-	-
Libras	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.167.743,25</b>	<b>20.415.380,32</b>	<b>108.521.073,97</b>	<b>133.104.197,54</b>

2020				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	Total
Euro	5.652.141,65	12.683.695,02	134.367.054,00	152.702.890,67
Franco Suíço	449.136,02	-	-	449.136,02
Dólares	-	-	-	-
Libras	55.849,05	-	-	55.849,05
<b>Total</b>	<b>6.157.126,72</b>	<b>12.683.695,02</b>	<b>134.367.054,00</b>	<b>153.207.875,74</b>

### c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros

Tipo de ativo	Saldo final	2021						Taxa de juro	Duração modificada
		Vencimento a:							
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	108.521.073,97	2.258.645,37	8.752.204,70	1.934.599,46	2.357.084,35	1.525.374,85	91.693.165,24	3,0329	10,3689
<b>Total</b>	<b>108.521.073,97</b>	<b>2.258.645,37</b>	<b>8.752.204,70</b>	<b>1.934.599,46</b>	<b>2.357.084,35</b>	<b>1.525.374,85</b>	<b>91.693.165,24</b>	-	-

Euros

Tipo de ativo	Saldo final	2020						Taxa de juro	Duração modificada
		Vencimento a:							
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	134.367.054,00	2.886.347,48	3.292.427,11	12.328.957,35	3.536.201,60	9.140.292,25	103.182.828,21	2,7978	10,3717
<b>Total</b>	<b>134.367.054,00</b>	<b>2.886.347,48</b>	<b>3.292.427,11</b>	<b>12.328.957,35</b>	<b>3.536.201,60</b>	<b>9.140.292,25</b>	<b>103.182.828,21</b>	-	-

No quadro que se segue, mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Euros

Capital próprio	2021	2020
<b>Capital próprio</b>	<b>71.620.357,13</b>	<b>100.508.766,58</b>
<b>Aumento de 1 p.p. na taxa de juro</b>		
Impacto no capital próprio	(8.720.605,73)	(10.800.465,85)
Capital próprio após o impacto	62.899.751,40	89.708.300,73
<b>Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro</b>		
Impacto no capital próprio	8.720.605,73	10.800.465,85
Capital próprio após o impacto	80.340.962,86	111.309.232,43

O quadro seguinte reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Euros

2021		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	24.583.123,57	8.104.999,69
<b>Total</b>	<b>24.583.123,57</b>	<b>8.104.999,69</b>

Euros

2020		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	18.840.821,74	8.236.000,00
<b>Total</b>	<b>18.840.821,74</b>	<b>8.236.000,00</b>

#### d) Risco de concentração

A Companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

Euros

Sector de atividade	2021	2020
Dívida pública e outros emissores públicos	89.231.847,37	98.856.533,32
Instituições financeiras	33.144.238,15	29.507.888,63
Industriais	4.905.263,44	9.848.200,87
Comunicações	1.809.722,73	3.503.013,88
Energia & Meio Ambiente	1.184.952,29	5.374.881,35
Imobiliário	711.295,09	1.029.686,09
Construção	540.925,46	1.059.467,81
Petrolíferas	479.289,28	1.152.809,64
Transportes	250.769,82	58.117,47
Distribuição	227.052,73	561.486,75
Tecnológicas	213.034,46	1.780.750,70
Saúde	203.672,48	-
Consultadoria	202.134,24	357.191,43
Investigação e Desenvolvimento	-	117.847,80
<b>Total</b>	<b>133.104.197,54</b>	<b>153.207.875,74</b>

## e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O aparente *gap* existente nos primeiros quatro anos, entre os fluxos de ativos e passivos, poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

Euros

Conceito	2021								
	Seguro direto							Indeterminado	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano			
<b>Ativo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.758.507,42	-	-	-	-	-	-	4.758.507,42	
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.621.613,03	10.860.445,23	4.384.846,42	4.695.266,08	3.753.985,36	91.703.233,89	24.583.123,57	145.602.513,58	
Invest.em filiais, associa. e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	25.682.936,61	25.682.936,61	
Contas a receber p/ operações de seguro direto	6.977.115,82	-	-	-	-	-	-	6.977.115,82	
Contas a receber p/ operações de resseguro	1.675.187,59	-	-	-	-	-	-	1.675.187,59	
<b>Total ativo</b>	<b>19.032.423,86</b>	<b>10.860.445,23</b>	<b>4.384.846,42</b>	<b>4.695.266,08</b>	<b>3.753.985,36</b>	<b>91.703.233,89</b>	<b>50.266.060,18</b>	<b>184.696.261,02</b>	
<b>Passivo</b>									
Provisão para sinistros	28.555.793,47	11.848.265,47	8.200.866,72	5.762.518,06	3.128.721,24	88.826.642,89	-	146.322.807,85	
Acidentes de Trabalho *	7.630.479,76	4.140.300,04	3.142.521,48	3.017.918,87	2.629.569,44	60.011.558,30	-	80.572.347,89	
Outros seguros	20.925.313,71	7.707.965,43	5.058.345,24	2.744.599,19	499.151,80	28.815.084,59	-	65.750.459,96	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	-	2.921.773,41	-	2.921.773,41	
Provisão para riscos em curso	168.894,14	220.682,33	87.473,77	52.206,84	25.355,72	50.425,21	-	605.038,01	
Dívidas por operações de seguro direto	4.209.239,10	-	-	-	-	-	-	4.209.239,10	
Dívidas por operações de resseguro	2.190.488,18	-	-	-	-	-	-	2.190.488,18	
<b>Total passivo</b>	<b>35.124.414,89</b>	<b>12.068.947,80</b>	<b>8.288.340,49</b>	<b>5.814.724,90</b>	<b>3.154.076,96</b>	<b>91.798.841,51</b>	<b>-</b>	<b>156.249.346,55</b>	
<b>Total ativo-passivo</b>	<b>(16.091.991,03)</b>	<b>(1.208.502,57)</b>	<b>(3.903.494,07)</b>	<b>(1.119.458,82)</b>	<b>599.908,40</b>	<b>(95.607,62)</b>	<b>50.266.060,18</b>	<b>28.446.914,47</b>	

\* Valores apresentados sem desconto

2020									
Conceito	Seguro direto							Indeterminado	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano			
<b>Ativo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.412.309,93	-	-	-	-	-	-	8.412.309,93	
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.225.778,40	6.551.305,32	14.224.854,29	6.204.629,11	10.693.933,59	97.882.076,89	18.840.821,74	160.623.399,34	
Invest.em filiais, associa. e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	35.400.000,00	35.400.000,00	
Contas a receber p/ operações de seguro direto	8.035.215,51	-	-	-	-	-	-	8.035.215,51	
Contas a receber p/ operações de resseguro	5.635,15	-	-	-	-	-	-	5.635,15	
<b>Total ativo</b>	<b>22.678.938,99</b>	<b>6.551.305,32</b>	<b>14.224.854,29</b>	<b>6.204.629,11</b>	<b>10.693.933,59</b>	<b>97.882.076,89</b>	<b>54.240.821,74</b>	<b>212.476.559,93</b>	
<b>Passivo</b>									
Provisão para sinistros	33.110.375,51	22.355.557,64	10.340.793,01	6.759.731,22	5.520.422,55	68.245.671,24	-	146.332.551,18	
Acidentes de Trabalho *	8.659.292,32	5.527.287,78	3.341.118,81	2.665.127,72	2.477.762,10	57.607.742,72	-	80.278.331,46	
Outros seguros	24.451.083,19	16.828.269,86	6.999.674,20	4.094.603,50	3.042.660,45	10.637.928,52	-	66.054.219,72	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	-	2.849.539,45	-	2.849.539,45	
Provisão para riscos em curso	69.486,65	145.517,30	60.805,72	36.380,42	13.150,65	29.346,14	-	354.686,88	
Dividas por operações de seguro direto	3.999.574,16	-	-	-	-	-	-	3.999.574,16	
Dividas por operações de resseguro	2.083.029,17	-	-	-	-	-	-	2.083.029,17	
<b>Total passivo</b>	<b>39.262.465,49</b>	<b>22.501.074,94</b>	<b>10.401.598,73</b>	<b>6.796.111,65</b>	<b>5.533.573,20</b>	<b>71.124.556,83</b>	<b>-</b>	<b>155.619.380,84</b>	
<b>Total ativo-passivo</b>	<b>(16.583.526,50)</b>	<b>(15.949.769,62)</b>	<b>3.823.255,56</b>	<b>(591.482,54)</b>	<b>5.160.360,39</b>	<b>26.757.520,06</b>	<b>54.240.821,74</b>	<b>56.857.179,09</b>	

\* Valores apresentados sem desconto

# 40 Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

## 40.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão de riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o Código de Bom Governo que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões setoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);

- seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o "rating A" da Standard & Poors;
- controlo automático dos cúmulos de risco; e
- minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se descritas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- o manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- o manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- o manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se

transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência, que deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comissão Crescimento Todos os Canais, na qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição,

a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;

- Comissão Reequilíbrio Técnico, em sede da qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações, que realiza o seguimento de projetos de adequação do *Back Office*, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias, a qual analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente a qual define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE.
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2021.

Por outro lado, a área Financeira procede, mensalmente, ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio

combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

## 40.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

- A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos, no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo

pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

- A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

- O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação.

- A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

- Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente, é realizado um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75%, é obrigatoriamente elaborado um plano de ação com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidade dos riscos operacionais apurados em 2021, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2021	2020
<b>Geral</b>	62,98	63,10
Desenvolvimento de produtos	60,71	60,71
Emissão	64,92	65,31
Sinistros	61,20	61,33
Gestão Administrativa	57,02	57,11
Atividades Comerciais	63,10	63,16
Recursos Humanos	44,85	44,85
Comissões	60,85	60,85
Cosseguro/Resseguro	68,66	68,94
Provisões Técnicas	48,44	48,25
Investimentos	66,83	66,83
Sistemas Tecnológicos	69,75	69,98
Atendimento ao Cliente	65,41	65,61

### 40.3. Gestão do risco de epidemia por Covid-19

Durante este ano, em que convivemos com a epidemia desencadeada pela Covid-19, soubemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e o património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio, cuja ativação ocorreu em 2020, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da Companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a elevada solvência da empresa, permitiu e permitirá, encarar com uma certa tranquilidade os cenários de stress que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

### 40.4. Gestão do risco inerente ao conflito na Ucrânia

Em resposta ao atual conflito na Ucrânia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão abranger outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) interrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros resultantes das sanções aplicadas e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência do acima mencionado, em linha com o regularmente já desenvolvido, a Companhia encontra-se a realizar procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2022.

## 41 Elementos Extrapatrimoniais

A Companhia detém, no final de 2021, o valor de 20.929,51 euros em garantias bancárias prestadas a terceiros.

Adicionalmente, tal como mencionado na Nota 38.2., a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de "Depósitos recebidos de resseguradores", através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.302.651,96 euros.

## 42 Acontecimentos após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Para além dos temas identificados nos pontos 40.3 e 40.4, não existem outros eventos subsequentes que devam ser divulgados.

## 43 Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

### 43.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

#### Covid-19 – Concessões de rendas, Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu "Covid-19 – Concessões de rendas", que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com a Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido. A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

Em 2021, o IASB, estendeu o expediente prático por 12 meses, ou seja, permitindo que os locatários o apliquem a concessões de renda para as quais qualquer redução nos

pagamentos da locação afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

As alterações de 2021 são efetivas para períodos de relatório anuais com início em ou após 1 de abril de 2021. Os locatários podem aplicá-las antecipadamente. As alterações de 2021 são aplicadas retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido em resultados transitados. Os requisitos de divulgação do Parágrafo 28 (f) 1 da IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros não se aplicam na aplicação inicial.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

#### **Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)**

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros – Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

## **43.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações**

#### **Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)**

Em maio de 2020, o IASB emitiu "Referências à Estrutura Conceptual", alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios. As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em "Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS", emitidas em março de 2018.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

#### **Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis**

Em maio de 2020, o IASB emitiu "Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido", que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

### **Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato**

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

### **Melhoramentos do ciclo 2018-2020**

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018–2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui

apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16 e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

### **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)**

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito

de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo

de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma empresa de seguros, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Extensão da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações à IFRS 4): O IASB emitiu “Extensão da Isenção Temporária da Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4)” em 25 de junho de 2020. O objetivo das alterações é estender a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 (ou seja, para 2023), a fim de alinhar as datas de vigência da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 17.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **IFRS 17 – Contratos de Seguro**

O IASB emitiu, em 18 de maio de 2017, uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras em conjunto com os impactos decorrentes da introdução da IFRS 9.

## 43.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

### Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu, em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023, mas não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de *feedback* obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as entidades a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Efetuando julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: (i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, (ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais

são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e (iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material: “A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

### Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas, das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente

às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relato anual ao qual a entidade aplica as alterações.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

### **Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação**

O IASB emitiu alterações à IAS 12 – ‘Impostos sobre o Rendimento’, em 7 de maio de 2021. As alterações exigem que as entidades reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as entidades estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as entidades reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as entidades são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

### **Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 – Contratos de Seguro, proporcionando às empresas de seguros uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova Norma. A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17.

A IFRS 17 e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas empresas de seguros, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.

A alteração ajudará as empresas de seguros a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.

A IFRS 17, incluindo esta alteração, é efetiva para os períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Lisboa, 29 de março de 2022

Filipe Tempero  
Contabilista Certificado

## **O Conselho de Administração**

José Manuel Inchausti Pérez  
**(Presidente)**

António Luís de Azevedo Portela  
**(Vogal)**  
(representado por José Manuel Inchausti Pérez)

Miguel Pedro Caetano Ramos  
**(Vogal)**  
(representado por Luis Anula Rodriguez)

Luis Anula Rodriguez  
**(Vogal/Administrador-Delegado)**

Antonio Nuñez Tovar  
**(Vogal)**

António do Pranto Nogueira Leite  
**(Vogal)**

Javier del Río Martín  
**(Vogal)**  
(representado por Luis Anula Rodriguez)

## **O Secretário do Conselho de Administração**

Pedro Ribeiro e Silva

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
<b>1. - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>								
1.1. - Títulos nacionais								
1.1.1. - Partes de capital em filiais								
	MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL, S.A.	750.150			6,24	4.682.936,61	6,24	4.682.936,61
1.1.2. - Partes de capital em associadas								
1.1.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>	<b>4.950.150</b>				<b>25.682.936,61</b>		<b>25.682.936,61</b>
1.1.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.1.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.1.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
1.1.9. - Outros títulos em filiais								
1.1.10. - Outros títulos em associadas								
1.1.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.1.</b>	<b>4.950.150</b>				<b>25.682.936,61</b>		<b>25.682.936,61</b>
1.2. - Títulos estrangeiros								
1.2.1. - Partes de capital em filiais								
1.2.2. - Partes de capital em associadas								
1.2.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
1.2.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.2.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
1.2.9. - Outros títulos em filiais								

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.10. - Outros títulos em associadas							
	1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.2.</b>							
	<b>Total 1.</b>	<b>4.950.150</b>		<b>0,00</b>		<b>25.682.936,61</b>		<b>25.682.936,61</b>
	<b>2. - OUTROS</b>							
	2.1. - Títulos nacionais							
	2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. - Ações							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.2. - Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.4. - Outros							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.1.1.</b>							
	2.1.2. - Títulos de dívida							
	2.1.2.1. - De dívida pública							
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,17		6.123.623,45	125,67	7.760.070,56
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		600.000,00	110,03		660.163,85	112,99	677.913,26
	<b>Subtotal</b>		<b>6.775.000,00</b>			<b>6.783.787,30</b>		<b>8.437.983,82</b>
	2.1.2.2. - De outros emissores públicos							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.2.3. - De outros emissores							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.1.2.</b>	<b>0</b>	<b>6.775.000,00</b>					
	<b>Subtotal 2.1.</b>	<b>0</b>	<b>6.775.000,00</b>					
	2.2. - Títulos estrangeiros							
	2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. - Ações							
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	963			114,55	110.316,05	153,32	147.647,16
NL0000235190	AIRBUS GROUP SE	841			83,84	70.509,97	112,36	94.494,76
DE0008404005	ALLIANZ SE	496			187,78	93.139,05	207,65	102.994,40

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	890			55,53	49.418,80	59,64	53.079,60
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	1.548			57,89	89.610,54	53,17	82.307,16
NL0010273215	ASML HOLDING NV	411			282,60	116.149,81	706,70	290.453,70
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA SA	10.199			4,29	43.755,30	5,25	53.544,75
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	26.740			1,78	47.515,46	2,94	78.628,97
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. - PARIS	1.965			47,29	92.932,81	60,77	119.413,05
FR0000125007	COMPAGNIE DE SAINT-GOBAIN	900			60,09	54.081,55	61,87	55.683,00
FR0000120644	DANONE S.A.	634			59,31	37.603,53	54,59	34.610,06
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	2.625			43,99	115.476,41	56,54	148.417,50
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	6.910			15,13	104.514,26	16,30	112.633,00
IT0003128367	ENEL SPA	10.386			7,11	73.800,53	7,05	73.179,76
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	2.451			20,68	50.698,45	27,56	67.549,56
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	12.936			8,89	115.052,40	10,41	134.663,76
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	4.151			25,58	106.201,39	28,53	118.428,03
DE0006231004	INFINEON TECHNOLOGIES AG	893			31,98	28.553,93	40,76	36.398,68
NL0011821202	ING GROEP N.V.	6.224			7,82	48.655,31	12,24	76.194,21
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	26.246			2,10	55.102,19	2,27	59.683,40
BE0003565737	KBC GROEP NV	646			70,79	45.727,88	75,46	48.747,16
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	1.297			39,23	50.884,11	32,77	42.496,21
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	315			453,36	142.809,38	727,00	229.005,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS AG	216			191,99	41.470,21	260,50	56.268,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	627			92,29	57.865,23	123,00	77.123,80
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.023			71,68	73.333,43	77,49	79.268,03
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			0,96	288.604,39	1,06	318.000,00
ES0173516115	REPSOL S.A.	3.393			8,06	27.347,30	10,44	35.409,35
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	316			249,78	78.929,92	365,91	115.626,13
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	2.943			20,63	60.703,34	19,31	56.829,33
FR0000073272	SAFRAN S.A.	476			115,00	54.741,46	107,66	51.246,16
FR0000120578	SANOFI	1.045			74,43	77.778,65	88,58	92.566,10
DE0007164600	SAP SE	743			97,10	72.146,95	124,90	92.800,70
DE0007236101	SIEMENS AG	1.294			117,60	152.171,15	152,68	197.567,92
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	9.158			3,12	28.583,80	3,85	35.276,62
FR0000120271	TOTALENERGIES SE	3.873			35,65	138.062,73	44,63	172.851,99
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	2.728			45,28	123.534,28	47,06	128.366,04

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
NL0015000IY2	UNIVERSAL MUSIC GROUP B.V.	8.450			25,25	213.362,50	24,78	209.391,00
FR0000125486	VINCI S.A.	795			78,38	62.315,05	92,91	73.863,45
FR0000127771	VIVENDI S.A.	9.675			5,63	54.424,03	11,89	115.035,75
<b>Subtotal</b>		<b>467.422</b>				<b>3.347.883,53</b>		<b>4.167.743,25</b>
2.2.2.2. – Títulos de participação								
<b>Subtotal</b>								
2.2.2.3. – Unidades de participação em fundos de investimento								
IE00BZ005D22	AEGON EUROPEAN ABS FUND	214.289			10,73	2.300.000,00	10,73	2.298.681,23
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL	109			1.189,13	130.000,01	1.449,78	158.495,38
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REAL ESTATEII	249.787			0,92	230.160,80	0,75	186.518,00
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF	625.925			1,00	626.042,83	1,02	639.158,17
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.622			123,27	200.000,00	127,63	207.078,96
FR0013263811	BNP PARIBAS BOND 6M	3			100.113,93	300.041,45	100.052,77	299.858,15
ES0138658002	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	82.205			17,43	1.432.497,44	18,81	1.546.406,14
ES0178520005	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	16.687			80,62	1.345.265,61	86,05	1.435.928,11
LU2254260586	GINKGO FUND III SCA SICAV	35.330			1,00	35.330,00	1,00	35.334,21
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PRIV DEBT	190.695			1,01	193.304,00	1,05	199.532,57
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	3.288			1,00	3.288,33	3,02	9.942,65
LU0955863252	INVESCO JAPANESE EQUITY ADVANTAGE Z	23.742			21,06	500.000,00	23,78	564.577,39
LU1691783135	MAPFRE AM – GLOBAL BOND I EUR	70.076			10,00	700.585,62	10,00	700.900,19
LU2390860711	MAPFRE AM – GOOD GOVERNANCE FUND	82.044			10,00	820.436,82	10,20	837.255,77
LU1527121039	MAPFRE AM – MULTI ASSET STRATEGY	351.511			9,96	3.500.000,00	9,89	3.476.448,73
LU2390860471	MAPFRE AM – US FORGOTTEN VALUE FUND	42.541			10,00	425.406,19	10,25	436.126,43
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR	978.250			1,00	978.250,00	0,99	966.770,21
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUTURAS FCR	17.500			10,00	175.000,00	10,11	176.945,44
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	57.200			11,62	664.650,00	15,92	910.597,85
LU1694214633	NORDEA 1 LOW DUR EURO COVERED BOND FUND	19.247			103,91	2.000.000,00	103,13	1.984.939,81
LU1928608063	P/ GLOBAL SOCIAL IMPACT FUND	113			95,88	10.800,00	91,57	10.314,66
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL	801			100,36	80.364,05	106,98	85.664,74
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MAPFRE	1.744			1.001,20	1.746.396,00	1.009,80	1.761.395,85
LU1857396433	STABLE INCOME EUR.FUND SICAV-RAIF GLL	1.543			978,14	1.509.353,00	963,33	1.486.509,68
<b>Subtotal</b>		<b>3.066.253</b>				<b>19.907.172,15</b>		<b>20.415.380,32</b>
2.2.2.4. – Outros								

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
<b>Subtotal</b>								
<b>Subtotal 2.2.1.</b>				<b>0,00</b>		<b>23.255.055,68</b>		<b>24.583.123,57</b>
2.2.2. – Títulos de dívida								
2.2.2.1. – De dívida pública								
XS1751001139	GOBIERNO FEDERAL MEXICO 1,75 4/2028		1.200.000,00	104,40		1.252.800,00	104,88	1.258.551,37
XS2339399946	PRINCIPADO DE ANDORRA 1,25 5/2031		100.000,00	99,94		99.935,00	101,76	101.755,02
IT0005451361	REPÚBLICA DE ITALIA 0,126 4/2029		1.832.000,00	100,73		1.845.387,17	100,74	1.845.500,37
IT0005422891	REPÚBLICA DE ITALIA 0,9 4/2031		1.000.000,00	102,83		1.028.299,95	98,64	986.443,47
IT0005425233	REPÚBLICA DE ITALIA 1,7 9/2051		1.000.000,00	101,47		1.014.710,04	94,48	944.800,14
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		2.200.000,00	93,49		2.056.868,00	113,52	2.497.515,03
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		3.155.000,00	99,28		3.132.233,70	108,48	3.422.531,43
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	94,35	1.809.704,18
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		2.500.000,00	99,43		2.485.825,00	119,79	2.994.778,63
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		2.600.000,00	100,70		2.618.148,00	131,92	3.429.910,38
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	109,70	658.182,14
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.000.000,00	98,98		2.969.430,00	135,71	4.071.366,08
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	109,90	879.171,98
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	87,25		10.557.679,38	166,36	20.129.994,44
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	168,35	5.218.801,08
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		45.000,00	135,78		61.100,55	135,05	60.774,03
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		12.515.000,00	147,35		18.440.657,50	181,10	22.665.240,00
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		5.851.000,00	100,04		5.853.398,91	111,47	6.522.376,76
<b>Subtotal</b>			<b>55.516.000,00</b>			<b>57.745.746,02</b>		<b>79.497.396,53</b>
2.2.2.2. – De outros emissores públicos								
FR00140002W1	ASSISTANCE PUBLIQUE HOPITAUX MARSEILLE 0 10/2040		95.000,00	98,95		94.002,50	101,52	96.442,73
XS1555575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA 0,5 1/2022		200.000,00	99,98		199.950,00	100,53	201.060,45
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC.ELEC FTA 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	124,87	998.963,84
<b>Subtotal</b>			<b>1.095.000,00</b>			<b>1.324.352,50</b>		<b>1.296.467,02</b>
2.2.2.3. – De outros emissores								
XS1883355197	ABBOTT IRELAND FINANCING DAC 1,5 9/2026		400.000,00	105,82		423.280,00	106,65	426.612,08
XS2398290077	ACCIONA FINANCIACION FILIALES S.A. 100 2/2022		100.000,00	100,01		100.013,67	100,00	100.004,43
XS2152796269	AIRBUS GROUP SE 2 4/2028		100.000,00	99,63		99.627,00	110,74	110.736,97
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B.V. 0,452 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,48	301.427,03
XS2347663507	ASTRAZENECA PLC 0,375 6/2029		100.000,00	99,58		99.584,00	100,04	100.040,81

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2180007549	AT&T INC 1,6 5/2028		830.000,00	99,93		829.385,80	106,80	886.418,16
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	109,19	764.337,00
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	115,75	578.738,19
LCRSANT-0001	BANCO SANTANDER S.A. 0 6/2022		133.110,43	100,00		133.110,43	100,00	133.110,43
XS1592168451	BANKINTER S.A. 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	102,48	102.477,22
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON 2 6/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	97,43	292.291,67
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	103,49	310.482,28
XS2191509038	CARLSBERG BREWERIES AS 0,375 6/2027		400.000,00	99,39		397.552,00	100,31	401.230,27
XS2348237871	CELLNEX FINANCE COMPANY S.A. 1,5 6/2028		200.000,00	99,59		199.170,00	98,93	197.858,97
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY 0 3/2029		2.123.325,03	109,21		2.318.911,96	108,30	2.299.572,37
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY 1,6 12/2027		300.000,00	95,76		287.271,61	99,51	298.522,33
XS1791704189	CNAC HK FINBRIDGE CO LTD 1,75 6/2022		250.000,00	100,72		251.800,00	101,69	254.236,75
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	104,34	260.856,62
ES0305045009	CRITERIA CAIXA S.A.U. 1,375 4/2024		200.000,00	99,44		198.880,00	103,93	207.858,11
XS2239553048	DAVIDE CAMPARI-MILANO SPA 1,25 10/2027		200.000,00	102,00		204.000,00	100,96	201.924,69
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 0,5307 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	98,41	1.672.925,21
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V. 0,6 7/2024		300.000,00	100,00		300.000,00	99,33	297.996,00
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V. 0,92 3/2031		100.000,00	100,00		100.000,00	100,29	100.291,94
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		240.000,00	100,00		240.000,00	101,49	243.580,80
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V. 1,01 9/2028		418.139,00	100,00		418.139,00	100,44	419.974,63
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		430.000,00	103,64		445.649,85	104,21	448.095,16
FR00140005C6	EUTELSAT S.A. 1,5 10/2028		300.000,00	99,62		298.857,00	101,70	305.087,90
XS2307768734	GENERAL MOTORS FINANCIAL COMPANY INC 0,6 5/2027		200.000,00	99,83		199.660,00	99,61	199.216,01
XS1861206636	GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028		200.000,00	99,43		198.854,00	109,08	218.156,09
FR0014000568	GRAND DELTA HABITAT 1,285 11/2040		100.000,00	97,62		97.620,00	95,56	95.556,66
FR0014002226	GRAND DELTA HABITAT 1,425 2/2048		300.000,00	96,67		290.010,00	99,25	297.738,43
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		200.000,00	99,88		199.764,00	116,27	232.547,44
ES0505087678	IM FORTIA 1 F.T. 100 7/2022		100.000,00	99,95		99.952,84	99,98	99.983,02
XS1809245829	INDRA SISTEMAS S.A. 3 4/2024		200.000,00	99,60		199.200,00	106,52	213.034,46
XS2244936659	INFRASTRUTTURE WIRELESS ITALIANE SpA 1,625 10/2028		100.000,00	100,04		100.040,00	101,65	101.649,05
DE000A1Z0TA4	JAB HOLDINGS BV 1,625 4/2025		500.000,00	105,83		529.150,00	105,56	527.776,03
XS2150015555	KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE NV 1,75 4/2027		100.000,00	99,44		99.440,00	108,62	108.624,70
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	101,15	708.064,17
XS2151059206	MONDI FINANCE EUROPE GMBH 2,375 4/2028		300.000,00	99,51		298.533,00	112,23	336.684,55
XS2393080077	NEW YORK LIFE GLOBAL FUNDING 0,25 10/2028		200.000,00	99,52		199.046,00	99,14	198.283,52

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING PTE LTD 3,245 3/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	103,44	310.329,00
FR0014002010	ORPEA 2 4/2028		200.000,00	99,20		198.390,00	101,84	203.672,48
XS2168625460	PEPSICO INC 0,25 5/2024		400.000,00	99,87		399.460,00	101,09	404.372,73
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		50.000,00	100,28		50.138,50	101,61	50.803,70
XS2156581394	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE B.V. 2 12/2025		100.000,00	99,97		99.967,00	106,94	106.935,25
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELECTRICITE S.A. 1,625 11/2025		500.000,00	99,60		498.010,00	105,80	529.013,61
FR0013505104	SANOFI 1 4/2025		200.000,00	101,08		202.150,00	104,12	208.239,85
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	109,83	658.980,00
XS2310118547	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP- 1,7 9/2029		300.000,00	100,00		300.000,00	100,44	301.323,33
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP- 1,97 9/2028		400.000,00	100,00		400.000,00	105,43	421.730,78
XS2237302646	STG GLOBAL FINANCE BV 1,375 9/2025		200.000,00	99,52		199.034,00	102,00	203.996,59
XS1715328768	SWEDISH MATCH AB 1,2 11/2025		100.000,00	103,39		103.390,00	103,21	103.209,76
XS2169243479	SWISSCOM FINANCE BV 0,375 11/2028		21.000,00	99,13		20.816,67	100,79	21.166,05
XS2347284742	TECHNIP ENERGIES NV 1,125 5/2028		200.000,00	99,40		198.800,00	101,07	202.134,24
XS2153406868	TOTAL CAPITAL INTERNATIONAL S.A. 1,491 4/2027		100.000,00	100,00		100.000,00	107,26	107.263,36
ES0380907040	UNICAJA BANCO, S.A. 1 12/2026		100.000,00	99,94		99.941,00	99,80	99.798,93
ES0505496127	VALL COMPANYS 100 9/2022		200.000,00	99,87		199.732,52	99,95	199.902,47
XS2288097483	WIZZ AIR FINANCE COMPANY 1,35 1/2024		100.000,00	100,00		100.000,00	102,35	102.352,32
	<b>Subtotal</b>		<b>18.545.574,46</b>			<b>18.825.554,85</b>		<b>19.289.226,60</b>
	<b>Subtotal 2.2.2.</b>		<b>75.156.574,46</b>			<b>77.895.653,37</b>		<b>100.083.090,15</b>
	<b>Subtotal 2.2.</b>	<b>3.533.675</b>	<b>75.156.574,46</b>			<b>101.150.709,05</b>		<b>124.666.213,72</b>
	2.3. – Derivados de negociação							
	<b>Subtotal 2.3.</b>							
	2.4. – Derivados de cobertura							
	<b>Subtotal 2.4.</b>							
	<b>Total 2.</b>	<b>3.533.675</b>	<b>81.931.574,46</b>			<b>107.934.496,35</b>		<b>133.104.197,54</b>
	<b>Total geral</b>	<b>8.483.825</b>	<b>81.931.574,46</b>			<b>133.617.432,96</b>		<b>158.787.134,15</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
<b>1. - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>								
1.1. - Títulos nacionais								
1.1.1. - Partes de capital em filiais								
	MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL, S.A.	750.150			19,20	14.400.000,00	19,20	14.400.000,00
1.1.2. - Partes de capital em associadas								
1.1.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.1.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>	<b>4.950.150</b>				<b>35.400.000,00</b>		<b>35.400.000,00</b>
1.1.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.1.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.1.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
1.1.9. - Outros títulos em filiais								
1.1.10. - Outros títulos em associadas								
1.1.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.1.</b>	<b>4.950.150</b>				<b>35.400.000,00</b>		<b>35.400.000,00</b>
1.2. - Títulos estrangeiros								
1.2.1. - Partes de capital em filiais								
1.2.2. - Partes de capital em associadas								
1.2.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
1.2.5. - Títulos de dívida de filiais								
1.2.6. - Títulos de dívida de associadas								
1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
	<b>Subtotal</b>							
1.2.9. - Outros títulos em filiais								
1.2.10. - Outros títulos em associadas								
1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
<b>Subtotal</b>								
<b>Subtotal 1.2.</b>								
<b>Total 1.</b>		<b>4.950.150</b>		<b>0,00</b>		<b>35.400.000,00</b>	<b>35.400.000,00</b>	
<b>2. - OUTROS</b>								
2.1. - Títulos nacionais								
2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. - Ações								
<b>Subtotal</b>								
2.1.1.2. - Títulos de participação								
<b>Subtotal</b>								
2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento								
<b>Subtotal</b>								
2.1.1.4. - Outros								
<b>Subtotal</b>								
<b>Subtotal 2.1.1.</b>								
2.1.2. - Títulos de dívida								
2.1.2.1. - De dívida pública								
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,17		6.123.623,45	131,09	8.094.901,78
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		4.400.000,00	110,03		4.841.201,54	116,68	5.134.074,82
<b>Subtotal</b>			<b>10.575.000,00</b>			<b>10.964.824,99</b>		<b>13.228.976,60</b>
2.1.2.2. - De outros emissores públicos								
<b>Subtotal</b>								
2.1.2.3. - De outros emissores								
<b>Subtotal</b>								
<b>Subtotal 2.1.2.</b>		<b>0</b>	<b>10.575.000,00</b>			<b>10.964.824,99</b>		<b>13.228.976,60</b>
<b>Subtotal 2.1.</b>		<b>0</b>	<b>10.575.000,00</b>			<b>10.964.824,99</b>		<b>13.228.976,60</b>
2.2. - Títulos estrangeiros								
2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. - Ações								
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	1.764			111,19	196.147,25	134,25	236.817,00
NL0000235190	AIRBUS SE	1.288			75,43	97.149,62	89,78	115.636,64

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE0008404005	ALLIANZ SE	812			184,60	149.894,21	200,70	162.968,40
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	1.184			56,54	66.945,43	59,56	70.519,04
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	1.800			67,75	121.954,17	57,01	102.618,00
NL0010273215	ASML HOLDING NV	711			239,36	170.187,29	397,55	282.658,05
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	26.275			4,07	106.950,48	4,03	106.019,62
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	39.443			1,49	58.887,54	2,54	100.106,33
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. - PARIS	3.397			47,57	161.587,64	43,10	146.427,68
FR0000120644	DANONE S.A.	4.911			63,78	313.200,62	53,76	264.015,36
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	1.435			40,66	58.348,33	40,50	58.117,50
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	12.650			15,12	191.242,23	14,96	189.180,75
DE000ENAG999	E.ON SE	6.459			8,09	52.237,08	9,06	58.544,37
IT0003128367	ENEL SPA	30.407			7,02	213.550,58	8,28	251.648,33
FR0010208488	ENGIE S.A.	8.248			13,31	109.776,27	12,52	103.264,96
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	5.496			20,68	113.683,71	22,60	124.209,60
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	3.718			17,53	65.175,94	15,02	55.849,05
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	4.935			24,65	121.659,58	23,88	117.847,80
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	28.693			8,37	240.056,70	11,70	335.708,10
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	8.648			25,37	219.367,41	26,04	225.193,92
NL0011821202	ING GROEP N.V.	10.408			7,23	75.274,18	7,64	79.527,52
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	29.712			2,06	61.265,97	1,91	56.827,17
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	2.400			37,59	90.221,22	43,78	105.072,00
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	414			335,96	139.086,97	510,90	211.512,60
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	362			172,76	62.540,30	242,80	87.893,60
CH0038863350	NESTLE S.A.	1.274			92,09	117.327,73	96,40	122.808,47
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.870			70,36	131.564,92	77,34	144.626,78
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			0,96	288.604,39	1,02	306.000,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	9.836			12,87	126.563,03	9,73	95.743,62
ES0173516115	REPSOL S.A.	13.005			8,06	104.819,23	8,25	107.291,25
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	636			242,61	154.299,16	285,69	181.700,77
FR0000073272	SAFRAN S.A.	1.025			133,08	136.407,63	115,95	118.848,75
FR0000120578	SANOFI	2.174			72,98	158.665,50	78,70	171.093,80

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE0007164600	SAP SE	1.125			93,56	105.253,61	107,22	120.622,50
DE0007236101	SIEMENS AG	1.568			112,49	176.379,73	117,52	184.271,36
IT0003153415	SNAM SPA	24.372			4,49	109.395,56	4,60	112.135,57
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	23.570			2,93	68.962,76	3,25	76.484,65
FR0000120271	TOTAL S.A.	7.027			44,19	310.542,01	35,30	248.053,10
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	2.946			42,92	126.446,46	49,57	146.018,49
FR0000125486	VINCI S.A.	1.328			76,90	102.119,54	81,36	108.046,08
FR0000127771	VIVENDI S.A.	10.053			21,24	213.479,90	26,38	265.198,14
	<b>Subtotal</b>	<b>637.379</b>				<b>5.687.221,88</b>		<b>6.157.126,72</b>
	2.2.2.2. – Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.2.2.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL	81			992,95	80.000,00	978,03	78.797,57
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REA	249.825			1,11	277.983,54	1,00	249.965,89
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	429.815			1,00	429.916,63	1,03	442.500,97
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.622			123,27	200.000,00	126,69	205.561,76
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	103.682			12,46	1.292.033,27	14,74	1.528.313,44
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	16.687			65,92	1.100.000,00	70,31	1.173.208,47
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PR	26.677			1,00	26.677,00	0,91	24.202,76
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	69.149			1,00	69.149,24	1,87	129.433,51
LU0955863252	INVESCO JAPANESE EQUITY ADVANT	23.742			21,06	500.000,00	22,78	540.835,69
LU1691783135	MAPFRE AM – GLOBAL BOND I EUR	70.076			10,00	700.585,62	10,03	702.722,16
LU1509934235	MAPFRE AM – GOOD GOVERNANCE FU	52.002			11,54	600.000,00	12,99	675.455,01
LU1527121039	MAPFRE AM – MULTI ASSET STRATE	351.511			9,96	3.500.000,00	9,72	3.416.691,77
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUTURAS FCR	17.500			10,00	175.000,00	10,00	175.000,00
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	34.650			10,00	346.500,00	10,00	346.500,00
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MA	1.724			1.001,13	1.725.682,00	999,16	1.722.282,06
LU1857396433	STABLE INCOME EUR.FUND SICAV-R	1.327			981,35	1.302.639,00	958,44	1.272.223,96
	<b>Subtotal</b>	<b>1.450.070</b>				<b>12.326.166,30</b>		<b>12.683.695,02</b>
	2.2.2.4. – Outros							
	<b>Subtotal</b>							

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
<b>Subtotal 2.2.1.</b>		<b>2.087.449</b>		<b>0,00</b>		<b>18.013.388,18</b>		<b>18.840.821,74</b>
2.2.2. – Títulos de dívida								
2.2.2.1. – De dívida pública								
LU2162831981	GRAN DUCADO DE LUXEMBOURG 0 4/2030		100.000,00	101,74		101.740,00	103,84	103.840,59
NL0014555419	PAISES BAJOS 0 7/2030		110.000,00	102,15		112.365,00	104,80	115.277,40
AT0000A2CQD2	REPÚBLICA DE AUSTRIA 0 2/2030		200.000,00	100,65		201.290,00	104,04	208.081,87
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		2.200.000,00	93,49		2.056.868,00	121,36	2.670.026,72
ES0000012G26	TESORO PÚBLICO 0,8 7/2027		275.000,00	99,70		274.183,25	107,41	295.365,40
ES0000012G00	TESORO PÚBLICO 1 10/2050		350.000,00	100,06		350.210,00	103,83	363.391,26
ES0000012G42	TESORO PÚBLICO 1,2 10/2040		100.000,00	99,09		99.090,00	111,10	111.098,52
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		3.100.000,00	99,10		3.072.100,00	111,95	3.470.456,93
ES00000128P8	TESORO PÚBLICO 1,5 4/2027		435.000,00	111,24		483.902,70	112,70	490.233,78
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	97,37	1.867.648,83
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		2.500.000,00	99,43		2.485.825,00	127,34	3.183.389,74
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		2.600.000,00	100,70		2.618.148,00	147,52	3.835.500,58
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	113,11	678.663,58
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.000.000,00	98,98		2.969.430,00	150,50	4.515.147,28
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	114,96	919.686,24
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	87,25		10.557.679,38	181,37	21.945.490,27
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	183,11	5.676.469,29
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		12.515.000,00	147,35		18.440.657,50	198,72	24.869.854,81
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		5.851.000,00	100,04		5.853.398,91	117,53	6.876.794,24
<b>Subtotal</b>			<b>51.854.000,00</b>			<b>54.006.160,56</b>		<b>82.196.417,33</b>
2.2.2.2. – De outros emissores públicos								
XS1555575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022		500.000,00	99,98		499.875,00	101,17	505.852,20
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	131,08	1.048.603,76
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	97,80		1.467.000,00	106,01	1.590.179,27
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	99,67		269.103,60	106,11	286.504,16
<b>Subtotal</b>			<b>3.070.000,00</b>			<b>3.266.378,60</b>		<b>3.431.139,39</b>
2.2.2.3. – De outros emissores								
XS1883355197	ABBOTT IRELAND FINANCING DAC 1,5 9/2026		600.000,00	105,82		634.920,00	109,17	654.997,72

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1087831688	ACEA S.P.A. 2,625 7/2024		300.000,00	108,60		325.800,00	110,21	330.628,29
XS1960353388	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE 0,375 3/2021		300.000,00	99,94		299.808,00	100,43	301.287,68
XS2152796269	AIRBUS SE 2 4/2028		100.000,00	99,63		99.627,00	113,40	113.403,74
XS2168307333	AMPHENOL TECHNOLOGIES HOLDING 0,75 5/2026		300.000,00	99,56		298.689,00	104,28	312.852,07
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,491 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,92	302.751,27
XS2023872174	AROUNDTOWN S.A. 0,625 7/2025		500.000,00	98,04		490.195,00	101,99	509.927,16
XS2166219720	ASML HOLDING NV 0,625 5/2029		200.000,00	99,90		199.790,00	105,65	211.292,24
XS2180007549	AT&T INC 1,6 5/2028		1.300.000,00	99,93		1.299.038,00	110,23	1.433.010,84
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	109,78	768.461,51
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	120,12	600.610,95
XS1592168451	BANKINTER S.A. 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	104,13	104.128,93
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	99,90		299.685,00	102,67	308.022,07
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON 2 6/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	100,00	299.993,32
XS1998215393	BAXTER INTERNATIONAL INC 0,4 5/2024		200.000,00	99,48		198.960,00	102,13	204.256,53
XS2051670136	BLACKSTONE PROPERTY PARTNERS E 0,5 9/2023		700.000,00	99,96		699.748,00	101,25	708.767,67
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	106,23	318.691,02
FR0013519048	CAPGEMINI S.E. 0,625 6/2025		300.000,00	99,89		299.661,00	103,36	310.074,59
FR0013507837	CAPGEMINI S.E. 1,25 4/2022		400.000,00	99,79		399.176,00	102,65	410.607,37
FR0013507852	CAPGEMINI S.E. 1,625 4/2026		400.000,00	99,41		397.648,00	109,43	437.708,39
XS2191509038	CARLSBERG BREWERIES AS 0,375 6/2027		400.000,00	99,39		397.552,00	101,92	407.687,93
XS2276734949	CIE AUTOMOTIVE S.A. 100 6/2021		100.000,00	99,77		99.774,26	99,78	99.779,91
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVI 1,6 12/2027		300.000,00	95,76		287.271,61	101,79	305.359,40
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVI 2,373595 3/2029		3.104.287,66	109,21		3.390.234,51	109,75	3.407.082,22
XS2264977146	COCA-COLA EUROPEAN PARTNERS PL 0,2 12/2028		200.000,00	99,53		199.052,00	99,98	199.962,79
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	108,46	271.138,52
XS2169281131	CRH FINLAND SERVICES OYJ 0,875 11/2023		200.000,00	99,71		199.420,00	103,02	206.047,57
ES0305045009	CRITERIA CAIXA S.A.U. 1,375 4/2024		200.000,00	99,44		198.880,00	105,36	210.718,57
XS2171316859	DANSKE BANK A/S 0,625 5/2025		500.000,00	99,58		497.905,00	103,13	515.657,23
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V. 0,6 7/2024		300.000,00	100,00		300.000,00	100,19	300.582,59
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 0,847 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	106,90	1.817.374,09
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V. 0,92 3/2031		100.000,00	100,00		100.000,00	105,49	105.494,89

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		240.000,00	100,00		240.000,00	100,21	240.498,90
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V. 1,01 9/2028		1.500.000,00	100,00		1.500.000,00	103,57	1.553.482,83
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		2.530.000,00	103,64		2.622.079,35	105,94	2.680.401,68
FR0013504644	ENGIE S.A. 1,375 3/2025		300.000,00	99,67		298.995,00	107,23	321.695,45
XS1419636862	ESSITY AKTIEBOLAG 0,5 5/2021		100.000,00	99,43		99.430,00	100,61	100.613,99
XS2167595672	EUROFINS SCIENTIFIC S.E. 3,75 7/2026		300.000,00	117,00		351.000,00	119,06	357.191,43
XS2001315766	EURONET WORLDWIDE INC 1,375 5/2026		200.000,00	98,58		197.160,00	100,50	200.992,28
FR00140005C6	EUTELSAT S.A. 1,5 10/2028		300.000,00	99,62		298.857,00	102,12	306.354,70
XS2051914963	FCA BANK S.P.A. (IRISH BRANCH) 0,5 9/2024		200.000,00	99,97		199.932,00	101,24	202.487,83
XS2081500907	FCC SERVICIOS MEDIO AMBIENTE H 1,661 12/2026		200.000,00	104,23		208.460,00	105,40	210.808,05
XS1861206636	GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028		200.000,00	99,43		198.854,00	113,95	227.892,26
XS2154325562	GRAND CITY PROPERTIES S.A. 1,7 4/2024		200.000,00	98,55		197.090,00	106,88	213.758,93
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		200.000,00	99,88		199.764,00	121,54	243.073,00
XS1809245829	INDRA SISTEMAS S.A. 3 4/2024		400.000,00	99,60		398.400,00	104,53	418.131,91
XS2244936659	INFRASTRUTTURE WIRELESS ITALIA 1,625 10/2028		100.000,00	100,04		100.040,00	103,16	103.158,42
XS2200215213	INFRASTRUTTURE WIRELESS ITALIA 1,875 7/2026		400.000,00	104,28		417.100,00	105,69	422.766,03
XS2115091717	INTERNATIONAL BUSINESS MACHINE 0,3 2/2028		200.000,00	99,91		199.820,00	102,11	204.228,44
XS2150006133	JOHN DEERE CASH MANAGEMENT 1,375 4/2024		200.000,00	100,00		200.000,00	106,48	212.959,31
XS1998904921	KKR GROUP FINANCE CO 1,625 5/2029		570.000,00	107,92		615.144,00	110,50	629.852,45
XS2150015555	KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE NV 1,75 4/2027		100.000,00	99,44		99.440,00	112,41	112.407,16
XS2149368529	KONINKLIJKE PHILIPS NV 1,375 3/2025		300.000,00	102,80		308.390,00	107,05	321.159,11
FR0013506508	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY 0,75 4/2025		200.000,00	99,72		199.434,00	104,50	208.995,84
XS2265371042	MACQUARIE GROUP LTD 0,35 3/2028		200.000,00	99,80		199.600,00	100,52	201.039,12
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	102,58	718.078,80
XS2151059206	MONDI FINANCE EUROPE GMBH 2,375 4/2028		1.000.000,00	99,51		995.110,00	116,64	1.166.445,90
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING P 3,245 3/2025		300.000,00	100,00		300.000,00	107,85	323.548,12
XS2168625460	PEPSICO INC 0,25 5/2024		400.000,00	99,87		399.460,00	101,73	406.902,08
XS2168625544	PEPSICO INC 0,5 5/2028		200.000,00	100,91		201.820,00	104,01	208.014,50
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		50.000,00	100,28		50.138,50	102,30	51.148,69
XS2154441120	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A. 0,875 4/2025		200.000,00	99,61		199.212,00	104,84	209.671,75
XS2156581394	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE B 2 12/2025		100.000,00	99,97		99.967,00	109,68	109.677,32

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor Total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2170736263	RICHEMONT INTERNATIONAL HOLDIN 1,125 5/2032		200.000,00	99,73		199.464,00	111,94	223.885,67
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025		600.000,00	99,60		597.612,00	108,71	652.277,94
FR0013505104	SANOFI 1 4/2025		200.000,00	101,08		202.150,00	105,93	211.856,59
XS2176715584	SAP SE 0,125 5/2026		400.000,00	99,38		397.500,00	101,77	407.090,22
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		560.000,00	102,98		576.663,50	103,03	576.943,13
XS2182055181	SIEMENS FINANCIERINGSMAATSCHAP 0,25 6/2024		300.000,00	99,81		299.439,00	101,99	305.963,29
XS2182054887	SIEMENS FINANCIERINGSMAATSCHAP 0,375 6/2026		200.000,00	99,95		199.894,00	103,28	206.565,95
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	116,13	696.761,05
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INV 1,97 9/2028		400.000,00	100,00		400.000,00	107,26	429.020,35
XS2237302646	STG GLOBAL FINANCE BV 1,375 9/2025		200.000,00	99,52		199.034,00	102,33	204.662,84
FR0013505542	SUEZ S.A. 1,25 4/2027		100.000,00	99,81		99.807,00	108,10	108.096,86
XS2169243479	SWISSCOM FINANCE BV 0,375 11/2028		21.000,00	99,13		20.816,67	103,40	21.713,36
XS2197348324	TAKEDA PHARMACEUTICAL COMPANY 0,75 7/2027		600.000,00	99,98		599.880,00	104,37	626.204,11
XS2177441990	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 1,201 8/2027		500.000,00	100,01		500.025,00	107,76	538.809,42
XS2153406868	TOTAL CAPITAL INTERNATIONAL S. 1,491 4/2027		100.000,00	100,00		100.000,00	110,84	110.844,84
XS2147133495	UNILEVER NV 1,25 3/2025		100.000,00	100,00		99.995,00	107,01	107.013,49
ES0505496044	VALL COMPANY'S 0,2 2/2021		100.000,00	99,96		99.959,39	99,97	99.971,70
ES0505496036	VALL COMPANY'S 100 1/2021		100.000,00	99,98		99.984,10	99,99	99.988,70
XS1972547183	VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES 0,625 4/2022		500.000,00	99,68		498.390,00	101,41	507.055,82
<b>Subtotal</b>			<b>33.325.287,66</b>			<b>33.897.367,89</b>		<b>35.510.520,68</b>
<b>Subtotal 2.2.2.</b>			<b>88.249.287,66</b>			<b>91.169.907,05</b>		<b>121.138.077,40</b>
<b>Subtotal 2.2.</b>		<b>2.087.449</b>	<b>88.249.287,66</b>			<b>109.183.295,23</b>		<b>139.978.899,14</b>
2.3. - Derivados de negociação								
<b>Subtotal 2.3.</b>								
2.4. - Derivados de cobertura								
<b>Subtotal 2.4.</b>								
<b>Total 2.</b>		<b>2.087.449</b>	<b>98.824.287,66</b>			<b>120.148.120,22</b>		<b>153.207.875,74</b>
<b>Total geral</b>		<b>7.037.599</b>	<b>98.824.287,66</b>			<b>155.548.120,22</b>		<b>188.607.875,74</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Não vida</b>	<b>119.161.088,43</b>	<b>29.495.298,95</b>	<b>92.673.103,85</b>	<b>3.007.314,37</b>
<b>Acidentes e doença</b>	54.332.122,66	6.281.880,96	49.830.813,58	1.780.571,88
Acidentes de trabalho	53.106.868,71	5.715.997,00	49.676.196,76	2.285.325,05
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	275.773,69	112.127,29	106.470,15	(57.176,25)
Doença	949.480,26	453.756,67	48.146,67	(447.576,92)
Incêndio e outros danos	26.914.026,98	11.147.223,63	15.474.590,33	(292.213,02)
<b>Automóvel</b>	<b>30.460.744,82</b>	<b>9.364.984,06</b>	<b>21.214.083,76</b>	<b>118.323,00</b>
Responsabilidade civil	28.135.466,17	7.707.281,23	20.408.652,54	(19.532,40)
Outras coberturas	2.325.278,65	1.657.702,83	805.431,22	137.855,40
Marítimo e transportes	185.118,81	7.650,46	26.073,21	(151.395,14)
Mercadorias Transportadas	66.196,91	(121.435,15)	44.066,42	(143.565,64)
Responsabilidade Civil Geral	5.085.627,66	929.815,33	4.563.002,52	407.190,19
Crédito e caução	1.959.318,99	1.788.575,39	1.485.073,31	1.314.329,71
Protecção jurídica	127.954,24	76.390,75	35.400,72	(16.162,77)
Diversos	29.977,36	20.213,52	0,00	(9.763,84)
<b>Total</b>	<b>119.161.088,43</b>	<b>29.495.298,95</b>	<b>92.673.103,85</b>	<b>3.007.314,37</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2020 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Não vida</b>	<b>107.623.616,01</b>	<b>30.452.157,97</b>	<b>88.867.913,13</b>	<b>11.696.455,09</b>
<b>Acidentes e doença</b>	<b>53.582.193,09</b>	<b>6.416.640,56</b>	<b>49.513.529,87</b>	<b>2.347.977,34</b>
Acidentes de trabalho	52.635.213,18	5.804.286,96	49.329.916,72	2.498.990,50
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	440.315,15	94.369,80	156.184,37	(189.760,98)
Doença	506.664,76	517.983,80	27.428,78	38.747,82
Incêndio e outros danos	13.901.914,35	8.931.818,97	12.598.166,55	7.628.071,17
<b>Automóvel</b>	<b>30.033.559,02</b>	<b>12.309.699,37</b>	<b>20.477.812,56</b>	<b>2.753.952,91</b>
Responsabilidade civil	27.514.716,38	10.264.359,08	19.743.083,01	2.492.725,71
Outras coberturas	2.518.842,64	2.045.340,29	734.729,55	261.227,20
Marítimo e transportes	74.533,46	3.111,93	42.145,73	(29.275,80)
Mercadorias Transportadas	114.763,03	73.250,08	51.597,37	10.084,42
Responsabilidade Civil Geral	7.118.987,36	2.596.625,42	4.231.117,31	(291.244,63)
Crédito e caução	2.644.971,35	28.923,79	1.882.686,48	(733.361,08)
Protecção jurídica	152.694,35	91.837,98	70.857,26	10.000,89
Diversos	0,00	249,87	0,00	249,87
<b>Total</b>	<b>107.623.616,01</b>	<b>30.452.157,97</b>	<b>88.867.913,13</b>	<b>11.696.455,09</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2019 e anteriores

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
<b>Seguro direto</b>	<b>50.403.032,63</b>	<b>6.691.634,20</b>	<b>(93.140,22)</b>	<b>57.001.526,61</b>
<b>Acidentes e doença</b>	<b>10.265.649,32</b>	<b>962.347,61</b>	<b>84.121,92</b>	<b>11.312.118,85</b>
Acidentes de trabalho	7.590.128,71	796.989,46	210.619,55	8.597.737,72
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	185.710,51	79.585,49	(43.022,90)	222.273,10
Doença	2.489.810,10	85.772,66	(83.474,73)	2.492.108,03
Incêndio e outros danos	15.200.729,52	1.088.998,81	(2.798.068,34)	13.491.659,99
<b>Automóvel</b>	<b>22.119.119,92</b>	<b>3.554.671,72</b>	<b>3.397.199,77</b>	<b>29.070.991,41</b>
Responsabilidade civil	14.477.361,62	2.057.693,01	3.549.552,19	20.084.606,82
Outras coberturas	7.641.758,30	1.496.978,71	(152.352,42)	8.986.384,59
Marítimo e transportes	9.118,20	3.050,55	(153.823,41)	(141.654,66)
Mercadorias transportadas	(17.590,87)	5.477,03	(1.987,14)	(14.100,98)
Responsabilidade civil geral	1.026.336,52	722.640,99	(121.532,81)	1.627.444,70
Crédito e caução	1.763.882,14	43.254,55	(432.449,88)	1.374.686,81
Protecção jurídica	15.804,80	310.877,73	(36.622,97)	290.059,56
Diversos	19.983,08	315,21	(29.977,36)	(9.679,07)
<b>Resseguro aceite</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>50.403.032,63</b>	<b>6.691.634,20</b>	<b>(93.140,22)</b>	<b>57.001.526,61</b>

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
<b>Seguro direto</b>	<b>49.334.532,46</b>	<b>6.096.916,54</b>	<b>11.700.090,44</b>	<b>67.131.539,44</b>
<b>Acidentes e doença</b>	<b>9.290.882,56</b>	<b>1.070.983,44</b>	<b>912.547,59</b>	<b>11.274.413,59</b>
Acidentes de trabalho	7.401.947,65	940.733,38	634.273,55	8.976.954,58
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	147.679,51	62.076,66	(164.541,46)	45.214,71
Doença	1.741.255,40	68.173,40	442.815,50	2.252.244,30
Incêndio e outros danos	12.470.765,91	996.710,44	13.012.112,63	26.479.588,98
<b>Automóvel</b>	<b>24.785.239,89</b>	<b>3.198.520,88</b>	<b>427.185,80</b>	<b>28.410.946,57</b>
Responsabilidade civil	16.370.082,95	1.803.056,42	620.749,79	18.793.889,16
Outras coberturas	8.415.156,94	1.395.464,46	(193.563,99)	9.617.057,41
Marítimo e transportes	6.801,65	2.740,73	110.585,35	120.127,73
Mercadorias transportadas	127.918,94	10.588,32	(48.566,12)	89.941,14
Responsabilidade civil geral	2.609.876,70	535.884,75	(2.033.359,70)	1.112.401,75
Crédito e caução	27.442,59	8.456,79	(685.652,36)	(649.752,98)
Protecção jurídica	11.854,22	272.148,09	(24.740,11)	259.262,20
Diversos	3.750,00	883,10	29.977,36	34.610,46
<b>Resseguro aceite</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>49.334.532,46</b>	<b>6.096.916,54</b>	<b>11.700.090,44</b>	<b>67.131.539,44</b>

Ramos/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
<b>Seguro direto</b>	<b>102.453.084,13</b>	<b>101.642.885,39</b>	<b>57.001.526,61</b>	<b>26.206.919,92</b>	<b>(13.968.552,15)</b>
<b>Acidentes e doença</b>	<b>18.542.321,43</b>	<b>18.595.976,31</b>	<b>11.312.118,85</b>	<b>4.651.784,76</b>	<b>(1.372.844,14)</b>
Acidentes de trabalho	12.844.518,42	12.915.450,54	8.597.737,72	3.671.375,83	(160.029,51)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1.716.493,82	1.720.498,42	222.273,10	416.303,36	(365.312,50)
Doença	3.981.309,19	3.960.027,35	2.492.108,03	564.105,57	(847.502,13)
Incêndio e outros danos	32.543.579,96	31.715.289,60	13.491.659,99	5.828.330,23	(12.751.405,64)
<b>Automóvel</b>	<b>44.989.451,97</b>	<b>45.144.449,60</b>	<b>29.070.991,41</b>	<b>13.724.830,37</b>	<b>599.673,53</b>
Responsabilidade civil	27.174.676,74	27.263.219,64	20.084.606,82	7.976.851,08	1.970.588,18
Outras coberturas	17.814.775,23	17.881.229,96	8.986.384,59	5.747.979,29	(1.370.914,65)
Marítimo e transportes	136.866,92	90.147,28	(141.654,66)	13.344,47	(119.070,48)
Mercadorias transportadas	272.340,26	256.458,38	(14.100,98)	48.154,42	(187.931,95)
Responsabilidade civil geral	5.141.591,36	5.017.140,89	1.627.444,70	940.002,52	(1.260.000,37)
Crédito e caução	113.424,79	115.622,04	1.374.686,81	108.973,01	1.157.214,37
Protecção jurídica	670.982,60	665.036,87	290.059,56	882.731,25	0,00
Diversos	42.524,84	42.764,42	(9.679,07)	8.768,89	(34.187,47)
<b>Resseguro aceite</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>102.453.084,13</b>	<b>101.642.885,39</b>	<b>57.001.526,61</b>	<b>26.206.919,92</b>	<b>(13.968.552,15)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

Ramos/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
<b>Seguro direto</b>	<b>100.545.207,86</b>	<b>97.880.344,82</b>	<b>67.131.539,44</b>	<b>24.594.571,29</b>	<b>(1.364.502,59)</b>
<b>Acidentes e doença</b>	<b>18.749.045,33</b>	<b>18.761.454,19</b>	<b>11.274.413,59</b>	<b>4.568.483,02</b>	<b>(980.844,33)</b>
Acidentes de trabalho	13.493.379,26	13.533.948,99	8.976.954,58	3.696.029,46	(168.194,08)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1.794.466,81	1.840.104,05	45.214,71	408.100,56	(400.036,05)
Doença	3.461.199,26	3.387.401,15	2.252.244,30	464.353,00	(412.614,20)
Incêndio e outros danos	29.842.248,08	27.786.993,65	26.479.588,98	5.048.876,52	2.499.422,25
<b>Automóvel</b>	<b>46.057.755,52</b>	<b>45.587.202,35</b>	<b>28.410.946,57</b>	<b>13.228.335,37</b>	<b>(855.485,65)</b>
Responsabilidade civil	27.684.722,55	27.388.435,56	18.793.889,16	7.592.077,13	121.900,12
Outras coberturas	18.373.032,97	18.198.766,79	9.617.057,41	5.636.258,24	(977.385,77)
Marítimo e transportes	123.199,04	124.320,72	120.127,73	14.263,10	(22.186,05)
Mercadorias transportadas	395.430,82	421.941,48	89.941,14	80.226,51	(223.315,39)
Responsabilidade civil geral	4.585.425,85	4.408.572,80	1.112.401,75	799.330,32	(1.465.053,50)
Crédito e caução	94.696,00	103.417,02	(649.752,98)	30.193,52	(312.186,13)
Protecção jurídica	662.754,69	649.571,95	259.262,20	816.453,38	0,00
Diversos	34.652,53	36.870,66	34.610,46	8.409,55	(4.853,79)
<b>Resseguro aceite</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>100.545.207,86</b>	<b>97.880.344,82</b>	<b>67.131.539,44</b>	<b>24.594.571,29</b>	<b>(1.364.502,59)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

05

 **MAPFRE**

**CERTIFICAÇÃO**

**LEGAL DAS CONTAS E**

**RELATÓRIO E PARECER**

**DO CONSELHO FISCAL**



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre Seguros Gerais, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 245.038.449,74 euros e um total de capital próprio de 71.620.357,13 euros, incluindo um resultado líquido de 7.118.096,55 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mapfre Seguros Gerais, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489 Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



### Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade) (133.104.197,54 euros)

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda totaliza 133.104.197,54 euros, representando cerca de 54% do ativo, conforme nota 5 das demonstrações financeiras.

#### O Risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para a maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como as condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A evolução da conjuntura económica, em particular os efeitos da nova variante da COVID-19 e as medidas a tomar por cada governo em resposta à mesma, o comportamento da inflação e medidas de política monetária a serem tomadas e respetivos efeitos poderão criar volatilidade nos mercados com impactos no apuramento futuro do justo valor dos instrumentos financeiros.

#### A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos internos relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros;
- Testámos a valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos;
- Testámos a imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



---

Provisão para Sinistros – Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho (Outros custos) (119.069.598,01 euros)

---

Em 31 de dezembro de 2020, a Provisão para sinistros, no valor de 119.069.598,01 euros, representa cerca de 69% do Passivo à mesma data, conforme nota 14 às demonstrações financeiras.

---

**O Risco**

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

**A nossa resposta ao risco identificado**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros;
- Avaliámos a metodologia e os pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;
- Realizámos uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores;
- Avaliámos a informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

---

Provisão para Sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (pensões) (38.419.493,99 euros)

---

Em 31 de dezembro de 2021, do montante da Provisão para Sinistros, 38.419.493,99 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 14 às demonstrações financeiras da Entidade.

---

**O Risco**

A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado com responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado dos ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

**A nossa resposta ao risco identificado**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada dos ativos, incluindo as taxas de reinvestimento;
- Avaliámos a informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Participação detida na Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (4.682.936,61 euros) e outros ativos intangíveis associados ao contrato de distribuição com o Banco Santander, S.A. (9.717.963,39 euros)

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e os outros ativos intangíveis incluem o valor de 4.682.936,61 euros e 9.717.963,39 euros, respetivamente, relativamente à aquisição da participação de 50,01% Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. ("Mapfre Santander Portugal") e do contrato de distribuição de contratos de seguro incluído nesta operação, conforme notas 4 e 9 das demonstrações financeiras.

#### O Risco

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, determinadas através de análises imparidade sempre que são identificados indícios, tal como descrito nas notas 2.3 e 2.7 das demonstrações financeiras, respetivamente.

Conforme previsto na IAS 36 – Imparidade de ativos, as análises de imparidade consistem na identificação de indícios de imparidade e, nos casos em que sejam de facto identificados, na determinação do valor recuperável do investimento.

Para efeitos da avaliação da recuperabilidade destes ativos, a Entidade determina o valor recuperável através da realização de uma avaliação periódica, baseada, sobretudo em modelos desenvolvidos e preparados pela própria Entidade. Esta avaliação encontra-se suportada num conjunto de pressupostos, nomeadamente acerca da evolução futura da atividade da participada e das taxas de juro, os quais têm impacto significativo na determinação do seu valor recuperável.

#### A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliamos a alocação do justo valor da participação financeira que a Entidade detém na Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. e do contrato de distribuição de seguros entre a Entidade e o Banco Santander, S.A.;
- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes associados ao processo de avaliação e determinação de imparidade associada aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e ativos intangíveis;
- Revimos a razoabilidade das metodologias e dos pressupostos utilizados na avaliação da participação financeira preparada pela Entidade, tendo em consideração a informação financeira disponível sobre a sua performance e dados de mercado;

5

A evolução da conjuntura económica, em particular os efeitos da nova variante da COVID-19 e as medidas a tomar por cada governo em resposta à mesma, o comportamento da inflação e medidas de política monetária a serem tomadas e respetivos efeitos criaram maior incerteza sobre os pressupostos, nomeadamente taxa de juro, subjacentes às projeções financeiras que suportam a avaliação de imparidade.

- Revimos, com o envolvimento dos nossos especialistas, os cálculos que suportam a avaliação preparada pela Entidade para efeitos da avaliação de indícios de imparidade da participação financeira e recuperação do ativo intangível, bem como para modelizar o plano de amortização estabelecido para o contrato de distribuição de seguros referido acima;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

6

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2020 para um terceiro mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
  - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
  - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

31 de março de 2022

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**  
**(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)**  
representada por  
José Manuel Horta Nova Nunes  
(ROC n.º 1581 e registado na CMVM com o n.º 20161191)

## Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

### Senhores Acionistas

1. No âmbito legal e geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24º e 25º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas sucessivamente pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018, pela lei 7/2019, pela lei 27/2020, pela lei 58/2020, pelo decreto-lei 84/2020, e pelo decreto-lei 56/2021, tendo em conta as disposições legais pertinentes e relativas às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e como a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelas suas funções específicas de supervisão das atividades de auditoria e dos auditores que esta tem, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do já mencionado Código das Sociedades Comerciais, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mapfre Seguros Gerais SA**, tudo relativamente ao **exercício findo em 31-12-2021**.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas de **2018**, para completar o triénio 2017-2019, e foram depois novamente designados para o triénio 2020-2022, tendo-lhes já cabido dar anteriormente parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros Gerais SA relativamente ao exercício de 2018, relativamente ao exercício de 2019 e relativamente ao exercício de 2020.
3. O Conselho Fiscal tomou em conta de novo quanto antes recebeu, viu e disse sobre todos os documentos de contas relativos aos exercícios de 2018, 2019 e 2020, bem como os “Planos de Auditoria” da “área Corporativa de Auditoria Interna” da Mapfre, e ainda todos os documentos que adiante identifica.
4. O Conselho Fiscal analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada periodicamente pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu diretor de auditoria interna e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal, de julho, de outubro, e de dezembro de 2021, e ainda as informações preliminares do final de 2021 e do início de 2022, relativas já a todo o exercício de 2021 ou à sua projeção.

## Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

5. O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração, em 30-6-2021, o designado Relatório ORSA (“Own Risk and Solvency Assessment”), referido a 31-03-2021, estando ainda em preparação, no prazo próprio, o Relatório ORSA que se referirá a 31-12-2021.
6. O Conselho Fiscal recebeu e analisou o Relatório da Actuarial de 10-2-2022, relativo ao “seguimento das provisões para sinistros a 31 de dezembro de 2021”.
7. O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 26-3-2021, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o administrador-delegado e, pelo menos, também com o mencionado diretor financeiro, em 19-5-2021, em 21-10-2021, em 15-12-2021, em 31-1-2022, em 8-2-2022, e em 14-3-2022. Realizou reuniões próprias em cada uma daquelas oportunidades e ainda em 4-4-2022, tudo sobre o exercício de 2021. Reunirá ainda em 6-4-2022, também telematicamente, para aprovar o relatório e o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas de 2021.
8. Nas reuniões de 21-10-2021, de 15-12-2021, de 31-1-2022 e de 14-3-2022, estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas, e tendo-se analisado ainda, expressamente, os temas e as operações mais relevantes para as contas do exercício de 2021 e para a atividade da sociedade, como as relativas à distribuição de resultados e a investimentos na atividade.
9. As diferentes reuniões foram realizadas telematicamente, com a participação integral do Conselho Fiscal, incluindo o vogal suplente, e com todos os interlocutores indicados.
10. O Conselho Fiscal recebeu da Sociedade, analisou e discutiu com o seu Administrador Delegado e Diretores, antes de todas as peças relativas às contas do exercício de 2021, pelo menos: “Informe de gestión de abril de 2021”, “Relatório ORSA”, de 30-6-2021, “Informe de gestión septiembre 2021”, apresentação também feita ao Comité de direção, de 26.10.2021, apresentação de 10-12-2021, “Informe de Gestión- Consejo Fiscal – febrero de 2022”, e ainda a apresentação ao Conselho Fiscal sobre o encerramento de 2021, de 14-3-2022.
11. O Conselho Fiscal recebeu da KPMG, e depois analisou e discutiu: “Conclusões da auditoria interina com referência a 30-9-2021, de 15-12-2021”, “Relatório para o Conselho Fiscal – Planeamento auditoria, de 15-12-2021”, a comunicação legal sobre prestação de serviços distintos da auditoria, de 17-12-2021, e um novo “Relatório para o Conselho Fiscal de 14-3-2022”, relativo às demonstrações financeiras para o ano findo a 31-12-2021.
12. O Conselho Fiscal recebeu também, em 8-3-2022, e analisou depois devidamente, em versão

## Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

preliminar, o Relatório de Gestão 2021 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2021 e o Balanço em 31-12-2021, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo tendo sido discutido na reunião do Conselho Fiscal de 14-3-2022 e na reunião que, na mesma data, teve com a administração, com o diretor financeiro da Sociedade, e com os representantes da auditora KPMG, tendo já em conta, também, versão provisória do antes mencionado “Relatório para o Conselho Fiscal, de 14-3-2022”, da KPMG.

13. Na reunião de 14-3-2022, o Conselho Fiscal recebeu do diretor financeiro e dos representantes da KPMG, os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2021, aos relatórios da Actuarial sobre as provisões para sinistros, e ao projeto de relatório da KPMG com conclusões sobre as contas de 2021.

14. No decurso da reunião de 14-3-2022, nos termos que resultam do próprio projeto de relatório da mesma data, os auditores da KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2021; foram novamente dadas informações sobre a acomodação da distribuição de resultados e sobre os efeitos e as perspetivas da parceria societária com o Banco Santander na área dos seguros, não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou de regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas; foram analisadas todas as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos.

15. Todos estes pontos foram devidamente discutidos e adequadamente suportados pela administração e pela direção financeira da Sociedade e pela KPMG.

16. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2021, como ocorrera antes relativamente à atividade e ao exercício de 2020, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e sobre a sua continuidade, e designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Seguros Gerais, sobre as respetivas bases técnicas e sobre as bases financeiras, e ainda sobre

## Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Actuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes, como aliás já se concluíra relativamente ao exercício anterior.

17. O Conselho Fiscal apreciou com a KPMG em 31-1-2022, e com a administração e direção financeira da Sociedade, em 8-2-2021, a atualização da política de distribuição de resultados, tendo recebido os esclarecimentos apropriados e tendo sido informado dos contactos positivos estabelecidos com a Autoridade de Supervisão sobre os mais importantes temas da atividade e da estratégia da Sociedade, tendo também em conta, na parte aplicável, a circular 7/2021 e 2 de novembro, da ASF.

18. O Conselho Fiscal teve informação regular da administração da sociedade sobre as contingências e medidas associadas à situação pandémica Covid 19, tendo apreciado os resultados muito positivos das medidas da Sociedade e sobre o controlo dos seus efeitos, nos termos decorrentes do enquadramento legal e regulamentar que o Conselho Fiscal já tivera em conta e inventariara no seu Relatório e Parecer relativos às contas de 2020.

19. As medidas imediatas e as medidas continuadas tomadas pela Sociedade, e informadas ao Conselho Fiscal, continuaram a mitigar com sucesso o risco da sua exposição à pandemia, continuando a Sociedade a funcionar integralmente, ainda que em regime parcial de teletrabalho, preservando o seu ativo humano, realizando simultaneamente toda a sua atividade operacional, e observando todas as prescrições de fazer e todas as prescrições de não fazer determinadas às empresas de seguros por determinação das autoridades competentes.

20. O Conselho Fiscal foi informado detalhadamente da evolução da participação qualificada adquirida pela Sociedade no capital da Popular Seguros em 2020 e viu confirmadas as expectativas quanto ao seu desenvolvimento, não obstante as compreensíveis, mas complexas exigências da fase de arranque.

21. O Conselho Fiscal teve ainda oportunidade de aceder regularmente à informação sobre alguns indicadores do mercado, nos sucessivos Relatórios de Evolução da Atividade Seguradora, preparados e divulgados pela ASF, aos comunicados e propostas do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, bem como a diversos documentos técnicos da EIOPA publicados em 2021, entre os se encontram as sucessivas versões do “risk dashboard” da atividade seguradora, e de outras entidades nacionais e internacionais de referência.

## Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

22. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatórios ORSA”, de 30-6-2021, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), permite concluir que a Sociedade é adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, como os resultados de 2021 já o comprovam, e que continuará a ser, comparativamente, mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade, e que, por isso mesmo, será plausível admitir que a sua atividade em 2022 se acomodará de novo, com êxito, às consequências do “interregno” social e económico de 2020 e 2021, continuando a ser essa também a perspetiva do Conselho de Administração da Sociedade e dos Auditores da KPMG, como decorre do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2021.

23. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, como agora realça, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade e dos auditores a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem continuar a superar em 2022 todos os desafios que se lhe apresentam e apresentem.

24. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto, da KPMG, em 30-3-2022, a “carta de representação” do Conselho de Administração dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, a declaração de independência e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

25. Tendo em conta o que fica como **relatório** da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu **parecer** e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros Gerais em 2021.

26. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação regular e especial recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2021, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2021, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2021.

## Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2021

27. O que se sabe e o que se prevê não afeta de nenhuma maneira a apreciação muito favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2021, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2021, não obstante a atualização da política de distribuição de resultados, de ter como muito favorável, para que a Sociedade continue a superar positivamente, e a superar comparativamente melhor, os desafios do mercado e do seu contexto sempre complexo.

28. Tendo em conta quando diz e quanto fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2021;
- b) Aprove as Contas relativas ao exercício de 2021 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
- c) Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, **no sentido de que o resultado líquido do exercício no montante de 7.118.096,95 euros, (sete milhões, cento e dezoito mil, noventa e seis euros e noventa e cinco cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:**
  - **711.809,70 euros** (setecentos e onze mil, oitocentos e nove euros e setenta e cinco cêntimos) sejam aplicados para reforço da **reserva legal**;
  - **711.809,69 euros** (setecentos e onze mil, oitocentos e nove euros e sessenta e nove cêntimos) sejam aplicados para reforço das **reservas livres**;
  - **5.604.477,56 euros** (cinco milhões, seiscentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete euros e cinquena e seis cêntimos) sejam aplicados para **distribuição de dividendos aos acionistas**.
- d) Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 6 de abril de 2022

Assinado por : **José António Ferreira Machado**  
Num. de Identificação: 04872671  
Data: 2022.04.06 18:50:13 +0100

**José Ferreira Machado**, presidente

**Luis Filipe Caldas**, vogal

**João Sobral do Rosário**, vogal

**José Gabriel Chimeno**, vogal suplente

Assinado por: **João Francisco Baptista Colaço Sobral do Rosário**  
Num. de Identificação: 10323543  
Data: 2022.04.06 19:00:20+01'00'

**Notas:**

**Relatório e Parecer aprovado em reunião telemática do Conselho Fiscal de 6 de abril de 2022**

**Assinado digitalmente ou por assinatura própria**

**Luis  
Filipe  
Caldas**

Assinado de forma  
digital por Luis  
Filipe Caldas  
Dados: 2022.04.06  
15:09:03 +01'00'



# MAPFRE



**RELATÓRIO E CONTAS 2021**  
**MAPFRE - SEGUROS GERAIS, S.A.**

Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,  
Edifício Zenith - Miraflores  
1495-131 ALGÉS. Portugal

[www.mapfre.pt](http://www.mapfre.pt)



Design, paginação e revisão: Choice - Comunicação Global, Lda.

   [choice.pt](https://www.choice.pt)